

**GENTIL SOARES DE LIMA**

**O CAMPO ESPORTIVO DA CIDADE DE UMUARAMA  
– PARANÁ: FUNÇÕES E RELAÇÕES DAS  
ESTRUTURAS E AGENTES NO PERÍODO DE 2004 À  
2008**



**UMUARAMA  
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
UFPR**

**GENTIL SOARES DE LIMA**

**O CAMPO ESPORTIVO DA CIDADE DE UMUARAMA – PARANÁ: FUNÇÕES E  
RELAÇÕES DAS ESTRUTURAS E AGENTES NO PERÍODO DE 2004 A 2008**

**UMUARAMA  
2010**

**GENTIL SOARES DE LIMA**

**O CAMPO ESPORTIVO DA CIDADE DE UMUARAMA – PARANÁ: FUNÇÕES E  
RELAÇÕES DAS ESTRUTURAS E AGENTES NO PERÍODO DE 2004 A 2008**

Dissertação de Mestrado defendida como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Física, no Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri

# **TERMO DE APROVAÇÃO**

**GENTIL SOARES DE LIMA**

## **O CAMPO ESPORTIVO DA CIDADE DE UMUARAMA – PARANÁ: FUNÇÕES E RELAÇÕES DAS ESTRUTURAS E AGENTES NO PERÍODO DE 2004 A 2008**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa Sociologia para o Esporte e o Lazer, do Departamento de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri (Orientador)  
Departamento de Educação Física / UFPR

---

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Cristina Carta Cardoso de Medeiros

Curitiba, 15 de Dezembro de 2010.

## DEDICATÓRIA

À minha querida e amada esposa Elizângela, pelo amor, carinho, compreensão e incentivo, estando nesta caminhada sempre ao meu lado nos momentos bons e ruins. Com você quero dividir a alegria deste momento.

À minha Família. Sempre ótimos companheiros. Pessoas importantes e presente na minha vida. À minha Mãe, Dona Ormezina, pela dignidade e coragem na vida.

Ofereço aos amigos e incentivadores: Hécio, Cláudio, Reginaldo e Lígia, pelas sugestões decisivas, incentivo e motivação na busca da realização deste sonho.

A todos os mestres que a vida me deu!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço da forma mais carinhosa:

A Deus, por tudo que sou, por tudo que tenho e pelas possibilidades infinitas de crescimento.

Ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri, pela disponibilidade e amizade. Torno evidente minha admiração pela sua competência, pela sua humildade, pelo seu conhecimento científico, de vida e de trabalho.

Aos professores do Curso, pela constante amizade e por me aceitar como aluno do Mestrado, confiando plenamente em minha capacidade.

Aos verdadeiros amigos (todos), sempre tão amáveis e atenciosos em todos os momentos.

Às pessoas que participam de minha vida, sempre me proporcionando alegrias, amizade, carinho, confiando em mim, incentivando meu trabalho, compartilhando de tudo que vivo.

Aos colaboradores e entrevistados do trabalho pela disposição de tempo e compromisso firmado.

À professora Eliane Ruiz pela ajuda na organização deste trabalho.

À minha esposa, por tudo, sem limites, pela participação incansável de todo meu dia a dia. Você supera todas as palavras e agradecimentos possíveis. Obrigado por dar forma aos meus sonhos.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>ix</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>xi</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>xii</b>
<b>PRÓLOGO .....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAMINHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>34</b>
<b>A TEORIA DO CAMPO ESPORTIVO E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM UMUARAMA - PARANÁ.....</b>	<b>34</b>
1.1 A TEORIA DO CAMPO DE BOURDIEU.....	35
1.2 O CAMPO ESPORTIVO .....	39
1.2 O CAMPO POLÍTICO .....	45
1.3 A SOCIOLOGIA DO ESPORTE .....	53
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>59</b>
<b>O CAMPO ESPORTIVO DA CIDADE DE UMUARAMA – PARANÁ: FUNÇÕES E RELAÇÕES DAS ESTRUTURAS E AGENTES.....</b>	<b>59</b>
2.1 O CAMPO ESPORTIVO UMUARAMENSE.....	60
2.2 A ENTRADA NO CAMPO DO ESPORTE E LAZER DE UMUARAMA-PARANÁ .....	63
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS GESTORES MUNICIPAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS GESTORES DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES E OUTROS.....</b>	<b>120</b>

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TEMPO DE ATUAÇÃO DOS GESTORES POR INSTITUIÇÕES, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.....	64
TABELA 2 - FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS GESTORES NO PERÍODO DE 2004 A 2008 POR INSTITUIÇÃO.....	68
TABELA 3 - DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.....	69
TABELA 4 - TIPOS DE PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER OFERTADAS PELAS ENTIDADES POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.....	70
TABELA 5 - TOTAL DE AGENTES ENVOLVIDOS NO SETOR ADMINISTRADO PELAS INSTITUIÇÕES, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.....	75
TABELA 6 - OPINIÃO DOS AGENTES QUANTO À DEFINIÇÃO DE PAPÉIS DAS ENTIDADES POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.....	78
TABELA 7 - OPINIÃO DOS AGENTES QUANTO À DEFINIÇÃO DE ORÇAMENTO PARA O SETOR DO ESPORTE E LAZER NAS ENTIDADES POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.....	79
TABELA 8 - VALOR ORÇAMENTÁRIO ANUAL APROXIMADO ESTIMADO PARA O SETOR DO ESPORTE E LAZER POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008. ....	81
TABELA 9 - VALORES APROXIMADOS EM PERCENTUAIS PARA O SETOR DO ESPORTE E LAZER POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.....	82
TABELA 10 - EXISTÊNCIA OU NÃO DE INTERCÂMBIOS PARA O PLANEJAMENTO DA ENTIDADE PÚBLICA COM OUTRAS DO MESMO SETOR POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.....	83
TABELA 11 - OPINIÃO DOS AGENTES EM RELAÇÃO À QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ATUANTES NO SETOR DE ESPORTE E LAZER POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008. ....	95



## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – AGENTES ATUANTES NAS INSTITUIÇÕES QUE OFERTAM E DESENVOLVEM PRÁTICAS ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – PARANÁ.....	27
QUADRO 2 – ENTIDADES DE ATUAÇÃO POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.....	65

## LISTA DE SIGLAS

AFSU	Associação Futsal de Umuarama
AUB	Associação Umuaramense de Basquetebol
ATF	Associação Tigrão de Futebol
AMEU	Autarquia Municipal de Esporte de Umuarama
AMERIOS	Associação dos Municípios Entre Rios
CBV	Confederação Brasileira de Voleibol
CNE	Conferência Nacional do Esporte
CNE	Conselho Nacional do Esporte
CREPU	Clube Recreativo e Esportivo Português de Umuarama
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
CPB	Comitê Paraolímpico Brasileiro
CNA	Comissão Nacional dos Atletas
CDMB	Comissão Desportiva Militar Brasileira
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
FUNCELT	Fundação de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Umuarama
HCC	Harmonia Clube de Campo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
JEB'S	Jogos Estudantis Brasileiros
JOJUP'S	Jogos da Juventude do Paraná
JAP'S	Jogos Abertos do Paraná
LFU	Liga de Futebol de Umuarama
ME	Ministério do Esporte
NRE	Núcleo Regional de Educação
ONED	Organização Nacional de Entidades Dirigentes do Desporto
PMU	Prefeitura Municipal de Umuarama
PILEU	Programa Institucional de Lazer e Esporte Universitário
SNEL	Sistema Nacional de Esporte e Lazer
SESC	Serviço Social do Comércio

SESI	Serviço Social da Indústria
SMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
UCC	Umuarama Country Club
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNIPAR	Universidade Paranaense
UFPR	Universidade Federal do Paraná

## RESUMO

A presente investigação teve como objetivo geral identificar as ofertas do Poder Público e das instituições esportivas relativas ao esporte e lazer da cidade de Umuarama-Paraná no período de 2004 a 2008, visando definir as funções específicas de cada instituição, bem como as relações entre as estruturas e agentes que compõem o campo esportivo. O processo metodológico desenvolvido na presente dissertação buscou os indicadores da pesquisa qualitativa utilizada para investigações empíricas, uma vez que buscamos descrever, compreender e interpretar o objeto da pesquisa em um processo de reflexão crítica. Assim, primeiramente, tendo como suporte a pesquisa bibliográfica, procedemos ao levantamento das fontes pertinentes ao esporte e lazer. Já para a nossa ida ao campo utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Optamos por um universo constituído por um total de 12 (doze) estruturas com 14 (quatorze) agentes atuantes nas instituições que ofertam e desenvolvem práticas esportivas no município de Umuarama-Paraná. Mais especificamente, buscamos compreender as relações concernentes às estruturas e agentes envolvidos no campo esportivo e de lazer do município de Umuarama-Paraná; verificar se as ofertas do poder público correspondem às demandas das instituições parceiras no esporte e lazer que desenvolvem práticas de esporte e lazer na cidade de Umuarama-Paraná. Podemos assegurar que as hipóteses iniciais de pesquisa foram confirmadas, pois ficou clara que a oferta do poder público relativa ao esporte e lazer do município de Umuarama-Paraná no período investigado não corresponde às demandas das Instituições que desenvolvem práticas esportivas e de lazer. Assim sendo, constatamos que o poder público deixou de cumprir com o fomento ao esporte e lazer, ficando evidente a falta de objetivos concretos para os programas na área de maneira geral. Constatamos a necessidade de um planejamento eficiente e bem estruturado de governo para determinar e dar sustentação aos objetivos e metas delineados pelas instituições afins. Verificamos que existem algumas iniciativas para reestruturação do direito da população ao acesso à prática do esporte e lazer, mas ainda há muito que fazer para concretizar esse objetivo. Sugerimos mais investimentos em leis de incentivo para a área, com a integração de recursos humanos, administrativos e orçamentários para o desenvolvimento de atividades no setor, sobretudo, com maiores subsídios para a capacitação de profissionais e gestores, que são indispensáveis para o efetivo funcionamento dos projetos voltados ao esporte e lazer nas instituições pesquisadas.

**Palavras-chave:** Ofertas, poder público, instituições esportivas, Umuarama-Paraná.

## ABSTRACT

The present inquiry had as objective generality to identify to the offers of the Public Power and relative the sportive institutions to the sport and leisure of the city of Umuarama-Paraná in the period of 2004 the 2008, aiming at to define the specific functions of each institution, as well as the relations between the structures and agents who compose the porting field. The developed methodological process in the present dissertation searched the pointers of the used qualitative research for empirical inquiries, a time that we search to describe, to understand and to interpret the object of the research in a process of critical reflection. Thus, first, having as it has supported the bibliographical research, we proceed to the survey from the pertinent sources to the sport and leisure. Already for gone ours to the field we use as instrument of collection of data the semi structuralized interview. We opt to a universe consisting of a total of 12 (twelve) structures with 14 (fourteen) operating agents in the institutions that offer and develop practical sportive in the city of Umuarama-Paraná. More specifically, we search to understand the concernments relations to the structures and involved agents in the sportive field and of leisure of the city of Umuarama-Paraná; to verify if the demands of the public power they correspond to the demands of the institutions partners in the sport and leisure that develop practical of sport and leisure in the city of Umuarama-Paraná. We can assure that the initial hypotheses of research had been confirmed, therefore was clear that it offers of relative the public power to the sport and leisure of the city of Umuarama-Paraná in the investigated period does not correspond to the demands of the Institutions that develop practical sportive and of leisure. Thus being, we in a generalized manner evidence that the public power left to fulfill with the promotion to the sport and leisure, being evident the lack of concrete objectives for the programs in the area. We evidence the necessity of an efficient planning and structuralized well of government to determine and to give to sustentation to the objectives and goals delineated for the similar institutions. We verify that some initiatives for reorganization of the right of the population to the access to practical of the sport and the leisure exist, but still have much that to make to materialize this objective. We suggest more investments in laws of incentive for the area, with the integration of human resources, administrative and budgetary for the development of activities in the area, over all, with bigger subsidies for the qualification of professionals and managers, who are indispensable for the effective functioning of the projects come back to the sport and leisure in the searched institutions.

**Key Words:** Offers, public power, sportive institutions, Umuarama-Paraná.

## PRÓLOGO

A busca por dados a respeito da situação atual em relação às ofertas para o esporte e lazer no Município de Umuarama-Paraná se deve, especialmente, à relação pessoal do autor com a temática proposta. A trajetória pessoal do autor conta com uma vasta experiência no campo esportivo.

Desde o ano de 1974, com 11 anos de idade, como aluno da Escola de Aplicação Maria Montessori de Umuarama, Ensino Fundamental de 1ª à 4ª séries, já participava de aulas treinamento de Handebol e Basquetebol, com objetivos voltados à participação nos Jogos Escolares Municipais da época.

No ano de 1977 com 14 anos integramos o selecionado municipal da modalidade de Handebol disputando, a partir daquele momento, os Jogos Oficiais do Estado do Paraná e Campeonatos da Federação especializada da modalidade no Estado.

Já no ano de 1979, com 16 anos fomos convocados para compor o selecionado Paranaense de Handebol (antiga SECE- Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte) e competiu nos Jogos Estudantis Brasileiros – JEBS, na cidade de Brasília - DF.

Com 18 anos e após disputas em várias competições estaduais e nacionais, no ano de 1981 recebemos uma pré-convocação para o selecionado Brasileiro da categoria cadete (juvenil até 18 anos), mantendo permanência nesta convocação por vários meses consecutivos, e ainda em convocações mensais para compor o selecionado da Região Noroeste do Estado do Paraná (atletas das cidades: Umuarama, Campo Mourão, Goioerê e Jussara), sem nunca deixar de treinar e atuar como atleta de Handebol do Município de Umuarama.

No ano de 1983, com 20 anos de idade fomos convidados para integrar uma das maiores equipes de Handebol do Estado do Paraná na época, chamada Clube União Juventus de Curitiba onde disputou e venceu diversas competições estaduais e nacionais, além de compor, neste período, o selecionado paranaense da categoria adulta. Ingressou através de vestibular no Curso de Licenciatura Plena em Educação Física da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no ano de 1985 com 22 anos de idade. Atuou nos anos de 1986, 1987, 1989 e 1990 como atleta da Universidade Estadual de Londrina e também como atleta do Canadá Country Club

de Londrina (CCCL), além de passar a atuar como atleta do Município de Londrina nos Jogos Abertos do Paraná.

Ainda no ano de 1986 deu início aos estudos na área de treinamento desportivo com foco na modalidade de Handebol e administração e gestão esportiva atuando como Técnico em Organização Esportiva no SESC Londrina Centro, desenvolvendo centenas de competições para os comerciários com destaque para a Olimpíada do Trabalhador de Londrina, que contou por várias vezes com mais de 10.000 participantes inscritos.

Neste período atuamos, também, como árbitro de Voleibol a nível estadual e nacional, com registro e credenciamento na Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), direcionado pela Federação Paranaense de Voleibol (FPV) para ser diretor de escalas de arbitragem da sub-sede região norte do Estado (Londrina).

No ano de 1990, concluímos o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física. Encerrando a carreira de atleta ingressamos através de concurso para atuar como Técnico de Handebol no Município de Umuarama, além de coordenar e organizar como free lance eventos esportivos na cidade de Umuarama e Região.

No ano de 1991 fomos aprovados em Concurso Público do Estado do Paraná, ingressando como professor estatutário (QPM – Quadro próprio do Magistério) até o presente momento. No período de 1992 a 1995 participamos de Cursos de Treinamento Desportivo e Organização e Gestão no Esporte. No ano de 1996 com 33 anos ingressamos no primeiro Curso de Pós-Graduação na área de Educação Física Escolar na Universidade Estadual de Maringá, concluindo no final do mesmo ano. Ainda, tivemos a oportunidade de atuar no mesmo período na Coordenação Geral de Esporte do Harmonia Clube de Campo.

Já no ano de 1997 fomos convidados para assumir a Coordenação de Esporte e Lazer do Umuarama Country Club, desenvolvendo a função por um período de quatro anos.

No início de 1999 com 36 anos de idade recebemos o convite para atuar como Professor da Universidade Paranaense (UNIPAR), ministrando aulas no Curso de Graduação em Educação Física (Bacharelado e Licenciatura), nas disciplinas de Fundamentos e Metodologias do Handebol, Administração, Organização e Marketing do Desporto e Fundamentos e Métodos dos Esportes Complementares, onde atuamos até os dias de hoje.

Após um ano de estudos concluímos no ano de 2001, a segunda Pós-Graduação em Gestão Esportiva pela Universidade do Esporte em Curitiba e, de imediato, ingressamos na terceira Pós-Graduação na área de Gestão e Supervisão Escolar na Universidade Paranaense, concluindo mais esta especialização no ano de 2003 com 40 anos de idade.

Nos anos de 2005, 2006 e 2007 passamos a dirigir o Colégio Estadual Maestro Bento Mossurunga de Umuarama, a segunda maior instituição de ensino da cidade com mais de 1.500 alunos matriculados no Ensino Fundamental, Médio e Normal (Magistério).

No ano de 2008 ingressamos no Programa Minter de Mestrado em Educação Física da Universidade Federal do Paraná- UFPR em convênio com a Universidade Paranaense – UNIPAR na linha de Pesquisa em Sociologia do Esporte e do Lazer.

Em 2009 fomos convidados pelo Prefeito Municipal de Umuarama, Sr. Moacir Silva, para ocupar o cargo público de Secretário Municipal de Esporte e Lazer da cidade de Umuarama, coordenando ainda neste ano, a realização do maior evento esportivo do Estado, sendo a Fase Final dos Jogos da Juventude do Paraná nesta cidade.

Por fim, organizamos e coordenamos no ano de 2010, a fase Municipal e Regional da Conferência Nacional do Esporte, e atuamos como relator do eixo “Financiamento do Esporte” durante a realização da Conferência Estadual do Esporte, sendo eleito para representar o Estado do Paraná na Conferência Nacional do Esporte e Lazer realizada em Brasília-DF no mesmo ano.

Atualmente, além de professor universitário, atuamos como Secretário Municipal de Esporte e Lazer do Município de Umuarama acreditando que ao Poder Público, cabe a articulação de ações voltadas ao esporte, abrangendo, especialmente, as manifestações educacionais, as de rendimento e as sociais e comunitárias.

Assim, a experiência como profissional na área do esporte e lazer ofereceu ao pesquisador a possibilidade de aprofundar conhecimentos teórico-práticos em relação à temática ora suscitada, sobretudo, por acreditar que o estudo sobre um campo esportivo específico, pode resultar em estudos acerca de outros campos, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento das práticas esportivas.



## INTRODUÇÃO

A temática central deste trabalho se refere às ofertas do Poder Público e demandas acerca do esporte e do lazer na cidade de Umuarama – Paraná, considerando, sobretudo, as funções e as relações das estruturas e dos agentes envolvidos no período compreendido entre 2004 e 2008.

Assim, para a concretização do estudo proposto foi necessária a escolha de uma concepção teórica para nortear a investigação e subsidiar a tarefa de interpretação dos dados em relação ao fenômeno investigado.

Nesse particular, tornou-se pertinente buscar referências que viabilizasse a análise relativa ao fenômeno do esporte e lazer. Assim, buscamos no âmbito das Ciências Sociais, especialmente, na Sociologia a compreensão para a problemática suscitada.

A leitura de contextos tão diferenciados, como o relativo à invenção e o das organizações esportivas de massa, resultou em reinterpretações de significados, especialmente, o da ascensão social propiciada pelo esporte, que originalmente foi entendido como uma categoria de pertencimento de classe.

O esporte vem ocupando um espaço cada vez maior na vida das pessoas, especialmente das crianças e dos jovens. A influência dos eventos esportivos divulgados com bastante frequência pelos meios de comunicação, a identificação com ídolos, a pressão dos pais e dos amigos e a expectativa de obter sucesso e *status* tem contribuído para que crianças e jovens iniciem sua prática cada vez mais cedo. Assim sendo, os treinamentos, as competições, a busca por premiações, prêmios são expressões comuns no cotidiano daqueles que praticam esporte ou que o vislumbram como possibilidade de sucesso profissional.

Em Bourdieu (2004a) encontram-se subsídios para pensar que o esporte consiste numa atividade única, diferenciada da atividade física por si só ou ainda do jogo. Para o autor, o esporte é considerado uma prática com *habitus* específico<sup>1</sup>, porquanto, regulamentada institucionalizada, formalizada, especializada e competitiva, sendo cada vez mais profissionalizada.

---

<sup>1</sup> Há uma dialética relativa às disposições e posições que faz com que a entrada num campo exija a posse de um *habitus* específico, que “não é outra coisa que um modo de pensar específico (um *eidos*)”. Enquanto o campo é “a história objetivada nas coisas, sob a forma de estruturas e de mecanicismos”, o *habitus* é “história encarnada nos corpos”, dando origem a uma “relação de participação quase mágica entre estas duas realizações da história”. É da relação entre o *habitus* e o campo que resultam e que se constituem fins (BOURDIEU, 1983).

Atualmente, a denominação “esporte”, sob a promoção das mídias, passou a nomear uma variedade de práticas que têm sido interpretadas como competição, comparação de desempenhos, busca da vitória ou recorde, entre outros. Com vistas a essa abordagem, a prática esportiva tem estado preocupada mais com os resultados obtidos em competições, do que como um direito social dos cidadãos.

No sentido de garantir uma prática esportiva consoante com os direitos dos cidadãos, lembramos que ao poder público cabe atuar em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Esporte e na Política Setorial de Esporte, como também nas resoluções da Conferência Nacional de Esporte e Lazer, na perspectiva da universalização da prática como fator de desenvolvimento humano e como inclusão social.

É oportuno esclarecer que o nosso interesse pelo estudo da temática sobre o esporte e lazer é relevante, sobretudo, frente ao que preconiza a Constituição Federal de 1988, entendida como uma constituição cidadã. A mesma delineou em seu bojo, o fomento do estado para o setor, oferecendo a perspectiva de “direito social” e de possibilidade de democratização de acesso aos bens culturais<sup>2</sup> para todos os cidadãos brasileiros.

Nesse sentido, fazemos aqui um aporte para lembrar que, no documento sobre a Política Nacional do Esporte e do Lazer resultante da I Conferência Nacional do Esporte e Lazer do Ministério do Esporte - Brasil (2006), o esporte e o lazer são compreendidos como direitos sociais. O referido documento enfatiza a necessidade do estabelecimento de uma política pública voltada para o esporte e o lazer no Brasil, estabelecendo três eixos do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer, a saber: a Política Nacional de Recursos Humanos, a Política Nacional de Financiamento e o Controle Social.

---

<sup>2</sup> O termo “cultura” tem sido empregado cotidianamente como sinônimo de erudição ou para designar o mero acúmulo de conhecimentos. Atualmente, graças à contribuição da Antropologia, o moderno conceito de cultura não está mais restrito ao campo das belas-artes, da filosofia e da erudição, tão ao sabor das elites letradas deste país. Devemos compreender “cultura” como o conjunto de manifestações espontâneas, que se molda no cotidiano das relações sociais de uma determinada coletividade que, uma vez incorporadas ao seu *modus vivendi*, a caracteriza e a distingue das demais. A Conferência Mundial sobre Políticas Culturais realizada no México em 1982 declarou que a cultura hoje pode ser considerada o conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam a sociedade ou um grupo social. Além das artes e das letras, engloba modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (ORIA, 2010).

Ainda, no sentido de viabilizar uma política pública para a área em questão, no ano de 2006 foi realizada a II Conferência Nacional do Esporte, a qual apresentou como sugestão, na assembléia final, a importância do incentivo, apoio e financiamento de políticas públicas descentralizadas e desconcentradas, no sentido de promover a produção de conhecimento e estudos científicos, visando o desenvolvimento do lazer, da Educação Física e do esporte em suas diferentes manifestações (BRASIL, 2006).

A referida política pressupõe que é no tempo e no espaço de lazer que a manifestação cultural esportiva, privada de sentido de performance, ou seja, da busca de rendimento passa a ser entendida como possibilidade de ser vivenciada por todos.

Logo, notamos que é uma prática que interessa a toda a sociedade, necessitando ser abordada como questões de Estado, cabendo a este agenciar sua democratização. Embora a nosso ver, a Política Nacional de Esporte e Lazer denote a preocupação com o estabelecimento de uma política pública de qualidade, tendo como pressupostos básicos a otimização dos espaços, bem como a reorganização do tempo, lembramos que somente os aspectos legais não afiançam o estabelecimento de políticas públicas para o setor. Assim, é pertinente propor discussões relativas às ofertas do poder público na área.

Ao tratar da filosofia para o esporte, Bourdieu (1983) comenta que antes de se configurar em uma estrutura específica no contexto da sociedade civil, algumas práticas são constituídas previamente pelo poder público, evidenciando, assim, a maneira de compreender e/ou cogitar o esporte e o lazer em determinada região, ou o direcionamento que as instituições atreladas às determinadas práticas devem se encaminhar.

Lembramos também de Mezzadri et al. (2006) que, afirmam que as políticas públicas para o esporte e lazer exigem planejamento por parte das instituições públicas de forma eficiente e bem estruturada. Os autores lembram a importância da elaboração de um plano de governo norteador, para determinar e dar sustentação aos objetivos e metas delineados pela gestão.

Acreditamos que, o grande desafio estratégico da atuação das instituições que desenvolvem práticas esportivas e de lazer que compõem o quadro do campo esportivo, é o fomento ao estabelecimento de políticas públicas de esporte e lazer, que sejam desenvolvidas de forma efetiva e continuamente, para que os seus

resultados possam ser avaliados e mensurados quanto à qualidade, eficácia e efetividade de seus propósitos.

Deste modo, tendo a cidade de Umuarama – Paraná como campo de pesquisa, buscamos compreender as demandas relativas à oferta de práticas de esporte e lazer das instituições públicas e particulares, bem como a oferta do poder público e as funções e relações existentes entre elas. Optamos pela Prefeitura Municipal de Umuarama - PMU, Universidade Paranaense – UNIPAR, Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Social da Indústria – SESI, Associação de Futsal de Umuarama – AFSU, Associação Umuaramense de Basquetebol – AUB, Núcleo Regional de Educação de Umuarama – NRE, Umuarama Country Club – UCC, Harmonia Clube de Campo – HCC, Clube Recreativo e Esportivo Português de Umuarama – CREPU, Liga de Futebol de Umuarama – LFU, Associação Tigrão de Futebol - ATF, uma vez que estas são as principais instituições que se propõem a ofertar práticas de esporte e lazer na cidade.

Com a intenção de situar melhor o local da pesquisa, salientamos que o Município de Umuarama foi fundado em 26 de junho de 1955, pelo engenheiro Hermann Moraes de Barros, que comandava a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sendo que, na ocasião foi realizada a 1ª missa na localidade pelo frei Estevão de Maria.

Bueno (1997) esclarece que Umuarama quer dizer “lugar alto e ensolarado para encontro de amigos”, por isso a denominação “Capital da Amizade”. O símbolo da cidade é o Índio Xetá, que habita parte da região localizada no distrito de Serra dos Dourados desde 1949. Conforme dados do IBGE (2010), a cidade conta hoje com uma população de 100.027 habitantes, distribuída numa área de 1.227.425 km<sup>2</sup>.

Merece destaque o fato de que com uma distância de 590 km de Curitiba, capital do Estado, a cidade de Umuarama *locus* da nossa pesquisa possui cinco distritos, entre eles destacamos os distritos de Serra dos Dourados, Lovat, Santa Eliza, Roberto Silveira e Vila União. A cidade de Umuarama é o pólo da microrregião da Associação dos Municípios Entre-rios - Amerios, sendo circundada em seus limítrofes por 11 municípios, a saber: Icaraíma, Alto Paraíso, Xambrê, Altônia, Iporã, Perobal, Cruzeiro do Oeste, Maria Helena, Mariluz, Ivaté e Douradina.

Conforme Relatório da Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Umuarama (2009), como pólo regional, a cidade conta, atualmente, com seis parques industriais, 3.897 estabelecimentos

comerciais, 275 estabelecimentos industriais, 13 agências bancárias, quatro hospitais, 206 clínicas especializadas, 10 laboratórios de análises clínicas, 260 médicos, 15 hotéis, 37 restaurantes, um *shopping center de médio porte*, 02 cinemas, 64 escolas de Ensino Fundamental e Médio, 02 universidades, 03 faculdades, 01 Instituto de Ensino Profissionalizante (IFET-PR), 06 emissoras de rádio AM-FM, 01 canal de televisão a cabo e 01 (um) canal de televisão aberta, ostentando, ainda, o maior rebanho bovino do estado do Paraná com 1.213.348 cabeças de gado, constituindo-se como centro de referência em Medicina Veterinária e Ensino. No ano de 2009 a arrecadação municipal foi de 134.000.000,00 (cento e trinta e quatro milhões de reais), tendo como ponto forte de sua economia a agroindústria, a pecuária de corte e o setor moveleiro.

Dentre os seus cem mil e setecentos habitantes, a população censitária corresponde a uma idade média de 05 (cinco) a 30 (trinta) anos, contando com aproximadamente 48.705 (quarenta e oito mil, setecentos e cinco) habitantes entre homens e mulheres (IPARDES, 2009).

Diante desse quadro, entendemos que a prática efetiva de esporte e lazer na cidade poderá atuar como instrumento de formação integral da população, contribuindo para a promoção de valores cognitivos, afetivos e sociais. Vale frisar que o esporte e o lazer auxiliam no desenvolvimento de valores como disciplina, espírito de equipe, formação da personalidade, reconhecimento de limitações, capacidade de aceitar a derrota, desejo de obter a vitória, a valorização cultural, a integração social e a vivência de práticas inclusivas e não discriminatórias.

Com esse entendimento, importa-nos questionar: as ofertas do Poder Público para o esporte e lazer no período de 2004 a 2008 no município de Umuarama, corresponderam às demandas das instituições que desenvolvem práticas esportivas e de lazer? Nessa perspectiva, buscamos refletir acerca das ofertas do poder público, apontando sugestões de ações viáveis ao desenvolvimento de atividades relativas ao esporte e lazer junto às instituições que desenvolvem práticas esportivas no município de Umuarama-Paraná.

Essa mobilização pode ser percebida a partir da articulação e participação popular, através da realização da 1ª Conferência Nacional do Esporte no ano de 2002 e da 2ª Conferência Nacional do Esporte no ano de 2006, na tentativa de construir o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, oferecendo subsídios necessários para o pleno desenvolvimento por meio dos Municípios.

Acreditamos que o conjunto de ações em nível nacional e estadual, desencadeou mudanças consideráveis quanto à oferta e demanda no setor do esporte e lazer na cidade de Umuarama, o que merece, a nosso ver, uma investigação mais aprofundada

Justificamos a opção pelo referido período de 2004 a 2008 em razão das mudanças efetivadas no Governo Federal e Estadual que tem buscado consolidar o espaço de diálogo entre o estado e a sociedade, mobilizando e incitando os municípios para aperfeiçoarem a estruturação institucional e política relativa ao esporte e lazer.

O interesse do estudo na focalização do esporte e lazer justifica-se em razão de a Constituição Federal de 1988, entendida como constituição cidadã deixar clara a expectativa de o “direito social” e de democratização do acesso aos bens culturais para todos os cidadãos.

Conforme será possível acompanhar de maneira mais detalhada ao longo da pesquisa, a investigação que ora apresentamos, busca contribuir com aos estudos relacionados ao tema, sobretudo, àqueles que entendem a prática do esporte e lazer como fenômeno de relevante significação humana e social, muito embora seja comum a constatação de que a vontade política dos governantes não tenha sido mobilizada com essa percepção.

Com esse entendimento, a presente investigação tem como objetivo geral identificar a oferta do poder público às instituições esportivas que oferecem a prática de esporte e lazer da cidade de Umuarama-Paraná no período de 2004 a 2008, visando definir as funções específicas de cada instituição, bem como as relações entre as estruturas e agentes que compõem o campo esportivo na cidade.

Mais especificamente, buscamos compreender as relações concernentes às estruturas e agentes envolvidos no campo esportivo e de lazer do município de Umuarama-Paraná; verificar se as ofertas do poder público correspondem às demandas das instituições parceiras que desenvolvem práticas de esporte e lazer na cidade de Umuarama-Paraná.

Partimos da hipótese de que a oferta do poder público no que tange ao esporte e lazer do município de Umuarama-Paraná no período de 2004 a 2008 não corresponde às demandas das instituições que desenvolvem práticas esportivas e de lazer, ou ainda que o poder público da cidade de Umuarama-Paraná está deixando de cumprir com o fomento ao esporte e lazer, pois a falta de um objetivo

concreto para os programas de maneira geral, não estão contribuindo para orientar o encaminhamento de ações, em relação à estrutura e agentes desse campo esportivo, não favorecendo, assim, as relações de parcerias.

A pesquisa que ora apresentamos encontra-se estruturada de maneira a contemplar, primeiramente, a introdução, onde nos reportamos à problemática, justificativa, objetivos e hipótese da pesquisa.

Na sequência abordamos o caminho metodológico da investigação, com destaque na caracterização da pesquisa, a população participante, os instrumentos utilizados para a coleta de dados e a maneira pela qual os dados foram organizados para a apresentação dos resultados.

No Capítulo I intitulado “Funções e Relações das Estruturas e Agentes do Campo Esportivo na Teoria de Bourdieu”, versamos sobre a teoria do campo político, a sociologia do esporte e o campo esportivo, buscando demonstrar as relações de compreensão do autor. Ao pensar na constituição de um campo esportivo como *locus* de análise na escrita dos textos propostos pelo autor, entendemos que ele se ampara na questão das homologias dos espaços de produção cultural, material e simbólica, bastante pertinente para dar respostas às questões suscitadas na pesquisa. O nosso embasamento na sofisticada teoria dos campos de produção simbólica de Bourdieu deu sustentação à temática, por demonstrar que as relações de força entre os agentes sociais se apresentam sempre na forma transfigurada de relações de sentido.

No Capítulo 2 intitulado “O Campo Esportivo da Cidade de Umuarama – Paraná – Funções e Relações das Estruturas e Agentes”, abordamos o campo esportivo da cidade *locus* de estudo, na tentativa de responder à questão inicial de pesquisa, baseado nas entrevistas junto aos agentes das instituições já referidas.

Por fim, tecemos as conclusões finais acerca do estudo proposto, retomando aspectos relevantes do problema, os objetivos elencados e a hipótese inicial levantada, visando à compreensão do problema e, sobretudo, encaminhar sugestões frente à problemática suscitada.

Com esse propósito, para darmos os encaminhamentos na pesquisa, apresentamos a seguir o caminho metodológico da presente dissertação trilhado no decorrer do trabalho com os possíveis delineamentos necessários para nos ajudar a dirimir dúvidas e dar respostas aos questionamentos iniciais de um setor ainda, a nosso ver, pouco conhecido no âmbito das pesquisas científicas.

## **CAMINHO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO**

O processo metodológico desenvolvido na presente dissertação buscou os indicadores da pesquisa qualitativa utilizada para investigações empíricas, uma vez que pretendemos descrever, compreender e interpretar o objeto da pesquisa em um processo de reflexão crítica.

A pesquisa qualitativa parte do entendimento de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são pontos básicos no processo da pesquisa qualitativa (MATIAS-PEREIRA, 2007).

Com vistas às exigências do processo de investigação da pesquisa qualitativa, o ambiente natural foi a fonte direta para a coleta de dados, e o pesquisador o instrumento-chave. Consideramos os pressupostos elencados por Matias-Pereira (2007) ao mencionar que os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente, portanto, o processo e o seu significado se constituíram no foco da abordagem qualitativa.

Como pesquisa qualitativa o estudo de caso foi o tipo de pesquisa escolhido para embasamento da investigação proposta. O estudo de caso "[...] se fundamenta na ideia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa" (Gil, 1994, p. 79).

Primeiramente, tendo como suporte a pesquisa bibliográfica, procedemos ao levantamento das fontes pertinentes ao esporte e lazer. A seleção e análise relativa às principais obras proporcionaram uma melhor visão da problemática da pesquisa.

Também nos parece relevante esclarecer que a pesquisa bibliográfica é revestida de um estilo analítico e interpretativo (GIL, 1993), fornecendo elementos para a compreensão relativa às novas deliberações que demarcam as questões sobre o esporte e lazer na atualidade.

A pesquisa bibliográfica pode ser realizada independentemente ou como parte de qualquer outra pesquisa e se desenvolve tentando explicar um problema,



utilizando o conhecimento disponível a partir de teorias publicadas em livros e obras congêneres.

Assim, o investigador levantou o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas sobre esporte e lazer, avaliando a contribuição “para auxiliar a compreender ou explicar o problema: objeto de investigação” (HORN et al., 2001, p. 10).

Para darmos sustentação à fundamentação teórica da pesquisa relativa ao esporte e lazer buscamos respaldo na concepção proposta por Bourdieu<sup>3</sup>, em suas várias nuances, por considerarmos a sua teoria de fundamental importância para a análise em estudo.

Já para a nossa ida ao campo utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista. A opção por esse tipo de coleta de dados nos reportou aos estudos de Severino (2007). O autor evidencia que a entrevista é uma técnica de coleta de informações acerca de um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado, sendo muito utilizada nas pesquisas da área de Ciências Humanas, levando o pesquisador a apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

A técnica de entrevista possibilitará a obtenção das informações necessárias para o alcance dos objetivos e hipóteses traçados na presente investigação, oferecendo os subsídios necessários para a discussão final do estudo proposto. Com base em Gil (1993), a entrevista é guiada por uma relação de questões de interesse, tal como um roteiro, que o investigador vai explorando ao longo de seu desenvolvimento

Para facilitar os caminhos propostos para a pesquisa, optamos pela entrevista semiestruturada. Para tal, estudamos em Triviños (1992), que a entrevista semiestruturada parte de alguns questionamentos básicos, apoiados por teorias que interessam à pesquisa, dando margem a outras interrogativas à medida que as respostas dos informantes são recebidas.

---

<sup>3</sup> O sociólogo francês Pierre Bourdieu morreu na noite do dia 23 de Janeiro, num hospital de Paris, em consequência de um cancro, aos 71 anos de idade. Catedrático de sociologia no Colège de France, Pierre Bourdieu era considerado um dos intelectuais mais influentes da sua época. A educação, a cultura, a literatura e a arte foram os seus primeiros objectos de estudo. Nos últimos anos, Bourdieu dedicou-se ao estudo dos meios de comunicação e da política.

. Assim sendo, atendendo a um roteiro flexível utilizamos a entrevista semiestruturada dirigida aos gestores das instituições particulares e pública selecionadas da cidade de Umuarama – Paraná (Apêndice A e B), visando questões pertinentes ao objeto de investigação.

A entrevista utilizada foi elaborada previamente contando com questões importantes para investigar questões relevantes para subsidiar as respostas aos questionamentos iniciais. Inicialmente, preocupamo-nos em saber há quanto tempo gestores das instituições particulares e públicos atuam no mercado do esporte e lazer, quais entidade(s) os agentes atuaram como gestores esportivos no período de 2000 à 2008 na cidade de Umuarama, qual a função exercida por eles diretamente e como eram definidas as estruturas de funcionamento das entidades (departamento – divisão - setor – secretaria e outras), qual o tipo ou categoria de esporte as entidades se prestavam a desenvolver (educacional – comunitário - de participação - apenas lazer - de rendimento - de alto rendimento – outros), quantos agentes, pessoas compunham o setor que os agente administravam ou coordenavam, como se dava a definição de papéis na entidade no desenvolvimento do esporte e do lazer em Umuarama.

Questões relativas à definição de orçamento próprio com os valores orçamentários anuais, mais ou menos, estimados em R\$ para o setor e quanto significava em percentuais (%) o valor no orçamento geral das entidades também foram suscitadas. Questionamos, ainda, as relações de parceria com outras entidades da sociedade civil, a presença de intercâmbios no planejamento das entidades com outras do mesmo setor e de que forma isso acontecia. Buscamos também, conhecer a opinião dos entrevistados quanto à qualidade das ofertas de esporte e lazer direcionadas pelo poder público e privado, se no período da gestão, o setor possuía autonomia administrativa e orçamentária capaz de garantir a implementação e a continuidade de projetos e ações, se as funções dos agentes que atuaram nas entidades ou departamentos no qual gerenciou, eram claramente definidos, a questão da qualificação dos agentes que atuaram nas instituições pesquisadas.

Referimo-nos, ainda, acerca da existência de projetos desenvolvidos em parcerias com instituições comunitários e sociais. Em caso afirmativo, buscamos saber quais os mais importantes. Perguntas sobre a realização de mapeamento das necessidades e das estruturas para uma posterior intervenção e de que forma isso

aconteciam, assim como a presença de elaboração de algum instrumento para aprimorar as ações de acompanhamento, análise e avaliação dos investimentos feitos em programas ou projetos de esporte e lazer também foram levantadas.

Também, procuramos obter conhecimentos sobre a utilização de algum recurso municipal, estadual ou federal para executar projetos durante a gestão, definição da “Política do Município de Umuarama” para o setor de Esporte e Lazer, existência do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e de suas ações, participação para representar a(as) entidades durante discussões e/ou debates sobre a construção de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer a nível municipal, estadual e federal.

Com esse entendimento, os informantes foram submetidos a várias entrevistas para que obtivéssemos o máximo de informações e para avaliar as mudanças das respostas em momentos diferentes.

É oportuno destacar que na entrevista semiestruturada, o papel do pesquisador, conforme enunciados de Sellitz (1974) é o de servir como catalisador da expressão compreensiva dos sentimentos e crenças dos entrevistados, bem como do referencial a partir do qual aqueles sentimentos e crenças adquirem significação pessoal. Por isso, embasados na compreensão do autor, no transcorrer da nossa pesquisa, buscamos promover um clima no qual os entrevistados se sentissem livres para se expressar sem receios de desaprovação, repreensão e/ou conselhos do entrevistador.

Assim sendo, como se trata de pesquisa qualitativa, procuramos entrar em contato direto e prolongado com o ambiente e a situação investigada, realizando um delicado trabalho de campo no sentido de compreender as demandas das instituições pesquisadas com o olhar atento ao período de 2004 a 2008.

Objetivando identificar as ofertas do poder público e das instituições esportivas relativas ao esporte e lazer da cidade de Umuarama-Paraná no período de 2004 a 2008, visando definir as funções específicas de cada instituição, bem como as relações entre as estruturas e agentes que compõem o campo desportivo, optamos por um universo constituído por um total de 12 (doze) estruturas com 14 (quatorze) agentes atuantes nas instituições que ofertam e desenvolvem práticas esportivas no município de Umuarama-Paraná, conforme Quadro 1 a seguir:

**QUADRO 1 – AGENTES ATUANTES NAS INSTITUIÇÕES QUE OFERTAM E DESENVOLVEM PRÁTICAS ESPORTIVAS NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA – PARANÁ.**

<b>Estrutura</b>	<b>Agentes</b>
Prefeitura Municipal de Umuarama - PMU	02 agentes
Universidade Paranaense – UNIPAR	02 agentes
Serviço Social do Comércio – SESC	01 agente
Serviço Social da Indústria – SESI	01 agente
Associação Futsal de Umuarama – AFSU	01 agente
Associação Umuaramense de Basquetebol – AUB	01 agente
Núcleo Regional de Educação – NRE	01 agente
Umuarama Country Club – UCC	01 agente
Harmonia Clube de Campo – HCC	01 agente
Clube Português de Umuarama – CREPU	01 agente
Liga de Futebol de Umuarama – LFU	01 agente
Associação Tigrão de Futebol - ATF	01 agente

Fonte: Departamentos e Coordenações de Esporte das entidades pesquisadas (2009).

A opção pelas instituições considerou o fato de as mesmas serem as principais instâncias que efetivamente desenvolvem atividades de esporte e lazer na cidade de Umuarama.

1) A Prefeitura Municipal de Umuarama (Fundação de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer) ano de 2008 localizada na Avenida Parigot de Souza, 2880 – Centro: possui uma Estrutura Física para esporte e lazer composta de 01 Centro poli-esportivo e de lazer, 05 ginásios de esportes, 04 quadras cobertas, 02 estádios para futebol, 05 campos para futebol, 01 pista de atletismo, 06 academias da terceira idade, 03 pistas de caminhada (Lago Aratimbó, Bosque Uirapurú e Bosque Xetás), 12 espaços multiuso (quadra de areia, quadra poli-esportiva aberta e canchas de bocha e malha). Estrutura de pessoal: 01 Diretora Superintendente, 01 Diretor de Esporte e Lazer, 01 Secretária, 03 Técnicos Desportivos, 06 Auxiliares de Serviços Gerais, 01 almoxarife, 01 caseiro e 01 motorista e 03 estagiários. As ações da Fundação estão voltadas a desenvolver o esporte comunitário, a recreação e o lazer<sup>4</sup>

2) A Universidade Paranaense – Unipar, localizada na Praça Mascarenhas de Moraes, 4282 – Centro que instalou-se em Umuarama no Ano de 1970, iniciando-se como Faculdade de Filosofia e transformando-se em Universidade no ano de 1993, conta hoje com 10 campis em 07 cidades diferentes e 25.000 alunos matriculados em mais de 60 cursos de graduação e pós graduação. Na cidade de Umuarama

<sup>4</sup> Informações coletadas junto ao Organograma da Fundação de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo – gestão 2005/2008.

possui 03 campi, 35 cursos de graduação e Pós-Graduação e aproximadamente 8.000 alunos com frequência. Possui uma estrutura física para esporte e lazer composta de 01 centro poliesportivo e de lazer, 03 ginásios de esportes, 02 campos de futebol society, 01 pista de atletismo com 200 metros, 01 piscina semiolímpica, 01 piscina coberta, 01 ginásio para judô e GR, 01 salão de jogos, 01 laboratório de avaliação física e uma sala multiuso. A estrutura de pessoal conta com 01 coordenador de esporte e lazer, 01 coordenadora para o curso de Educação Física, 02 secretárias, 02 técnicos desportivos, 02 monitores de escolinhas, e 06 auxiliares de serviços gerais. Este seguimento conta com dois agentes no período de 2004 a 2008 uma vez que no referido período a entidade contou com dois departamentos diferenciados para a área de desenvolvimento de esporte e lazer<sup>5</sup>.

3) O Serviço Social do Comércio – SESC, com endereço situado à Rua Domingos de Paula, 2700, iniciou seus trabalhos em Umuarama na década de 70 através de um escritório denominado SESC/UNIMOS e contava com o trabalho de 02 técnicos desportivos. No início dos anos 90 concluiu e inaugurou a obra da unidade local com aproximadamente 10.000 m<sup>2</sup>. Possui uma Estrutura Física para esporte e lazer composta de 01 centro poli-esportivo e de lazer, 01 campo de futebol society de areia, 01 salão de jogos e 01 academia. A estrutura de pessoal é composta por 01 diretora geral, 01 coordenador de esporte e lazer, 01 técnico de lazer, 01 secretária, 02 técnicos desportivos, 04 estagiários de esporte e lazer e 04 auxiliares de serviços gerais. As ações do SESC Umuarama, estão voltadas a promover o bem estar dos comerciários, através da promoção de eventos esportivos e de lazer, aulas de ginástica e musculação, além da manutenção de escolinhas desportivas de iniciação ao futsal direcionado aos filhos dos comerciários. Também, contempla a organização de campeonatos infantis de futsal masculino e feminino e competições aos empregados no comércio em geral em várias modalidades<sup>6</sup>.

4) Serviço Social da Indústria – Sesi é localizado na Rodovia PR 489, 1400 no bairro Jardim Universitário, que passou a constar do rol de entidades na cidade de Umuarama nos anos 80. Após a instalação de uma microunidade funciona, atualmente, em uma estrutura própria padronizada, com uma estrutura física para esporte e lazer composta de 01 ginásio de esportes polivalente, 01 campo de Futebol Society. A estrutura de pessoal integra 01 diretora geral, 01 coordenador de

---

<sup>5</sup> Informações coletadas na Coordenação do Programa Institucional de Lazer e Esporte Universitário - PILEU.

<sup>6</sup> Informações coletadas na Diretoria Geral da Instituição.

esporte e lazer, 01 secretária, 01 técnico desportivo, 02 auxiliares de serviços gerais. As ações do SESI Umuarama estão voltadas a promover o bem estar dos industriários, através da promoção de eventos esportivos e de lazer e da organização de campeonatos para os empregados na indústria. Cabe ressaltar que no período de 2004 a 2007 foram extintas as atividades de atendimento aos comerciantes com práticas esportivas e de lazer, atuando apenas na área de cursos profissionalizantes<sup>7</sup>.

5) Umuarama Country Club – UCC, situada à Avenida Manaus nº 4 4666 a instituição foi fundada no ano de 1963 por um grupo de médicos, advogados e engenheiros da Cia melhoramentos norte do Paraná que possuíam gosto afinadíssimo com o esporte, está localizado no centro da cidade e conta com 450 sócios titulares e um universo de aproximadamente 900 sócios frequentadores. A estrutura física para esporte e lazer é composta de 01 ginásio de esportes, 02 campos de futebol *society*, 03 quadras de tênis de saibro, 01 quadra de areia, 01 piscina semiolímpica e 01 academia. A estrutura de pessoal integra 01 coordenador de esporte e lazer, 01 secretária, 02 técnicos desportivos, 02 estagiários e 06 auxiliares de serviços gerais. Esta entidade foi responsável pela organização dos primeiro evento esportivo regional, tratando-se dos “Jogos da Primavera” nos anos de 1969, 1970, 1972, 1973 e 1974. O departamento de esportes oferece ao associado aulas de ginástica em várias modalidades, treinamentos em escolinhas de futsal para crianças em 03 categorias, aulas e treinamentos de tênis, organizando eventos e competições esportivas de futebol *society* e futsal para jovens e adultos, além de torneios de cartas.

6) Harmonia Clube de Campo – HCC está situado na Rua José Dias Lopes nº 4310 foi fundado no ano de 1965 por um grupo de comerciantes e médicos que adquiriram uma chácara ao redor da cidade, com 700 sócios titulares e aproximadamente 1.300 sócios frequentadores. A instituição possui uma estrutura física para esporte e lazer composta de 01 ginásio de esportes, 02 campos de futebol *society*, 03 quadras de tênis, 02 quadras de areia, 01 piscina semiolímpica coberta, 04 canchas de bocha, 01 quadra aberta polivalente, 01 salão de sinuca e 01 academia. A estrutura de pessoal integra 01 Coordenador de esporte e lazer, 01 secretária, 04 técnicos desportivos, 03 estagiários e 06 auxiliares de serviços gerais.

---

<sup>7</sup> Informações coletadas na Coordenação de Esportes da Entidade.

As ações deste clube estão destinadas a oferta de entretenimento aos seus associados através da promoção de eventos esportivos e de lazer, em diversas modalidades esportivas e recreativas, além da manutenção de escolinhas desportivas de iniciação futsal, futebol, tênis e natação. Ressalta-se que o clube mantém em parceria com uma Associação particular, aulas e treinamento de natação e participa de campeonatos regionais e estaduais organizados por federação especializada e que o grande marco desta entidade é a organização de campeonatos de futebol com grande competitividade em várias categorias e níveis, inclusive com a frequência de vários ex-jogadores profissionais da modalidade<sup>8</sup>.

7) Clube Recreativo Português de Umuarama – CREPU situado à Avenida Portugal s/n foi instalado na cidade de Umuarama na década de 80 pela comunidade lusitana. A instituição conta com 600 sócios titulares/proprietários, com aproximadamente 1.400 frequentadores na sua maioria comerciante descendente de portugueses, possuindo uma estrutura física para esporte e lazer composta de 01 ginásio de esportes, 03 campos de futebol society, 02 quadras de tênis, 02 quadras de areia, 01 piscina olímpica, 04 canchas de bocha, 02 quadras aberta polivalente, 01 salão de sinuca. A instituição conta com uma estrutura de pessoal: 01 coordenador de esporte e lazer, 01 secretária, 02 técnicos desportivos, 02 estagiários e 06 auxiliares de serviços gerais. As ações do departamento de esportes estão destinadas a oferta de eventos esportivos aos seus associados através da promoção de campeonatos em diversas modalidades esportivas e recreativas, além da manutenção de escolinhas desportivas de iniciação futsal e natação. O destaque da entidade é a oferta de campeonatos de futebol com grande competitividade na categoria adulta, com a frequência de vários ex-jogadores profissionais da modalidade.

8) Associação de Futsal de Umuarama – AFSU está localizada na Rua Ney Braga nº 5080. Foi fundada no ano de 2003 por um grupo de amigos amantes do futsal e ex-atletas da modalidade, sendo instalada com o objetivo de organizar o futsal e desenvolver um projeto social para oferecer participação à aproximadamente 300 crianças com idade entre 05 e 15 anos, e estruturar uma equipe para participar do campeonato paranaense da modalidade na categoria adulta. Esta estrutura foi ampliada para 600 crianças no ano de 2008 e a equipe de rendimento passou a ser

---

<sup>8</sup> Informações coletadas na Coordenação de Esportes da Entidade.

de alto rendimento e disputa há três anos a “Liga Nacional de Futsal” com as melhores equipes do país e já conta com 02 títulos e dois vice-campeonatos do certame paranaense. A instituição integra uma estrutura física para o esporte composta de 01 ginásio de esporte e 05 quadras alugadas. A estrutura de pessoal é composta por 01 supervisor de esporte, 01 secretária, 01 técnico desportivo, 01 preparador físico, 01 massagista, 01 mordomo, 01 coordenador de escolinhas, 06 estagiários<sup>9</sup>.

9) Associação Umuaramense de Basquetebol – AUB, situada à Avenida Brasil 5158, foi fundada por ex-jogadores de Basquetebol e amantes da modalidade no ano de 2001 para dar suporte às categorias de base e tentar estruturar uma equipe de alto rendimento na modalidade. A entidade possui uma estrutura física para esporte composta de 01 ginásio de esportes alugado, e uma estrutura de pessoal composta por 01 técnico desportivo, 01 coordenador de escolinhas, 04 estagiários. As atividades desta associação estão direcionadas a promover e manter escolinhas de basquetebol em caráter social em 04 núcleos de iniciação e manutenção dos treinamentos da equipe adulta e juvenil que disputa o campeonato paranaense de basquetebol e os jogos oficiais do Estado. Atualmente, o projeto desta entidade conta com 200 crianças inscritas e o núcleo de rendimento passa por um período de aprimoramento com cerca de 30 alunos matriculados oriundos das escolinhas.

10) Associação Tigrão de Futebol está localizada na Avenida São Pedro, s/n, criada no ano de 2007 por um grupo de amigos empresários na tentativa de melhor organizar e dar sustentação ao futebol profissional da cidade e ao desenvolvimento do futebol para as comunidades de bairros. A entidade possui uma estrutura física para esporte composta de 01 campo de futebol alugado, 01 estádio para futebol alugado. A estrutura de pessoal é composta por 01 supervisor de futebol, 01 secretária, 01 técnico desportivo, 01 preparador físico, 01 massagista, 01 mordomo, 01 estagiário. As atividades da associação estão direcionadas para a promoção e manutenção das escolinhas de futebol em 02 núcleos de iniciação e manutenção dos treinamentos da equipe adulta e juvenil que disputa o Campeonato Paranaense de Futebol da 3ª Divisão<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Informações coletadas na Coordenação de Esportes da Entidade.

<sup>10</sup> Informações coletadas junto ao supervisor responsável pelo setor de Esportes da Entidade.



11) Núcleo Regional de Educação - NRE – Coordenação de Educação Física é localizado na Avenida Presidente Castelo Branco, 5470 instalada em Umuarama desde a década de 70. A entidade possui uma estrutura física para esporte e lazer composta de 01 sala de coordenação. A estrutura de pessoal é composta por 02 coordenadores de educação física. As ações deste órgão estão voltadas a organizar em parceria com a Prefeitura Municipal e a Paraná Esporte, os Jogos Colegiais do Paraná - Fase Municipal e Regional, além de organizar o Circuito Regional de Xadrez<sup>11</sup>.

12) Liga de Futebol de Umuarama – LFU está localizado à Avenida São Pedro S/n, Estádio Municipal Lúcio Pipino. Foi fundada no ano de 1990 e filiada à Federação Paranaense de Futebol. Possui uma estrutura física para esporte composta de 01 sala de coordenação. A estrutura de pessoal integra 01 diretor de esporte, 02 coordenadores de futebol, 01 coordenador de arbitragem, 01 diretor técnico. As atividades desta entidade estão direcionadas no sentido de organizar o Campeonato Amador Regional de Futebol e o Campeonato Inter-Bairros de Futebol Amador de Umuarama<sup>12</sup>.

Considerando a realidade das instituições acima citadas reiteramos a nossa proposta em analisar as ofertas do Poder Público para o esporte e lazer no período de 2004 a 2008 no município de Umuarama, verificando se estas corresponderam às demandas das referidas instituições

Para a análise e interpretação dos dados coletados buscamos detalhar o essencial referente à compreensão do esporte e lazer da cidade de Umuarama-Paraná no conjunto dos discursos dos agentes atuantes nas instituições acima citadas que desenvolvem práticas esportivas no município de Umuarama-Paraná.

Esse processo nos permitiu verificar a opinião dos entrevistados, agrupando-os e separando-as por convergências e divergências em relação aos seus discursos. Assim, as falas dos participantes foram transcritas no conjunto de seus discursos para posterior análise descritiva.

A seguir apresentamos o capítulo intitulado “A teoria do Campo Esportivo e suas Relações com as Políticas Públicas em Umuarama – Paraná” com a fundamentação teórica da pesquisa, tendo como pressupostos básicos a teoria de

---

<sup>11</sup>Informações coletadas junto à Coordenação de Educação Física da Entidade.

<sup>12</sup>Informações coletadas junto à Direção Técnica da Entidade.

Bourdieu. Consideramos que o olhar e a escuta a respeito das obras de Bourdieu é pertinente para a reflexão proposta, por entendermos que Bourdieu trata os fenômenos sociais com base nas inter-relações entre os diferenciados atores que compõem a sociedade, atores estes que travam disputas relativas a um objeto comum.

A partir do campo teórico pesquisado buscamos abrir caminho para a compreensão do campo esportivo da cidade de Umuarama – Paraná, suas funções e relações das estruturas e agentes, em confronto com a literatura apresentada.

Parafraseando Souza e Marchi Junior (2009), o conhecimento sobre os antecedentes históricos, ao menos em linhas gerais, da produção sociológica e epistemológica reservada ao campo das práticas esportivas é a primeira condição para o entendimento, sob novas perspectivas dos problemas concernentes a um determinado espaço, evitando, por conseguinte posições muitas vezes legitimadas por especialistas que costumam asseverar sobre o esporte e sobre o lazer.

## CAPÍTULO I

### A TEORIA DO CAMPO ESPORTIVO E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM UMUARAMA - PARANÁ

A opção pela temática central deste trabalho se refere às ofertas do Poder Público acerca do esporte e do lazer na cidade de Umuarama – Paraná, considerando, sobretudo, as funções e as relações da estrutura e dos agentes envolvidos no período compreendido entre 2004 e 2008.

Assim, a leitura de Bourdieu apresentada nesse capítulo é fundamental para a compreensão da problemática suscitada na pesquisa, uma vez que o autor propõe que o capital cultural é o responsável pelo rendimento dos agentes frente ao sistema, diferindo em conformidade com a origem social dos grupos.

A teoria de Bourdieu ilustra significativas contribuições para a compreensão mais adequada das relações entre o esporte e o lazer ao demonstrar alguns mecanismos objetivos, dentre eles o capital cultural, que influencia a trajetória prática dos agentes do campo investigado. Por exemplo, os conceitos de *habitus*, campo e capital cultural são constitutivos da teoria sociológica do autor.

Tais conceitos são relevantes à medida que viabilizam uma relação dinâmica com o que está sendo compreendido no campo empírico. Independentemente de seu emprego, a intenção do pesquisador parece ser continuamente a de elucidar o fenômeno constatado, valendo-se das definições enquanto matrizes de análise. A utilização de outras noções demanda uma leitura mais aprofundada da obra do sociólogo.

Ao partir da compreensão de que o *habitus*<sup>13</sup> é um conjunto de disposições implícitas nos sujeitos, resultante de aspectos incorporados durante sua trajetória social, surge a necessidade de buscar na teoria de Bourdieu, respostas para as questões concernentes às políticas públicas para o esporte e lazer, faz-se

---

<sup>13</sup> Produto da internalização pelo indivíduo, das condições históricas e sociais realizadas ao longo de sua trajetória pessoal e social. As estruturas que caracterizam um campo específico ou as condições que caracterizam uma condição de classe são apreendidas sob a forma de regularidades, que, associadas a um meio social, produzem sistemas de disposições duráveis que estão predispostas a funcionar como estruturas estruturantes. O *habitus* é importante para a análise de atitudes subjetivas que são capazes de estruturar as representações e a geração de novas práticas (BOURDIEU, 1990).

necessário compreender as relações entre as posições ocupadas por aqueles que podem produzir, utilizar e reproduzir um determinado *habitus* que emana das estruturas e é internalizado pelos agentes.

Espaço social<sup>14</sup> este que, na visão de Bourdieu, ostenta a forma específica de um campo. Assim, antes de discutir a demanda esportiva é importante compreender alguns conceitos ilustrados por Bourdieu. Os conceitos de campo, *habitus* e capital fazem parte das noções centrais da obra do autor. Portanto, de momento, buscamos enfatizar a teoria de campo e, posteriormente, discorrer sobre a teoria do campo político e suas implicações no esporte e lazer.

## 1.1 A TEORIA DO CAMPO DE BOURDIEU

A conceituação do campo envolve a definição do espaço social no qual estão colocadas as posições, em que os agentes sociais se movimentam com o objetivo de alcançar suas conquistas; outro atributo do campo é seu objeto de disputa e seus interesses específicos.

Por isso, o campo é definido como “o *lócus* onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão” (ORTIZ, 1994, p. 19), sobretudo, para que um campo exista é preciso que haja além dos objetos de interesse e disputa em seu interior, as pessoas (agentes) dotadas de *habitus* que possam identificar/legitimar as leis imanentes ao jogo.

Em termos indutivos, de acordo com a teoria de Bourdieu (1983), um campo pode ser conceituado como:

[...] uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Estas posições são definidas objetivamente na sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos benefícios específicos que estão em jogo no campo, e, ao mesmo tempo, pelas suas relações objetivas em relação às outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (BOURDIEU, 1983, p. 73).

---

<sup>14</sup> O que existe no mundo social, não são grupos constituídos como se crê, mas esta realidade invisível que se chama “espaço social”, embora se reconheça que, para se manifestar este espaço social, é-se obrigado a tornar visíveis as coisas que ocupam este espaço, isto é, indivíduos, instituições, etc., mas o que existe verdadeiramente é o espaço.

A noção de campo na perspectiva elencada por Bourdieu, “[...] constitui um por excelência, por meio do qual se procede ao progressivo reconhecimento histórico dos processos que estão na raiz da gênese e desenvolvimento das atividades culturais nas modernas sociedades” (apud MICELI, 2003, p. 77).

Logo, para construir a noção de campo, Bourdieu (2009) passou para além da tentativa de análise do campo intelectual, como universo relativamente autônomo de relações específicas: com efeito, as relações imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual.

Bourdieu (2009) entende que o campo de produção propriamente dito resulta da sua estrutura específica da oposição, mais ou menos assinalada em conformidade com as esferas da vida intelectual e artística que se constitui entre, de um lado, o campo da produção erudita entendida enquanto sistema que produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação destes bens) objetivamente destinados (ao menos a curto prazo), a um público de produtores de bens culturais e, de outro lado, o campo da indústria cultura, denominado pelo autor como “o grande público” que podem ser aliciados tanto nas frações<sup>15</sup> não-intelectuais das classes dominantes, como nas demais classes sociais.

Para Bourdieu (2009, p. 105):

O campo de produção erudita somente se constitui como sistema de produção que produz objetivamente apenas para os produtores através de uma ruptura com o público dos não-produtores. ou seja, com as frações não-intelectuais das classes dominantes [...] poder-se-ia tratar apenas da transfiguração simbólica de uma exclusão de fato, ou melhor, a inversão, no âmbito da esfera propriamente cultural, da relação que se estabelece, na esfera econômica e política, entre a fração intelectual e as frações dominantes da classe dominante. Em consequência, a constituição do campo enquanto tal é correlata ao processo de fechamento em si mesmo.

Ao contrário do sistema da indústria que obedece à lei da concorrência para conquistar um número maior de mercado, o campo da produção erudita apresenta a tendência de produzir por si mesmo suas normas de produção e os critérios de avaliação de seus produtos, obedecendo à lei básica da concorrência, por meio do reconhecimento da cultura concebida pelo grupo de pares que são, ao mesmo tempo, clientes privilegiados e concorrentes.

<sup>15</sup> As diferentes classes ou frações de classe organizam-se em torno de três posições básicas: a posição inferior, ocupada pelas profissões agrícolas, operários e pequenos comerciantes, que correspondem às categorias excluídas da participação na cultura nobre; a posição média, ocupada pelos funcionários, empresários, industriais e comerciantes de um lado, e os técnicos e dirigentes de nível médio de outro (que estão quase afastados das duas outras categorias como estas das categorias inferiores). A posição superior, ocupada pelos grandes administradores e diretores e pelos membros de profissões liberais (BOURDIEU, 2002).

Segundo o entendimento de Bourdieu (2009), os progressos do campo de produção erudita em direção à autonomia caracterizam-se em razão da tendência cada vez mais proeminente da crítica (recrutada em grande parte no próprio corpo de produtores) de imputar a si mesma a tarefa, não mais de produzir os instrumentos de apropriação que uma determinada obra exige de modo cada vez mais indispensável na medida em que se distancia do público, mas de beneficiar uma interpretação criativa para uso dos criadores.

Para Bourdieu (2009), não é exagero considerar a lógica do funcionamento de um campo caracterizado pela circularidade e pela reversibilidade quase perfeitas das relações de produção e de consumo, como a condição que possibilita e favorece a tendência para a interrogação axiomática<sup>16</sup> que constitui a característica mais específica de todas as formas modernas de produção erudita da arte, literatura ou ciência.

Bourdieu (2009) enfatiza que a arte “pura”, por exemplo, interpretada pelo autor como produto de um refinamento incessante das formas, leva à exaltação às tendências inerentes à arte das épocas anteriores, ao submeter à explicação e à sistematização os princípios próprios a cada tipo de expressão artística. Assim, com a intenção de medir tudo que separa a arte de pesquisa, nascida da dialética interna do campo, das artes autenticamente populares, existentes particularmente nas formações sociais desprovidas de instâncias especializadas de produção, de transmissão e de conservação culturais<sup>17</sup>, obedece-se ao que se poderia designar o princípio de desperdício (ou de gratuidade) e cuja manipulação supõe um conhecimento quase reflexivo, transmitido por uma educação explícita e expressa dos esquemas de expressão.

A partir desse fundamento Bourdieu (2009) explica não somente as relações entre o campo de produção erudita e o grande público, e a representação que os intelectuais ou os artistas possuem desta relação, mas, sobretudo, o funcionamento do campo, a lógica de suas transformações, a estrutura das obras produzidas e a lógica de seu ciclo.

---

<sup>16</sup> Entendida como uma sentença ou proposição que não é provada ou demonstrada e é considerada como óbvia ou como um consenso inicial necessário para a construção ou aceitação de uma teoria. Por essa razão, é aceito como verdade e serve como ponto inicial para dedução e inferências de outras verdades (dependentes de teoria). (Grifo nosso)

<sup>17</sup> Basta lembrar a oposição entre a lógica da evolução da língua popular, que obedece ao princípio de economia até mesmo em suas invenções aparentes, sempre fundadas na analogia e via de regra ajustadas às leis profundas da língua, e a lógica da evolução da língua erudita que, por ser produzida e reproduzida por e para relações sociais dominadas pela busca da distinção (BOURDIEU, 2009).

Bourdieu (2009) afirma que:

[...] todas as relações que uma dada categoria de intelectuais ou artistas pode instaurar com as demais categorias constitutivas da sociedade intelectual ou artística ou com o público externo a esta sociedade e, a *fortiori*, com qualquer instância social externa – quer se trate de poderes econômicos com dimensão cultural como os *marchands* ou os editores, de poderes políticos, e até as instâncias de consagração cultural cuja autoridade deriva seu princípio fora do campo de produtores, a exemplo das academias – são mediadas pela estrutura do campo na medida em que dependem da posição que esta categoria particular ocupa na hierarquia que se estabelece do ângulo da legitimidade cultural no interior do campo das relações de produção e difusão dos simbólicos (BOURDIEU, 2009, p. 159).

É por isso que o campo pode ser interpretado como espaço social estruturado com autonomia relativa e leis próprias, por agentes dotados de um mesmo *habitus*. A autonomia relativa do campo artístico, por exemplo, “como espaço de relações objetivas em referência aos quais se acha objetivamente definida a relação entre cada agente e a sua própria obra, passada ou presente, é o que confere à história da arte a sua autonomia relativa e, portanto, a sua lógica original” (BOURDIEU, 2009, p. 71). Assim, para o autor, a sociologia da produção intelectual artística constitui seu objeto próprio e, ao mesmo tempo, seus limites, ao edificar o sistema relativamente autônomo das relações de produção e circulação dos bens simbólicos.

Ao tratar do grau de autonomia de um campo de produção erudita, Bourdieu (2009) afirma que este pode ser medido com base no poder de que dispõe para definir as suas normas de produção. Daí na visão do autor é possível retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com os seus princípios próprios de funcionamento.

O conceito de campo de Bourdieu (2004a), não considera igualmente os indivíduos, mas apenas as posições relativas no seu interior, cuja ação é possível delimitar apenas até certo limite. Para o autor, todos os campos apresentam uma tendência para o fechamento.

Por conseguinte, quanto mais o campo esteja em condições de funcionar como um palco fechado de uma concorrência enraizada pela legitimidade cultural que o compõe, ou seja, pela consagração propriamente cultural de concedê-la, tanto mais será possível que os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecerão como irreduzíveis a todos os princípios externos de divisão.

Na concepção de Bourdieu (2009) construir a noção de *habitus* como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de

percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e, simultaneamente, com princípios organizadores da ação, significa construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos.

O entendimento da sociedade como campos, segundo Myskiw (2008, p. 60) permitiram a realização de estudos diversificados relativos à moda, educação, literatura, esporte, filosofia, intelectuais, entre outros. “Tais estudos serviram para confirmar que um campo é inseparável das estruturas mentais (disposições duráveis) dos agentes que dele participam, numa forma de pensamento relacional”.

A análise desta atividade é considerada por Bourdieu (2009), em termos de campo, conceito este que o autor utilizou para teorizar as relações criadas e desenvolvidas no domínio político.

Assim, buscamos considerar, na presente abordagem, a pertinência e o alcance desta noção, por considerá-la indispensável antes de adentrar o universo das suas conceituações teóricas no campo político, sob pena de não se atingir a significação das noções por ele elencadas no centro de sua análise a respeito do campo esportivo.

## 1.2 O CAMPO ESPORTIVO

A procura por atividades esportivas diferenciadas e a analogia com o próprio corpo, percebidas como dimensões privilegiadas do *habitus* como defende Bourdieu (1983), por exemplo, são processos decisivos para a diferenciação de práticas esportivas. É possível observar nos enunciados de Bourdieu que em meio a uma mesma classe, distinguida por todo um orbe de estilos de vida, fragmentos que podem ser delimitados com os mesmos códigos de referência.

Bourdieu (1990) delineia o campo das práticas esportivas, inserindo este campo, no campo de lutas pela conceituação do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo, em que acontecem embates empreendidos por formas de autoridade específicas (pedagógico-científicas) ligadas a espécie de capital específico.

Parafraseando Souza e Marchi Júnior (2009), o campo esportivo é entendido como um lugar de disputas pelo sentido legítimo da prática esportiva e das funções legítimas das atividades esportivas. Os autores lembram que dessas lutas, entendidas como meios para imposição de novos princípios de visão e divisão no



campo derivam novos estilos de vidas, estes de maneira mais ou menos ajustados às condições sociais e objetivas de sua produção.

Além disso, em razão de suas respectivas classificações aludem à composição de um campo de forças, este modificado em razão das lutas travadas pela legitimação do corpo e dos usos que se faz dele nos esportes; um campo de forças, mas, sobretudo, um campo de lutas necessário para alterar ou manter esse campo de forças (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2009). Na visão dos autores, nesse contexto advém a potencialidade e propensão das relações fomentadas no meio esportivo de se constituírem de maneira tal, em oposição a treinadores, jogadores, torcedores, comerciantes e consumidores de bens e serviços esportivos, dentre outros agentes de se movimentarem no espaço social.

Bourdieu (1983), parte da hipótese que há um conjunto de práticas e de consumos esportivos dirigido aos agentes sociais. Tal proposição coloca na visão do autor duas questões pertinentes, a saber: a primeira reside no fato de que há um espaço de produção dotado de uma lógica própria, de uma história própria, na essência da qual se concebem os produtos esportivos, ou seja, o universo das práticas e dos consumos esportivos disponíveis e socialmente aceitáveis em um determinado momento; segundo, questiona-se acerca de quais seriam as condições sociais de probabilidade de aquisição dos distintos produtos esportivos assim produzidos, “prática do golfe ou do esqui, leitura de jornais esportivos, reportagem televisada da copa do mundo de futebol?” (BOURDIEU, 1983, p. 136).

Bourdieu (1983) se refere à forma pela qual a demanda dos "produtos esportivos", é produzida e como as pessoas passam a ter o prazer pelo esporte, passando a gostar mais de um esporte que de outro, enquanto prática ou enquanto espetáculo.

Tal constatação na visão de Souza e Marchi Júnior (2009) permite pensar o gosto como sendo o produto do encontro de duas histórias – uma objetivada e outra incorporada. Os autores se referem à história objetivada, pois esta se encontra relacionada de maneira direta à exposição de bens e práticas nos campos de produção cultural, em outras palavras, à exteriorização da oferta em conformidade com medidas de uma determinada economia que apresenta objetos e produtos classificados. História incorporada, uma vez que parece interiorizar nos agentes os sistemas de classificação que lhe consentem fazer escolhas, dentro dos limites conferidos pela estrutura e de maneira não consciente, embora não seja possível

descartar as intenções e transições conscientes, entre os bens e práticas disponíveis e precedentes ao gosto em si.

Nessa perspectiva, o esporte é considerado por Souza e Marchi Júnior (2009) como determinantes de práticas:

[...] classificadas, classificantes e classificadoras. Não obstante, os próprios produtos e bens culturais atrelados, direta ou indiretamente, à indústria do esporte também o são; definem posições distintivas a serem antecipadas por agentes dotados do senso de percepção e apreciação requisitada. E isso essencialmente porque o esporte e os bens culturais correlatos se tratam de práticas objetivamente classificadas e com potencialidade a se converter em práticas classificadoras, isto é, a se tornarem um lucro e expressão simbólica da condição de classe (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2009, p. 09).

Na concepção dos autores acima citados as diferentes posições ocupadas pelos agentes no espaço social estão relacionadas a estilos de vida mais ou menos ajustados. Os autores complementam que também os gostos de classe acontecem em decorrência da incorporação da estrutura do espaço social, por meio da “[...] experiência *dóxic*a desses mesmos agentes em uma região determinada do referido espaço” (SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2009, p. 09).

Em resposta às indagações suscitadas, Bourdieu (1983) alerta para novos questionamentos bastante pertinentes e que merecem ser registrados para uma melhor compreensão da temática proposta. O autor inicia a sua problemática indagando acerca das condições históricas e sociais deste fenômeno social que é aceito segundo o seu entendimento de maneira muito rápida e como algo preciso, o “esporte moderno”, segundo ele:

[...] sobre as condições sociais que tornaram possível a constituição do sistema de instituições e de agentes direta ou indiretamente ligados à existência de práticas e de consumos esportivos, desde os agrupamentos “esportivos”, públicos ou privados, que têm como função assegurar a representação e a defesa dos interesses dos praticantes de um esporte determinado e, ao mesmo tempo, elaborar e aplicar as normas que regem estas práticas, até os produtores e vendedores de bens (equipamentos, instrumentos, vestimentas especiais, etc.) e de serviços necessários à prática do esporte (professores, instrutores, treinadores, médicos especialistas, jornalistas esportivos, etc.) e produtores e vendedores de espetáculos esportivos e de bens associados (malhas, fotos dos campeões ou loterias esportivas, por exemplo). Como foi se constituindo, progressivamente, este corpo de especialistas que vivem diretamente ou indiretamente do esporte (corpo do qual fazem parte os sociólogos e historiadores do esporte - o que sem dúvida não facilita a colocação do problema)? E mais precisamente, quando foi que este sistema de agentes e de instituições começou a funcionar como um campo de concorrência onde se defrontam agentes com interesses específicos, ligados as posições que ocupam? (BOURDIEU, 1983, p. 136-137).

Com base em tais enunciados, a teoria do autor supracitado evidencia as possibilidades diferenciadas para o entendimento do campo esportivo. Uma dessas viabilidades está atrelada à autonomia que o campo apresenta. A autonomia concernente ao campo das práticas esportivas se reafirma mais visivelmente quando se dá aos grupos esportivos as faculdades de autoadministração e regulamentação, fundadas numa tradição histórica ou garantidas pelo Estado<sup>18</sup>, uma vez que estes organismos investem-se de direitos de fixar as normas de participação nas provas por eles organizadas, de exercer, sob a autoridade dos tribunais, um poder para excluir, de impor sanções, [...] “destinado a impor o respeito às regras específicas por eles editadas; além disso, podem conceder títulos específicos, como títulos esportivos ou, como na Inglaterra, os títulos de treinadores” (BOURDIEU, 1983, p. 140).

Ao se referir sobre a história do esporte, o autor afirma que não é possível compreender, porquanto:

[...] diretamente os fenômenos esportivos num dado momento, num dado ambiente social, colocando-os em relação direta com as condições econômicas e sociais das sociedades correspondentes: a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica (BOURDIEU, 1983, p. 137).

Nesse contexto, uma história, como a do voleibol, por exemplo, torna-se uma história singular, ocorrida num período próprio e com uma realidade específica irredutível quando comparada a qualquer outra realidade, embora, em dado momento, articulada a uma cadeia de acontecimentos similares. É essa particularidade que coloca a existência de um dado momento, no qual uma determinada modalidade torna-se um esporte.

Tal constatação é relevante para a construção de um conceito muito importante, destacado por Bourdieu (1983), que diz respeito ao conceito de esporte moderno. O cenário hodierno aponta a entrada de um esporte exercitado em ciclos sociais limitados, otimizados pelo axioma do amadorismo, para uma prática do

---

<sup>18</sup> A gênese do Estado é inseparável de um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômico, cultural (ou escolar), político, etc., que vai a par com a constituição progressiva do monopólio estatal da violência física e simbólica legítima”. Através do Estado, o direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, garantida pelo Estado (BOURDIEU, 2002). **De acordo com os seus recursos o Estado tem condições de regular o funcionamento dos diferentes campos, por meio de intervenção econômica e/ou jurídica** (Grifo nosso).

esporte espetacularizado, com uma cultura profissional, destinada ao consumo de massas.

É importante destacar que a trajetória existente, desde a origem do esporte nas instituições de “elite” inglesas, até as organizações esportivas de massa, sugere o autor, tem sido seguida por mudanças de função conferidas à prática, bem como de transformações que sejam adequadas às cobranças e expectativas do público dos espetáculos esportivos.

A prática de esportes, sobretudo, para os jovens das classes populares e médias, permite, com base na dialética do campo, o aparecimento de uma questão futura, isto é, a produção de futuros consumidores de espetáculos esportivos. O esporte que nasceu dos jogos verdadeiramente populares, isto é, nascido do povo, conforme enunciado por Bourdieu (1983, p. 144):

[...] retorna ao povo, como *folk music*, sob a forma de espetáculos produzidos para o povo. O esporte espetáculo apareceria mais claramente como uma mercadoria de massa e a organização de espetáculos esportivos como um ramo entre outros do show business, se o valor coletivamente reconhecido à prática de esportes (principalmente depois que as competições esportivas se tornaram uma das medidas da força relativa das nações, ou seja, uma disputa política) não contribuísse para mascarar o divórcio entre a prática e o consumo e, ao mesmo tempo, as funções do simples consumo passivo (BOURDIEU, 1983, p. 144).

Assim sendo, os espetáculos esportivos que antigamente eram limitados às pessoas praticantes e à platéia presencial, impetraram nas massas a partir de tais eventos, sendo adaptados como um produto midiático. Pode-se dizer que este panorama atual concebe a passagem de um esporte praticado em círculos sociais limitados, otimizado pelo aforismo do amadorismo, para um esporte espetacularizado, com cultura profissional e destinada, portanto, ao consumo de massa.

Na perspectiva apontada por Bourdieu (1983, p. 147) entende-se que “[...] a concorrência entre as organizações é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de uma necessidade social, isto é, socialmente constituída, das práticas esportivas e dos equipamentos, instrumentos, pessoa e serviços correlativos”.

É por isso que o autor supracitado parte da seguinte compreensão, ao se referir ao campo de interesses e valores de uma determinada classe:

Tudo sugere que os “interesses” e valores que os praticantes saídos das classes populares e médias trazem consigo para o exercício do esporte se harmonizam com as exigências correlativas da profissionalização (que pode, evidentemente, coincidir com as aparências do amadorismo), tanto da racionalização da preparação (treinamento) quanto da execução do exercício esportivo, imposto pela busca da maximização da eficácia específica (medida em “vitórias”, “títulos” ou “records”), busca que é, ele mesma, já vimos, correlativa ao desenvolvimento de uma indústria – privada ou pública – do espetáculo esportivo. Temos aqui um caso de encontro entre a oferta, isto é, a forma particular que reveste a prática e o consumo esportivos propostos a um dado momento do tempo, e a demanda, isto é, as expectativas, os interesses e os valores praticantes potenciais, sendo a evolução das práticas e dos consumos reais o resultado da confrontação e do ajustamento permanente entre um e outro. É óbvio que cada momento, cada recém-chegado deve contar com um estado determinado das práticas e consumos esportivos e de sua distribuição entre as classes, estado que não lhe compete modificar e que é o resultado de toda a história anterior da concorrência entre os agentes e as instituições engajadas no “campo esportivo” (BOURDIEU, 1983, p. 147-148).

Na visão do autor, o campo de produção contribui para produzir a necessidade de seus próprios produtos, não podendo a lógica ser compreendida por meio da qual os agentes seguem uma ou outra prática esportiva, com uma ou outra maneira de realizá-la, sem considerar conta as disposições em relação ao esporte, que, “sendo elas próprias uma dimensão de uma relação particular com o próprio corpo, se inscrevem na unidade do sistema de disposições, o *habitus*, que está na origem dos estilos de vida” (BOURDIEU, 1983, p. 148).

Partindo, pois, do ponto de vista do *habitus*, ou seja, do estilo de vida, é importante destacar as variedades de significações e das funções sociais que classes diferenciadas dão ao esporte. Na visão proposta pelo autor acima citado, práticas diferenciadas, em cada classe, apresentam diferentes percepções e apreciação dos lucros proporcionados, tanto de maneira imediata quanto na perspectiva futura. Tais variações estão relacionadas às variáveis que possibilitam ou impossibilitam ostentar os custos econômicos e/ou culturais.

Um fator relevante que merece ser destacado relaciona-se aos esportes que demandam somente qualidades físicas e aptidões corporais podendo ser acessíveis em razão do tempo, sobretudo, da energia física. Como a viabilidade da prática de tais esportes tem crescido em virtude, principalmente, da hierarquia social, o descaso das classes mais elevadas a algumas práticas individuais e coletivas, basicamente populares, é compreendida, muitas vezes, como uma forma de alheamento de práticas pouco distintas.

Na visão do estilo de vida, entendida por Bourdieu (1983), como *habitus*, observa-se as modificações dos significados e das funções sociais que classes diferenciadas oferecem ao esporte uma vez que, com base nesse entendimento, tem-se que as práticas distintas, em cada classe, denotam alterações na percepção e julgamento dos lucros imediatos e futuros advindos.

Tais alterações estão relacionadas não somente às variações dos fatores que viabilizam ou impossibilitam ostentar seus custos econômicos e/ou culturais, criando-se, nessa perspectiva, um contíguo de propriedades dos esportes populares, ou seja, um contíguo de valores considerados inadequados às práticas particulares.

Portanto, em resumo, a lógica propiciada pelo tipo de analogia com o corpo que a prática oferece ou determina, admite refletir sobre o Esporte a partir de uma concepção moderna que, diga-se de passagem, é o norte definido por Bourdieu (1983), em seus registros, ao retratar um percurso metodológico profícuo, embora exija atenção, mormente, ao considerar o seu modelo sociológico de reflexão.

A busca incessante por atividades constitutivas e a relação com o próprio corpo, enquanto dimensões privilegiadas do *habitus* constituem-se em fatores decisivos para a elucidação de esportes diferenciados, uma vez que mesmo na essência de uma mesma classe, assinalada por um tipo determinante de estilo de vida, diferenças podem ser esboçadas com as mesmas referências.

Caracterizadas algumas noções constitutivas do campo é relevante identificar as posições ocupadas pelos agentes, assim como relações atribuídas aos mesmos no campo político.

## 1.2 O CAMPO POLÍTICO

No que diz respeito ao campo político, as necessidades dos agentes politicamente inativos, muitas vezes, não têm posição de destaque nas atividades realizadas por aqueles que detêm o poder.

Fernandes (2010) lembra que a condição de ser-com-os-outros-no-mundo torna a existência humana uma verdadeira coexistência, levando o homem a partilhar com os outros um espaço, perseguindo idênticos objetivos e participando em semelhantes atividades. Nesse envolvimento, é simultaneamente cooperante e

concorrente. A atividade política<sup>19</sup> é essencialmente o mundo da gestão comum da coletividade.

O mundo social transforma-se num universo político – como domínio da *polis* – construído um espaço de encontro, discussão e resolução de questões coletivas. Bourdieu (2004b, p. 164) descreve que:

[...] os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio, sobretudo, da relação que os mandantes, em consequência da sua distancia diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência de suas atitudes, mantêm com suas organizações.

É importante salientar que as relações entre aqueles que detêm o poder e os agentes politicamente passivos são permeadas pelo poder simbólico. O campo é entendido por Bourdieu (2009) como uma estrutura de relações objetivas entre posições de força. O desenho de relações de força entre tais posições leva à conceituação da estrutura do campo, a sua força concernente ao jogo, a sua posição no espaço de jogo, assim como as suas estratégias no jogo.

O campo político define-se em relação aos acontecimentos que ocorrem no mundo dos profissionais intitulados políticos. Segundo Bourdieu (2010), assim como existe o universo da arte, também existe um universo político, porquanto:

Em matéria de política como em matéria de arte, o desapossamento dos que são em maior número é correlativo, ou mesmo consecutivo, da concentração dos meios de produção propriamente políticos nas mãos de profissionais, que só com a condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político. Com efeito, nada é menos natural do que o modo de pensamento e de acção que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe uma preparação especial. E, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o corpus de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados económicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com as suas provas e os seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo

<sup>19</sup> A atividade política, à medida que as sociedades ficam mais complexas, tende a assumir um papel relevante na vida das pessoas, nomeadamente com a introdução de modelos de democracia participativa, do mesmo modo que prende uma crescente atenção por parte dos cientistas sociais. Para uns, concebida como arte, para alguns entendida como ciência, para outros ainda percebida como prática social, nela se espelham grandes debates e projetos de realização dos povos. Ao longo da história, o homem não se tem preocupado apenas com a sua mera sobrevivência, sendo, sobretudo, um espírito que busca ultrapassar as fronteiras limitadas do seu cotidiano e descortinar o seu futuro. Vive-se sempre no tempo e para além do tempo, na permanente tensão entre um passado que já não existe e um futuro que constantemente espera para ser (FERNANDES, 2010).

político e a impor uma submissão de facto aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a esse campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controlos no seio de cada partido (BOURDIEU, 2010, p. 169).

O campo político diferentemente de outros campos possui uma lógica e história própria, ou seja, relativamente independente, apresentando problemas, linguagem e interesses singulares. O autor entende que, para entrar no que ele denomina “campo”, é imprescindível ter conhecimento a respeito de que as regras dispõem de certa linguagem e cultura características.

Os indivíduos que atuam nesse campo precisam, sobretudo, sentir-se com o direito de jogar. Tal conceito é decorrente da própria noção de campo entendido pelo autor como um “microcosmo” ou “uma espécie de mundo à parte, fechado sobre si mesmo”, mas não de todo, caso contrário a vida política seria impossível.

Para Bourdieu (2009, p. 11):

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam.

Isso contribui, segundo a expressão de Weber<sup>20</sup> (apud, BOURDIEU, 2009), para a domesticação dos dominados. Com essa visão, as diferentes classes e subclasses envolvem-se em uma luta entendida como simbólica para estabelecerem a definição do mundo social em conformidade com os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo de outra forma o campo das posições sociais.

Isto pode acontecer de forma direta nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, bem como através da luta travada pelos especialistas da produção simbólica produtores a tempo inteiro, e na qual se tem em jogo o monopólio da violência legítima, do poder de impor instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrárias.

Myskiw (2008) lembra que “[...] os campos são ocupados por dominantes e dominados, dois conjuntos de agentes sociais que tentam apoderar, excluir, ou

<sup>20</sup> Uma parte substancial do patrimônio sociológico que está na base da teoria dos campos de Pierre Bourdieu é constituída precisamente pela obra de Max Weber. Segundo o sociólogo francês, a primeira elaboração rigorosa da noção de campo foi-lhe sugerida pela leitura de um capítulo da Economia e Sociedade de Max Weber, consagrado à sociologia religiosa. Tentando superar a “tipologia realista” que encontrara no sociólogo alemão, é conduzido a uma construção do campo.



estabelecer monopólios sobre os mecanismos de reprodução de um tipo de poder efetivo neste campo”.

São pertinentes as considerações de Fernandes (2010) ao enfatizar que:

O campo político não se identifica com o campo do poder. Usa esta última noção para designar os “detentores desta realidade tangível que se chama poder”, entendendo, por ela, “as relações de força entre as posições sociais que asseguram aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital – para que estejam em condições de entrar nas lutas pelo monopólio do poder”. O poder tem a ver com a posse de capitais sociais. O conceito de capital do poder é introduzido para compreender alguns efeitos estruturais, resultantes da pertença a diversos campos, como, por exemplo, a ocupação de posições diferentes no campo artístico e no campo social. O campo do poder – “que é necessário não confundir com o campo político” – é o espaço das relações de força entre as diferentes espécies de capital ou, mais precisamente, entre os agentes que estão suficientemente providos de uma das diferentes espécies de capital para estarem em condições de dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam todas as vezes que se encontra posto em causa o valor relativo das diferentes espécies de capital (FERNANDES, 2010, p.34).

É por isso que a produção das ideias acerca do mundo social encontra-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número de indivíduos. O privilégio para a elaboração da representação legítima, ao modo de produção eclesial, no qual as propostas políticas são submetidas à aprovação de um grupo, só podem pois ser impostas por profissionais capazes de manipular ao mesmo tempo ideias e grupos, produzindo ideias capazes de produzir grupos capazes de manipular estas ideias de maneira a garantir-lhes a adesão de um grupo (concedida por meio da retórica do «meeting» ou do domínio de todo um conjunto de técnicas da palavra, da redação, de manipulação da assembleia), que faz o fazer passar de uma moção, sem falar do domínio dos procedimentos e dos processos que, como o jogo do número dos mandatos, controlam irectamente a própria produção do grupo (BOURDIEU, 2010).

Isso nos leva a considerar as palavras de Bourdieu (1983) ao afirmar que os sistemas sociais<sup>21</sup> cumprem a função política precípua de instrumentos de imposição e da dominação. Isto contribui para afiançar a dominação de uma classe ou subclasse sobre outra, assim como de um campo sobre outro. Tal fato acontece em decorrência do monopólio da violência legítima em função da conservação ou subversão da estrutura da distribuição do capital específico.

---

<sup>21</sup> Os sistemas sociais delimitam-se simbolicamente em relação ao seu meio ambiente.

Parafraseando Marchi Jr (2004), o campo está frequentemente em contenda em razão da imposição de uma prática legítima. Por isso, o campo de produção simbólica é entendido como um microcosmo da luta simbólica entre as classes, e ao servirem aos interesses na luta interna do campo de produção, os produtores servem os interesses dos grupos que se encontram externamente ao campo de produção. Assim é que:

[...] estruturas estruturadas que originariamente comportavam-se como estruturas passaram, em benefício dos interesses e disposições (*habitus*) de determinados agentes sociais, a intervir no conjunto das relações sociais, econômicas e culturais como estruturantes na forma de pensar, agir e, principalmente, consumir (MARCHI JR., 2004, p. 180).

Assim sendo, o poder simbólico é decisivo para a manutenção das posições e das relações entre os agentes, garantindo que a produção no interior do campo esteja na responsabilidade dos agentes politicamente ativos, uma vez que estes oferecem alternativas políticas e ações públicas direcionadas aos interesses que estes entendem como prioritários.

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estado de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2004b, p. 164).

De tal entendimento, pressupõe-se que isso possa fazer com que as alternativas oferecidas pelos agentes eleitos para a representação política não estejam em conformidade com os desejos da população que os escolheram para atuar.

A entrada neste campo como agente politicamente ativo, assim como as posições que os agentes ocupam no interior desse campo político, relacionam de maneira direta com a centralização no capital por parte destes agentes. Vale dizer capital compreendido como um conjugado de recursos atuais ou potenciais destes agentes, podendo ostentar diferentes formas de capital (cultural, econômico e social), sendo o capital social o responsável direto pela sustentação das posições no campo político, visando o lucro imediato.

Contrário à ostentação da predominância do capital social como recurso a ser empregado pelos agentes no campo político, Bourdieu (2004b) enfatiza que o capital

cultural e econômico é recurso indispensável, dentre os quais os agentes fazem uso para a consolidação de uma posição de destaque no campo político.

É fato que os indivíduos que dominam o partido e têm interesses ligados com existência e a persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontra na liberdade que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos lhes deixa, a possibilidade de imporem os interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus comandantes. E isto passa-se sem que nada permita fazer a prova completa de que os interesses assim universalizados e plebiscitados dos mandatários coincidam com os interesses não expressos dos mandantes, pois os primeiros têm o monopólio (BOURDIEU, 2010).

Toda a complexidade que faz parte do campo político leva a acentuar ainda mais a distância entre os agentes politicamente ativos e aqueles politicamente passivos. É por isso que o campo político, como espaço social, pode ser compreendido a partir do conhecimento relativo aos conceitos de poder simbólico e formas de capital, pois são estes os conceitos fundamentais para o entendimento das posições ocupadas pelos agentes no interior do campo, viabilizando a compreensão acerca do significado das relações constituídas e o monopólio<sup>22</sup> da produção concentrada em mãos daqueles que detêm o poder ou politicamente ativos.

Bourdieu (2010) lembra com muita propriedade que:

Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de visão) a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos tem a esses instrumentos. Quer isto dizer que o campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente, ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da problemática política como espaço das tomadas de posição efetivamente realizadas no campo, quer dizer, sociologicamente possíveis dadas as leis que regem a entrada no campo (BOURDIEU, 2010, p. 166).

O autor supracitado lembra que os constrangimentos do mercado pesam, em primeiro lugar, sobre os sujeitos das classes dominadas que não têm outra escolha

---

<sup>22</sup> Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem (BOURDIEU, 2010).

a não ser a demissão ou a entrega de si ao partido organização permanente que deve produzir a representação da continuidade da classe, sempre ameaçada de cair na descontinuidade da existência atomizada (com o recolhimento à vida privada e a procura de vias de salvação individual) ou na particularidade das lutas estritamente reivindicativas. Isto faz com que, mais do que os membros das classes dominantes, os quais se podem contentar com associações, grupos de pressão. Bourdieu (2010, p. 166) recorda que “[...] os efeitos da lógica censitária, que rege de facto o acesso às escolhas entre os produtos políticos oferecidos, estão acrescidos dos efeitos da lógica oligopolística que rege a oferta dos produtos”.

Bourdieu (2010) ilustra a luta travada no campo político que implica um jogo duplo de forças entre os profissionais. Para o autor, esse jogo faz pensar:

[...] na luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de divisão deste mundo: ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a. Ela encontra as suas condições sociais de possibilidade na lógica específica segundo a qual se organiza, em cada formação social, o jogo propriamente político em que se jogam, por um lado, o monopólio da elaboração e da difusão do princípio de divisão legítima do mundo social e, deste modo, da mobilização dos grupos e, por outro lado, o monopólio da utilização dos instrumentos de poder objectivados (capital político objectivado) (BOURDIEU, 2010, p. 173-174).

A luta simbólica assume, assim, uma forma de luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações do Estado).

Bourdieu (2010) recorda que nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a distribuição do poder sobre poderes públicos (Ou, se se prefere, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objectivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.).

O autor acima citado lembra que os agentes desta luta são os partidos, as organizações de combate, principalmente, as ordenadas, visando à condução de uma forma sublimada de guerra civil, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu futuro. Para garantirem tal mobilização, os partidos

elaboram e impõem uma representação do mundo social, obtendo a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro lado, conquistando postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários.

Ao contrário do capital pessoal que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da ação dos seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de reconhecimento e de fidelidade e que a si mesmo se dotou, pela luta política e para ela, de uma organização permanente de membros permanentes capazes de mobilizar os militantes, os aderentes e os simpatizantes e de organizar o trabalho de propaganda necessário à obtenção dos votos e, por este meio, dos postos que permitem que se mantenham duradouramente os membros permanentes (BOURDIEU, 2009).

Bourdieu (2010) ressalta que o campo político tende a organizar-se em torno da oposição entre dois pólos, porquanto, temos com base nos enunciados do autor que:

[...] propriedades dos partidos que as tipologias realistas registram compreendem-se, de modo imediato, se as relacionarmos com a força relativa dos dois pólos, com a distância que os separa. e que comanda as propriedades dos seus ocupantes, partidos ou homens políticos (e, em particular, a sua propensão para a divergência para os extremos ou à convergência para o centro) e, ao mesmo tempo, a probabilidade de que seja ocupada a posição central, intermédia, o lugar neutro (BOURDIEU, 2010, p. 181).

Em seu conjunto, o campo é entendido pelo autor como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada tem sentido (nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem), senão na relação em jogo das oposições e das distinções.

Na visão de Bourdieu (2010) é assim que a oposição entre a direita e a esquerda, por exemplo, pode manter numa estrutura transformada mediante uma permuta parcial dos papéis entre os que ocupam estas posições em dois momentos diferentes (ou em dois lugares diferentes).

Isso faz pensar que o objeto da análise não é o indivíduo, ainda que um campo não poderá jamais ser constituído sem a presença de indivíduos, uma vez

que a informação necessária para o estudo estatístico está comumente ligada aos sujeitos e/ou instituições particulares. Os indivíduos são os agentes, ou seja, os atores ou sujeitos, interessando apenas a posição e a relação que estes têm com o campo.

A entrada no campo da sociologia<sup>23</sup> do esporte descrita a seguir complementarás as discussões elencadas até aqui, pois para Bourdieu (1983), os indivíduos necessitam da sociologia para compreender as origens das dissimetrias, das violências simbólicas, e reagir, na tentativa de encontrar uma saída para o fatalismo econômico da ideologia hegemônica atual.

### 1.3 A SOCIOLOGIA DO ESPORTE

Ao tratar da sociologia do esporte Bourdieu (1983) possibilita a compreensão de que, para que esta possa se constituir é preciso, primeiro, perceber que não se pode analisar um esporte independentemente do campo esportivo

Para Bourdieu (1989) importa que os sociólogos convertam em uma história social os problemas, os objetos e os instrumentos de pensamento, visando a instauração de um movimento capaz de romper com o “pré-construído duto” e com o “bom senso científico”.

Nesse entendimento, o próprio Bourdieu (1989) propõe que:

Para se não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto, é preciso fazer a história social da emergência desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – freqüentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como problemas legítimos, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais [...] (BOURDIEU, 1989, p. 37).

Com base em tal enunciado, é necessário que antes de apreciar sociologicamente o campo esportivo é preciso buscar a compreensão relativa ao

---

<sup>23</sup> O objeto da sociologia não será nem o indivíduo nem os grupos concebidos como conjuntos concretos de indivíduos, mas a relação entre os *habitus*, sistemas duráveis e transponíveis de esquemas de percepção, de apreciação e de ação que resultam da instituição do social nos corpos” e “os campos, sistemas de relações objetivas que são o produto da instituição do social nas coisas ou nos mecanismos que têm a quase-realidade dos objetos físicos”. Pierre Bourdieu fala de um “acordo imediato entre o *habitus* e o campo” podendo dizer-se que “o efeito do *habitus* é, de qualquer maneira, redundante com o efeito do campo”. Não admitindo a teoria da racionalidade limitada, é levado a supor o *habitus* para dar fundamento à sua afirmação de que “os agentes sociais são racionais (FERNANDES, 2010)

campo de produção sociológica<sup>24</sup> estabelecida em torno deste campo, por meio de um trabalho social que viabilize a elaboração dos instrumentos de construção dessa própria realidade social validada academicamente enquanto objeto de estudo. É nisso que incide a compreensão da teoria do mundo social e da teoria do conhecimento como partes de uma mesma fase do fazer sociológico.

Assim sendo, conforme Souza e Marchi Junior (2009):

O que o sociólogo, de antemão, está sugerindo obviamente não se restringe apenas ao questionamento do seu papel enquanto cientista social, ou então enquanto alguém que foi capaz de elaborar uma sofisticada teoria sociológica – uma abordagem que se não podemos chamar de acabada, ao menos, podemos conferir um status muito próximo de tal intento (p. 02).

Assim, na visão dos autores citados antes de apreciar o campo esportivo em termos da sociologia, é preciso considerar o campo de produção sociológica organizada em torno deste campo, atentando para um trabalho social que reflita a elaboração dos instrumentos predominantes na “[...] construção dessa própria realidade social legitimada academicamente enquanto objeto de estudo (SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2009, p. 03), na tentativa de visualizar a teoria do mundo social e a teoria do conhecimento como partes de uma mesma etapa do fazer sociológico, afirmam os autores citados.

Na visão proposta por Bourdieu (1990, p. 210) é necessário considerar dois pontos que, no entendimento do autor, são relevantes para a construção sociológica de um determinado objeto de pesquisa, a saber:

O objeto da história é a história dessas transformações da estrutura, que só são compreensíveis a partir do conhecimento do que era a estrutura em dado momento (o que significa que a oposição entre estrutura e transformação, entre estática e dinâmica, é totalmente fictícia e que não há outro modo de compreender a transformação a não ser a partir de um conhecimento da estrutura). Eis o primeiro ponto. O segundo ponto é que esse espaço dos esportes não é um universo fechado sobre si mesmo. Ele está inserido num universo de práticas e consumos, eles próprios estruturados e constituídos como sistema. Há boas razões para se tratar as práticas esportivas como um espaço relativamente autônomo, mas não se deve esquecer que esse espaço é o lugar de forças que não aplicam só a ele (BOURDIEU, 1990, p. 210).

Depreende-se que a atividade primeira do pesquisador consiste em estabelecer propriedades socialmente pertinentes, tornando o esporte uma prática

---

<sup>24</sup> Com essa concepção de campo, a sociologia não é um capítulo da mecânica e os campos sociais são campos de forças, mas também campos de lutas para transformar ou conservar esses campos de forças. Os diferentes agentes investem nos campos em que se situam, e o investimento é feito nos jogos.

na qual existam afinidades concernentes aos interesses, gostos e costumes de uma dada categoria social, ou seja, as condições determinantes para que um *habitus* possa se constituir.

A noção de campo entendida por Bourdieu (1990) como um instrumento sociológico, tem um poder imanente (no sentido de gravitacional) de agregação de agentes, que se torna corpo em razão da incorporação, tornando-se uma coisa pela institucionalização.

Por sua vez, Myskiw (2008) lembra que:

Esta ordem de vida é irredutível a outra ordem na medida em que se autonomiza pela produção de práticas, produtos e símbolos altamente especializados e singulares, como também é dotada de forças objetivas que negam a divisão do campo, irredutíveis a intenção individual ou às interações diretas, forças estas imperceptíveis, naturalizadas, sem serem anárquicas ou deliberadamente orquestradas. Neste campo, os agentes, hierarquizados em função dos capitais específicos que detêm e do poder simbólico que dispõem, travam lutas pelo domínio legítimo das leis imanentes e, sem perder de vista o “sentido do jogo” (uma disposição regular), operacionalizam estratégias de conservação ou de subversão do poder simbólico (MYSKIW, 2008, p. 66).

Em meio a essa relação de força, os agentes que detêm o capital específico<sup>25</sup>, têm a tendência de utilizar meios que visam à manutenção de uma ordem estabelecida, comumente, com intolerância no que se refere às mudanças no estalão. Os agentes que detêm menor capital, contrariamente, tendem a utilizar meios de subversão e rompimento com o estalão, perfazendo certos limites.

A posse dos capitais ajustados ao campo atribui ao agente, grupo ou instituição, determinando concomitantemente sua possibilidade ou probabilidade de existência no interior do campo. Nesse sentido, não há como conceber o campo como um espaço social inativo, mas sim, como assegura Bourdieu (1983), um espaço de lutas que têm por escopo a posse da (autoridade específica reconhecida como arbitrária) que é atributo do campo considerado.

O campo um espaço de lutas pela conservação ou pela transformação da configuração de forças presentes no seu interior, pois como todo o campo tem lutas, assim também todo o campo ilustra uma história<sup>26</sup>. Segundo Bourdieu (1983), um campo de posições é inseparável do campo das tomadas de posição, compreendido

<sup>25</sup> Falar de capital específico é dizer que o capital vale em relação a um certo campo, portanto dentro dos limites deste campo, e que ele só é convertível em outras espécies de capital sob certas condições (BOURDIEU, 1983, p. 90).

<sup>26</sup> Os agentes sociais que atuam nos diversos campos são o produto da história, enquanto história de incorporação de disposições duráveis que permitem a conceituação da posição em cada campo (BOURDIEU, 1983).



como um sistema estruturado de práticas e de expressões dos agentes, pois os pontos de vista, no sentido de tomadas de posição estruturadas e estruturantes acerca do espaço social ou sobre um campo particular, são, por definição diferenciadas e concorrentes.

Bourdieu (2009) evidencia a possibilidade de medir o grau de autonomia de um campo de produção erudita com base no poder de que dispõe para definir as normas de sua produção, Os critérios de avaliação de seus produtos e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento.

Em outras palavras, quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como a arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, ou seja, pela consagração propriamente cultural e pelo poder propriamente cultural de concedê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irreduzíveis a todos os princípios externos de divisão, por exemplo os fatores de diferenciação econômica, social ou política, como a origem familiar, a fortuna, o poder (no caso de um poder capaz de exercer sua ação diretamente sobre o campo), bem como às tomadas de posição políticas.

É oportuno ressaltar que, para o autor supracitado, os progressos do campo de produção erudita em direção à autonomia caracterizam-se pela tendência cada vez mais marcada da crítica (recrutada em grande parte no próprio corpo de produtores) de atribuir a si mesma a tarefa, não mais de produzir os instrumentos de apropriação que a obra exige de modo cada vez mais imperativo na medida em que se distancia do público, mas de fornecer uma interpretação “criativa” para uso dos “criadores”.

Deste modo, muito embora envolvido em lutas, no interior de um campo, o agente não se constitui por inteiro o sujeito de suas práticas, uma vez que as disposições e as crenças que estão no cerne do envolvimento no jogo, quaisquer implicações constitutivas da axiomática prática do campo (a epistêmica, por exemplo) se introduz até mesmo nas intenções aparentemente mais lúcidas (BOURDIEU, 2001, p. 169).

Para Bourdieu (1983):

[...] um dos fatores que coloca os diferentes jogos ao abrigo das revoluções totais, cuja natureza destrói não apenas os dominantes e a dominação, mas o próprio jogo é precisamente a própria importância do investimento, em tempo, em esforços, etc., que supõe a entrada no jogo e que, como as

provas dos ritos de passagem contribuem para tornar praticamente impensável a destruição pura e simples de jogo (BOURDIEU, 1983, p. 91).

A capacidade de acumulação de capitais é que define qual a posição do indivíduo dentro do campo (BOURDIEU, 1983). Assim, os capitais ajudam na construção do *habitus*, e este, por sua vez, dá condições de inserção e/ou entendimento do funcionamento do campo.

Como apontamento de seus traços mais essenciais, é importante mencionar a substancial definição que Bourdieu (1983) expõe da seguinte forma:

[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes [...]. Há *leis gerais dos campos*: campos tão diferentes como o campo da política, o campo da filosofia, o campo da religião possuem leis de funcionamento invariantes (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Isto posto, um campo é um espaço social no qual os partícipes se reúnem em relações mútuas no decurso de suas atividades. Segundo Bourdieu (1983), campos muito distintos entre si – como o da política, o da religião etc., – oferecem propriedades comuns que admitem a possibilidade de comentar em leis características deles.

O campo é um espaço de regularidades imanentes do “sentido do jogo particular”, conforme evidencia Myskiw (2008):

[...] não se pode entender os agentes como sujeitos passivos, apesar de todos irreconhecidamente lutando pela indivisão. A noção de jogo faz com que o campo seja mais ou menos dinâmico, que se modifica na sua estrutura, mesmo que a manifestação da conservação dos seus princípios seja predominante, pois se estabelece que existem indeterminações, na medida em que o campo se apresenta como espaço de lutas, de disputas (MYSKIW, 2008, p. 63).

Assim, quanto ao ganho cognitivo que a teoria dos campos oferece, pode ser entendido como uma tentativa de mostrar que no lugar onde se pensava a presença de indivíduo livre, capaz de agir conforme a sua vontade mais imediata, observamos um espaço de forças estruturado que acomoda a capacidade de ação e de decisão de quem dele participa.

Do exposto, na fundamentação teórica acreditamos que as posições e relações constituídas entre os agentes de forma individual e mesmo entre um determinado grupo de agentes, variável no decorrer das disputas, foram primordiais para a compreensão das definições suscitadas pelo pesquisador. Compreendemos

que essa rede de relações e de inter-relações considera as contendas entre as classes sociais, mas não é definida pelas mesmas, mas pelos componentes em disputa.

O referencial teórico abordado até aqui foi relevante para a discussão dos dados apresentados a seguir, pois a abordagem de Bourdieu suscita reflexões profundas sobre as práticas esportivas, sobretudo, ao relacioná-las à preocupação com o social. A análise feita até aqui possibilitou ao pesquisador adentrar com muita propriedade aos conceitos de *habitus*, campo, capital entre outros, e problematizar de forma objetiva a origem do conhecimento antes fomentado acerca deste mesmo espaço.

Com essa perspectiva de análise, apresentamos o capítulo a seguir intitulado “O Campo Esportivo da Cidade de Umuarama – Paraná: Funções e Relações das Estruturas e Agentes” ilustrando a opinião dos agentes entrevistados quanto às ofertas do Poder Público e das Instituições Esportivas relativas ao esporte e lazer da cidade de Umuarama-Paraná no período investigado, em confronto com a literatura pesquisada, iniciando com a abordagem histórica do campo no qual as instituições e os agentes pesquisados encontram-se inseridos.

## **CAPÍTULO 2**

### **O CAMPO ESPORTIVO DA CIDADE DE UMUARAMA – PARANÁ: FUNÇÕES E RELAÇÕES DAS ESTRUTURAS E AGENTES**

O presente capítulo tem como objetivo identificar as ofertas do Poder Público e das Instituições Esportivas relativas ao esporte e lazer da cidade de Umuarama-Paraná no período de 2004 a 2008, visando definir as funções específicas de cada instituição, bem como as relações entre as estruturas e agentes que compõem o campo esportivo, com base nos resultados das entrevistas realizadas junto aos gestores municipais e das instituições particulares.

Primeiramente, ilustramos o campo esportivo de Umuarama conforme entrevista junto a 05 (cinco) historiadores pioneiros do Município, buscando informações sobre a história política e o surgimento da estrutura política esportiva Umuaramense, na tentativa de delinear o campo esportivo no qual as instituições e os agentes da pesquisa encontram-se inseridos.

Na sequência, abordamos a entrada no campo do esporte e lazer de Umuarama, apresentando os resultados das entrevistas semi-estruturadas realizadas junto a 03 (três) agentes das instituições públicas e com 10 (dez) agentes atuantes nas instituições particulares que ofertam a prática do esporte e lazer na cidade.

Desta forma, discutiremos as respostas apresentadas durante as entrevistas em confronto com a literatura para o esporte e lazer, questões pertinentes para subsidiar as respostas da problemática da pesquisa, qual seja, a identificação das ofertas do Poder Público e das instituições esportivas relativas ao esporte e lazer da cidade de Umuarama-Paraná no período de 2004 a 2008.

Com essa intenção, portanto, buscamos definir as funções específicas de cada instituição, bem como as relações entre as estruturas e agentes que compõem o campo do esporte e lazer do referido município.

## 2.1 O CAMPO ESPORTIVO UMUARAMENSE

Para compreender o cenário esportivo de Umuarama, a pesquisa envolveu professores pioneiros de Educação Física e amantes do esporte, que no decorrer da história do esporte do Município participaram ativamente de ações na área, inclusive, sem remuneração em alguns períodos, como aponta um dos professores entrevistados.

De acordo com o discurso dos entrevistados, o esporte em Umuarama teve suas primeiras ações de forma mais organizada dez anos após a sua fundação. Os seus relatos evidenciam que as primeiras manifestações esportivas oficiais no Município de Umuarama datam do ano de 1965, envolvendo o esporte de participação através dos torneios de futebol dos varzeanos e dos operários trabalhadores na construção civil e nas serrarias, que praticavam esta modalidade nos momentos de lazer e entretenimento e períodos de folgas das atividades profissionais, reunindo-se em finais de semana para a disputa de torneios.

Prosseguindo com os dados relatados junto aos historiadores, verificamos que no ano de 1968 foram organizadas as primeiras agremiações esportivas do município, sendo elas o grupo Esporte Clube Botafoguinho da Vila Operária, o Esporte Clube União Bandeirantes, leia-se irmãos stecca e perussi. Posteriormente, surgiu o Greminho Futebol Clube, organizado e coordenado por um cidadão denominado de Maneiro (Antonio Laurindo). Os entrevistados lembraram de forma saudosa que estas agremiações não existem mais.

Os relatos evidenciam que no ano de 1969 foi criado no município os Jogos da Primavera. Esse evento foi considerado o maior acontecimento esportivo da região, sendo idealizado/organizado por um grupo de amigos profissionais médicos e advogados frequentadores do “Umuarama Country Club” e amantes do esporte.

Segundo discursos dos entrevistados, esse evento também foi instituído pelo Prefeito da época, através do Departamento Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal que também convidou o primeiro professor de Educação Física, o Paraguaio Juan Severo Romero Romero (Formado pela Universidade Estatal de Assunção- Py, em 1967), para trabalhar em Umuarama. Além do futebol, teve início à prática de outros esportes como o voleibol, o futebol de salão e algumas corridas pedestres.

Dando sequência ao discurso dos entrevistados, observamos que no início dos anos 70 foi inaugurado o Estádio Municipal Lúcio Pipino. Na época, foi criado o time “Umuarama Futebol Clube”, agremiação que organizou e administrou o Futebol Profissional na cidade por 15 anos, tendo disputado por vários anos o Campeonato Paranaense da 1ª divisão, obtendo excelentes resultados, inclusive, revelando vários atletas de futebol que se destacaram no cenário nacional.

Ainda, no ano de 1970, de acordo com relatos dos entrevistados, foi construída a primeira quadra poliesportiva da cidade, intitulada de “Quadra do Gralha”, onde a comunidade intensificava sua prática esportiva, através do Futebol de Salão, inclusive, com a realização dos primeiros campeonatos da modalidade. Também, em 1970, o futebol ampliava sua organização e sua prática com outras organizações, como: Time da Matarazzo e Aeroporto Futebol Clube.

No ano de 1972, oriundo de Cosmorama – São Paulo e recém formado em Curitiba, chegou à cidade de Umuarama para coordenar os Jogos da Primavera, o segundo Professor de Educação Física Reginaldo Gomes da Cruz (Formado pela Escola Superior de Educação Física do Paraná em Curitiba no ano de 1970) que, por 22 anos, atuou como técnico de Basquetebol do Município, além de ser o professor pioneiro na modalidade de natação.

No período de 1973 a 1974, ainda como Departamento de Esportes, e em parceria com a diretoria do Umuarama Country Club, como apontam os discursos dos entrevistados, a cidade reorganizava e repaginava o maior e mais movimentado evento esportivo da região, conhecido como Jogos da Primavera. O evento envolveu a participação de doze cidades da microregião nas disputas de futebol *society*, futebol de salão, voleibol, basquetebol, sinuca, natação, atletismo e jogos de cartas. Também, foi possível constatar que, neste período, a cidade recebeu o terceiro Professor de Educação Física, oriundo de Bauru – SP, o professor Claudio José Maximino Carvalho (Formado pela Escola Superior de Educação Física Alta Paulista em Bauru no ano de 1974), que fixou residência na cidade, passando a ministrar ensaios de fanfarra e dar treinamentos de handebol e basquetebol em colégios estaduais do município e na Prefeitura Municipal, além de ministrar aulas de educação física – na disciplina de prática esportiva na Faculdade de Filosofia de Umuarama (FAFIU).

Prosseguindo a análise das entrevistas, foi possível constatar que ainda no ano de 1975 foi criada outra denominação para o órgão de gestão do esporte no

município, com a instalação da Autarquia Municipal de Esporte de Umuarama (AMEU), que passou a ofertar a possibilidade de participação em treinamentos e outras manifestações esportivas, tais como: atletismo, handebol, natação, xadrez e judô, além de organizar e contribuir com novas competições para a comunidade, culminando no fortalecimento da participação do Município nos Jogos Oficiais do Estado.

Os entrevistados lembram que, na época, mais duas professoras de Educação Física foram contratadas pelo Município para ministrar treinamentos de voleibol e atletismo, a saber: as professoras Marli Massako Tanaka e Maria Helena Setsuko Sogabe.

Foi neste período, segundo relatos dos entrevistados, que os técnicos desportivos da época iniciaram treinamentos com as equipes representativas do município nas modalidades de futebol, basquetebol, futsal, handebol, voleibol, atletismo, judô, sinuca e natação. Na oportunidade, o município passou a disputar efetivamente e com reais chances de bons resultados, os Jogos Oficiais do Estado (Jogos Abertos do Paraná) e competições das Federações Paranaenses de atletismo, basquetebol, handebol, voleibol, futebol e futebol de salão, além dos Jogos Colegiais da época que eram disputados por selecionados municipais.

Um entrevistado relatou que, no ano de 1978, o órgão de gestão do esporte passou a pertencer novamente a uma secretaria do município que era denominada “Departamento Municipal de Esportes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo”, afirmando que as ações anteriores foram mantidas.

Com pesar, um dos entrevistados comentou que em 1990, pela primeira vez, foi criada a Secretaria de Esporte e Recreação, mas infelizmente esta durou apenas dez meses, sendo extinta por falta de recursos orçamentários, humanos e materiais para atender à demanda do município. Assim, outra estrutura foi criada com a denominação “Divisão de Esportes da Secretaria Municipal de Educação”, mantendo-se até o ano de 2004, período no qual algumas equipes do município disputaram competições estaduais em nível de Federações, Jogos Oficiais do Estado, situações nas quais os eventos esportivos e recreativos foram apresentados à comunidade.

Como destaque nas sediações, um entrevistado destacou que em relação aos eventos oficiais do Estado, no ano de 1982, o município foi sede pela primeira vez de um dos eventos oficiais do Paraná, sendo a fase final dos “Jogos Abertos do

Paraná”, participando em 80% das modalidades. Nos anos de 1998 e 2001, o município voltou a sediar uma fase final dos Jogos Oficiais do Estado, com a organização dos Jogos da Juventude do Paraná, participando, desta vez, em todas as modalidades em disputa.

Continuando seu relato um entrevistado mencionou que outros eventos importantes foram também organizados e sediados pelo município, tais como: Campeonato Sul Americano de Handebol Feminino no ano de 1994, Campeonato Brasileiro de Handebol Masculino – categoria Cadete Masculino no ano de 2002, durante vários anos sediou a Fase Regional dos Jogos Colegiais do Paraná e Campeonatos Estaduais das Federações especializadas nas modalidades de: Futebol, Futsal, Handebol, Voleibol, Basquetebol, Judô, Natação, Karatê, Tênis de Mesa, Tênis e GR.

No período de 2005 a 2008, conforme relatos dos entrevistados houve uma mudança drástica no setor esportivo, sendo alterado o órgão gestor do esporte e lazer, com a criação do Departamento de Esporte e Lazer da Fundação de Cultura e Turismo de Umuarama, onde o esporte de rendimento e de participação foi extintos, com os recursos aplicados em ações sociais como gincanas, festivais, recreação e outros.

O referencial do setor neste período passou a ser vinculado ao Projeto 2º tempo do Governo Federal, que efetivou o Termo de Convênio com o Município, viabilizando recursos para o desenvolvimento de atividades em aproximadamente 30 (trinta) núcleos do referido projeto junto à comunidade.

O item a seguir descreve os resultados da pesquisa junto aos agentes integrantes nas instituições públicas e privadas que ofertaram práticas de esporte e lazer no Município.

## 2.2 A ENTRADA NO CAMPO DO ESPORTE E LAZER DE UMUARAMA-PARANÁ

O presente item adentra o campo do esporte e lazer de Umuarama – Paraná, objetivando identificar as ofertas do Poder Público e das Instituições Esportivas relativas ao esporte e lazer da cidade de Umuarama-Paraná no período de 2004 a 2008, com base nos resultados das entrevistas realizadas junto aos gestores municipais e gestores das instituições particulares.



Atualmente, assistimos a uma demanda de esporte que renasce para uma transformação dos valores contemporâneos denominados esporte e lazer. A mudança do sentido na prática cotidiana do esporte de autotreinamento para o esporte e lazer ocorreu, sobretudo, em razão da projeção do lazer enquanto elemento intrínseco à atividade humana, transformando as práticas esportivas no tempo livre em entretenimento, diversão, participação, bem estar e qualidade de vida.

A primeira demanda da pesquisa preocupou-se com o tempo de atuação dos gestores no mercado do esporte e do lazer. Os dados da Tabela 1 a seguir ilustram o tempo de atuação dos gestores por instituições pesquisadas, no período de 2004 a 2008.

**TABELA 1 - TEMPO DE ATUAÇÃO DOS GESTORES POR INSTITUIÇÕES, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.**

<b>Instituições</b>	<b>Público</b>	<b>Particular</b>
0 a 05 anos		01
05 a 10 anos	01	02
10 a 15 anos		04
15 a 20 anos		01
20 a 25 anos	01	01
25 a 30 anos		01
30 a 35 anos		01
<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>11</b>

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

É possível observar na tabela acima que a maioria dos gestores tem mais de 05 (cinco) anos de atuação na área do esporte e lazer. Isso faz pensar que os mesmos possuem uma experiência bastante significativa na área. Diante disto podemos inferir que a experiência na área contribui para que os profissionais possam assumir com mais habilidade o seu papel a partir de um engajamento político, comprometido com o ser humano em seu contexto de convivência.

A experiência no mercado do esporte e lazer pode contribuir para que o profissional supere os preconceitos relativos ao desenvolvimento das ações em determinados locais de trabalho, uma vez que este passa a ter condições de argumentar e discutir suas propostas que, muitas vezes, influenciam de maneira sutil na escolha das vivências de lazer dos profissionais no âmbito de atuação.

O tempo de atuação influi na qualificação do profissional independentemente do tipo de equipamento (tipologia, dimensões, capacidade, composição das

instalações), que ele necessite utilizar para administrar com mais qualidade os serviços prestados nessa área. Outro aspecto está relacionado aos processos de gestão adotados por esses espaços, agregados à administração, à programação, à animação e à manutenção.

Prosseguindo com a análise das informações obtidas a partir das entrevistas junto aos agentes das instituições que ofertam esporte e lazer no município de Umuarama, a maioria dos gestores afirmou em sua resposta, que já atuou em outras entidades.

Como é possível observar no Quadro 2 no período de 2004 a 2008, 03 (três) agentes atuaram nas instituições públicas e relataram ter atuado como gestores esportivos da cidade de Umuarama. Do mesmo modo, 09 (nove) dos agentes pesquisados atuaram em instituições particulares e afirmaram ter atuado no mesmo período.

**QUADRO 2 – ENTIDADES DE ATUAÇÃO POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.**

<b>Entidades</b>	<b>Instituição Pública</b>	<b>Instituição Particular</b>
Fundação de Cultura Esporte Lazer e Turismo de Umuarama – FUNCELT.	2	
Serviço Social do Comércio – SESC		01
Associação Futsal de Umuarama – AFSU		01
Associação Umuaramense de Basquetebol – AUB		01
Núcleo Regional de Educação – NRE	01	
Harmonia Clube de Campo – HCC		01
Clube Português de Umuarama – CREPU		01
Liga de Futebol de Umuarama – LFU		01
Associação Tigrão de Futebol		01
UNIPAR - Programa Institucional de Lazer e Esporte Universitário – PILEU		01
UNIPAR - Curso de Educação Física		01
<b>Total</b>	<b>03</b>	<b>09</b>

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

Os dados do Quadro 2 acima revelam que os gestores atuaram em diferentes entidades. Dentre elas, destacamos a FUNCELT, que foi mencionada por dois agentes da instituição pública. Conforme discurso do entrevistado, a entidade é representada pela Prefeitura Municipal de Umuarama e que atua em parceria com várias outras entidades de Umuarama, celebrando uma série de eventos. Tais

eventos, conforme discurso do entrevistado, abrangem todas as áreas das manifestações humanas; eventos esportivos, culturais, artísticos, comerciais, gastronômicos, históricos, entre outros.

A entidade SESC de Umuarama foi citada por uma agente da instituição particular da cidade de Umuarama. Segundo relato da entrevistada, as ações desta entidade estão voltadas a promover o bem estar dos comerciários, através da promoção de eventos esportivos e de lazer, além da manutenção de escolinhas desportivas de iniciação ao futsal direcionadas aos filhos dos comerciários, organização de campeonatos infantis de futsal masculino e feminino e competições direcionadas aos empregados no comércio em geral (Informações enviadas pela Direção Geral da Instituição).

O agente da AFSU, uma Instituição particular, se referiu que a entidade desenvolve atividades direcionadas à promoção do esporte e lazer em caráter social, mantendo várias escolinhas de futsal com seis núcleos de iniciação e manutenção dos treinamentos e estrutura da equipe adulta profissional de futsal. No ano de 2009 o trabalho de estruturação da AFSU passou a contar com mais duas categorias de rendimento e participações a nível estadual, diz o entrevistado.

O NRE entidade citada por um agente da instituição pública é um braço da Secretaria Estadual de Educação. Conforme relato do entrevistado, a entidade promove ações no âmbito educacional em parceria com a Prefeitura Municipal de Umuarama, sobretudo, no que tange aos jogos colegiais do Paraná, em disputas relativas às fases municipal e regional destacando-se pelo envolvimento em organização de circuito regional de xadrez, entre outras atividades.

O UCC foi uma entidade citada por um agente da instituição particular. Segundo relatos do entrevistado, as ações do “Umuarama Country Club” estão direcionadas a oferecer o esporte e o lazer aos associados como forma de melhorar a qualidade de vida dos mesmos e ofertar mais entretenimento aos seus frequentadores, através da promoção de eventos esportivos, festivais e o lazer em diversas modalidades e categorias, além da manutenção de escolinhas desportivas de iniciação em futsal, futebol e tênis. O agente comentou que a entidade não disputa nenhuma competição de rendimento a nível regional ou estadual desenvolvida por federações especializadas.

O CREPU está entre as entidades referenciadas e foi mencionada por um dos agentes da instituição particular. De acordo com o discurso do entrevistado, as

ações desta entidade estão direcionadas a promover o bem estar dos seus associados, integrando-os através da promoção de eventos esportivos e de lazer internos em diversas modalidades, além da manutenção de escolinhas desportivas de iniciação nas modalidades de futsal, futebol e natação. Esta entidade não disputa nenhuma competição de rendimento a nível regional ou estadual desenvolvida por federações especializadas, tendo o seu foco direcionado para eventos internos, na sua maioria na modalidade de futebol, sinuca e jogos de cartas.

A LFU é uma entidade que foi apontada por um agente da instituição particular, que referiu que as atividades desta entidade compreendem a organização do campeonato amador regional de futebol, assim como de campeonato interbairros de futebol amador da cidade. Segundo o presidente, esta entidade passa por reformulações devido à falta de estrutura e orçamento adequado para o desenvolvimento de projetos.

A Associação Tigrão de Futebol também foi referenciada por um dos participantes da pesquisa. A referida entidade desenvolve atividades direcionadas a promover e manter escolinhas de Futebol com dois núcleos de iniciação e manutenção dos treinamentos da equipe adulta e juvenil.

Também foi possível concluir dos relatos de um agente entrevistado que a UNIPAR - PILEU é um programa da Universidade Paranaense pautado no Programa Institucional de Lazer e Esporte Universitário, que foi citado por um agente da instituição particular. O entrevistado afirmou que as ações desta entidade estão voltadas para a promoção do bem-estar dos alunos universitários nos mais variados cursos, através da promoção de eventos esportivos e de lazer, ofertando, ainda, aulas de hidroginástica para pessoas da terceira idade, de natação para portadores de deficiência, treinamento de basquetebol para cadeirantes, treinamento de natação *masters*, manutenção de escolinhas desportivas de iniciação desportiva em ginástica rítmica, natação e futsal e práticas esportivas de futsal e voleibol.

Ainda, citando a UNIPAR, o Curso de Educação Física foi citado pelo entrevistado da instituição particular. Segundo o discurso, faz-se pensar que as ações deste braço Institucional estão voltadas para auxiliar todas as outras instituições citadas, por meio de disponibilização de recursos humanos, técnicos e materiais para a execução de eventos esportivos e recreativos em geral, tendo como base os seus projetos de extensão universitária. Também, foi possível constatar que a coordenação do curso da entidade pesquisada, organiza de forma interna os

Jogos Universitários do Curso de Educação Física que são direcionados, exclusivamente, para os alunos que compõem as diversas séries e turmas.

Adentrando um pouco mais o campo da pesquisa, a Tabela 2 evidencia as funções exercidas pelos gestores no período de 2004 a 2008 por instituição.

**TABELA 2 - FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS GESTORES NO PERÍODO DE 2004 A 2008 POR INSTITUIÇÃO.**

<b>Função</b>	<b>Instituição Pública</b>	<b>Instituição Particular</b>
Presidente		02
Coordenador		08
Técnico Desportivo		01
Superintendente	01	
Diretor	01	
Total	02	11

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

Observamos que a maioria dos agentes participantes da pesquisa afirma ter exercido a função de coordenação no período em estudo. O papel do coordenador do esporte e lazer situa o profissional da área em várias atividades de organização e liderança de grupos ou comunidades, iniciando as pessoas em diferentes modalidades físicas e esportivas, transmitindo-lhes as técnicas básicas e administrando recursos e estruturas para que grupos ou coletividades possam usufruir das atividades de esporte.

Para atuar profissionalmente na área do esporte e lazer, independentemente da função a ser exercida, segundo Pina (1995) há a necessidade de combinar algumas características, como formação, informação, comportamento e atitude, atualização, imaginação e intuição, criatividade, cooperativismo, dedicação, comunicação e autoformação permanente.

A deficiência na formação profissional para a área do esporte e lazer, ligada à incompetência técnica de secretários, gerentes, coordenadores e outros com autonomia para a idealização das atividades de esporte e lazer, tanto no que se refere a instituição pública governamental quanto no particular, constitui-se num fator limitador do desenvolvimento de uma política capaz de configurar os princípios políticos, pedagógicos e democráticos almejados nas diversas políticas de esporte e lazer.

Assim, para atuação efetiva e comprometida na área do esporte e lazer é fundamental que a capacidade de reflexão dos agentes atuantes nas instituições seja abrangente, não importando a função a ser exercida.

A Tabela 3 a seguir evidencia como eram definidas as estruturas de funcionamento das entidades, no período de 2004 a 2008.

**TABELA 3 - DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DAS ENTIDADES POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.**

<b>Função</b>	<b>Instituição Pública</b>	<b>Instituição Particular</b>
Departamento	01	08
Divisão		01
Setor		00
Diretoria	01	01
Associação Independente		01
Total	02	11

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

Observamos e confirmamos nas respostas, que no que se refere à instituição pública, o setor de esporte e lazer não foi tratado como prioridade pelo governo municipal no período investigado, contando apenas com uma diretoria de esporte, em razão de estarem coligados com outros setores (cultura, turismo e outros), não possuindo autonomia mínima administrativa e orçamentária, comprometendo, segundo relatos de um dos entrevistados, todas as idéias e projetos para o desenvolvimento do setor, limitando-se apenas a configurar-se como uma entidade de administração esportiva. No que se refere ao poder público estadual, verificamos no quadro apenas 01 departamento ligado ao NRE.

Quanto à instituição particular, visualizamos que a grande maioria definiu-se como departamento num total de 08 (oito) agentes, também sem autonomia orçamentária e administrativa para desenvolver projetos na área, o que nos remete a conceituar que estas organizações passaram por momentos de desconforto administrativo devido à falta de recursos humanos, materiais e financeiros para a consecução de objetivos previamente eleitos pelos seus gestores. Destacamos, ainda, que a maioria das instituições é designada como clubes e entidades de prática esportiva, ou seja, criadas para este fim. Contudo, o esporte e o lazer não possuem independência administrativa e financeira, afirmam os entrevistados

Uma das entidades se configurou como Associação Independente, mas mesmo independente deixou claro que não possui, conforme as respostas, uma

autonomia necessária para administrar seus projetos, pois depende de recursos financeiros, e os mesmos são escassos, o que leva as entidades a buscar estes recursos junto ao poder público municipal e iniciativa privada.

Quanto à “divisão”, podemos citar que se trata de uma denominação igualmente comparada a um “departamento”, que sem autonomia, não possui as mínimas condições para desenvolver e/ou comandar projetos efetivos na área do esporte e lazer.

A Tabela 4 abaixo demonstra o tipo de prática esportiva que as entidades nas quais os agentes trabalharam no período de 2004 a 2008 se prestavam a desenvolver no campo de atuação dos agentes.

**TABELA 4 - TIPOS DE PRÁTICAS DE ESPORTE E LAZER OFERTADAS PELAS ENTIDADES POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.**

<b>Função</b>	<b>Instituição Pública</b>	<b>Instituição Particular</b>
Comunitário	01	01
Educacional	01	02
Adaptado		01
Alto Rendimento		01
Escolinhas Desportivas	01	08
Rendimento	01	02
Participação/Lazer	02	08
Terceira Idade	-	-
Total	06	23

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

É notório perceber pelos dados da Tabela 4 o interesse dos agentes das instituições pesquisadas na oferta da prática de participação e lazer, uma vez que tais atividades estão presentes na maioria dos relatos dos entrevistados. A partir da Constituição Federal de 1988, o esporte e lazer passou a ser considerado um direito social e, consequentemente, uma questão de estado.

Os dados da pesquisa refletem o que Brust; Baggio e Saldanha Filho (2008) evidenciam com muita propriedade:

No Brasil, nas últimas três décadas, o conceito de políticas públicas de esporte e lazer extrapolou a antiga perspectiva, onde predominava o esporte de rendimento, de competição, abrindo espaço para o esporte e lazer popular, estimulando a participação de todos os segmentos da sociedade, através de práticas esportivas formais e não-formais e adaptando-se aos recursos e à cultura popular local (BRUST; BAGGIO; SALDANHA FILHO, 2008, p. 01).

O esporte apresenta como uma de suas dimensões a recreação e, por essa razão, o lazer é uma temática tratada como política do esporte. O lazer, esporte, saúde e integração social são ações que se complementam. O aumento do tempo livre, a diminuição da jornada de trabalho, o aumento do desemprego e as aposentadorias são as causas principais que originam situações de desocupação das pessoas.

Nessa perspectiva, o esporte como lazer parece estar sendo considerado pelos agentes das instituições pesquisadas, como uma prática social de livre acesso a todos, com a finalidade de propiciar acessibilidade à manifestação cultural esportiva numa perspectiva diferenciada de rendimento. Conforme relatos:

Penso que o esporte é uma prática importante para estimular a prática do lazer , favorecendo a integração comunitária (Sujeito 1 – Instituição Pública).

A participação no esporte e lazer é fundamental e direito constitucional (Sujeito 2 – Instituição Pública).

Concordo com autores que afirmam que o esporte e o lazer é uma atividade que propicia a interação e possibilita a criatividade e liberdade de todos os envolvidos, num clima democrático e de participação (Sujeito 1 – Instituição Particular).

As pessoas aproveitam o tempo de maneira criativa, é um direito de cada cidadão ((Sujeito 3 – Instituição Particular).

Frente à realidade propiciada pela prática de participação em atividades de esporte e lazer, constata-se a necessidade de uma intervenção educativa, levando as pessoas a se conscientizarem do valor e da importância do uso do tempo livre que dispõem.

Para Masi (2000), o objetivo fundamental de uma educação para o tempo livre é que o esporte e o lazer, como seu determinante principal, se constitua num espaço de criação, formação e liberdade. O que significa que a educação do tempo livre passa por uma educação para o lazer.

A participação no desporto deve ter como princípio basilar a formação de *habitus*, segundo Bourdieu (1997), a reestruturação de valores, crenças, habilidades e condutas individuais e coletivas precisam ser trabalhadas nas instituições de lazer no percurso da vida do sujeito, atribuindo-lhe uma valorização na prática da atividade física e a necessidade do tempo livre, ou seja, o lazer.

O esporte ofertado no âmbito comunitário relatado por um agente da instituição pública e outro da particular é promovido através da oferta de participação



em eventos esportivos e de lazer, servindo como instrumento de valorização da vida e integração social, além de desenvolver nas populações participantes habilidades e potencialidades. Na visão dos agentes pesquisados: “O esporte comunitário é importante para integração social em todas as idades (Sujeito 1 – Instituição Particular. Ou ainda, “Essa prática contribui para integrar e desenvolver habilidades em todas as dimensões das pessoas envolvidas nesses projetos” (Sujeito 6 – Instituição Particular).

Assim, é importante que haja o respeito à liberdade de praticar o esporte comunitário, no sentido de contribuir com o aumento da diversidade de experiências e repertório cultural, na prática, e opção pelos esportes.

Marcellino (1992) destaca:

[...] cada vez mais, a não-intervenção de forma crítica e criativa só poderá perpetuar o acesso de uma minoria já privilegiada às experiências de liberdade, prazer e desenvolvimento, vivências em recreação e lazer que, adequadamente orientadas, são direitos de todos” (MARCELLINO, 1992, p. 169).

O esporte no âmbito comunitário é um veículo de educação capaz de contribuir para o desenvolvimento pessoal, na medida em que possibilita a compreensão da realidade e do desenvolvimento social, pelo reconhecimento das responsabilidades que cada indivíduo tem para com o seu meio. Como prática social se constrói por meio de demandas socialmente produzidas (BRUST; BAGGIO; SALDANHA FILHO, 2008)

Já o esporte de rendimento, citado por apenas três agentes, sendo um da instituição pública e dois de instituições privadas possui amplas dificuldades para seu desenvolvimento, conforme relatos a seguir:

O esporte de rendimento é uma modalidade complicada para a elaboração de projetos na área, pois esbarra na falta de orçamento para o setor, precisamos de verba e isso é o que não se vê falar por aqui (Sujeito 1 – Instituição Pública).

Para o desenvolvimento deste esporte precisamos de parcerias da iniciativa privada e isso é muito difícil de conseguir no nosso município, quando procurados não percebemos interesse. Também, esbarramos na falta de profissionais competentes para nos representar nessas atividades. Aqueles que fazem parcerias querem ser bem representados, e não temos profissionais para corresponder a essa demanda (Sujeito 3 – Instituição Particular).

Não dá para trabalhar com a exigência de resultados, o esporte de rendimento exige um longo tempo de investimentos, longos períodos de treinamento para preparar os profissionais. Não temos suporte para essa

demanda. Na iniciativa privada os resultados desejados são de curto prazo. Isso nos leva a práticas menos exigentes, como as de lazer, por exemplo, apesar de não termos projetos consistentes nem nessa área, para dizer mesmo a verdade (Sujeito 1 – Instituição Pública).

Observamos, assim, as dificuldades enfrentadas pelos agentes ao pensar na prática voltada para o esporte de rendimento, pois na opinião dos agentes, tais práticas demandam um custo elevado para a sua manutenção, necessitando de parcerias financeiras com a iniciativa privada e de alto grau de qualificação profissional com produção de resultados a médio e longo prazo, constituindo-se, assim, em uma vertente da dimensão qualitativa do processo desportivo. Daí a dificuldade de desenvolvê-lo na prática, conforme ficou demonstrado nos relatos dos agentes das instituições pesquisadas.

Já o esporte educacional foi citado por três agentes, sendo um participante de uma entidade da instituição pública e dois da particular, levando a entender que esta modalidade contribui de maneira significativa para a generalização da prática esportiva e de lazer no Município. Na opinião dos agentes, o esporte educacional contribui para a criação de hábitos desportivos permanentes nas pessoas, além de ajudar na formação educacional, viabilizando a assimilação de conhecimentos e o desenvolvimento das qualidades físicas em harmonia com as qualidades artísticas e intelectuais. Tais considerações foram elencadas pelos entrevistados no conjunto de seus discursos, como descritos a seguir:

O esporte educacional contribui para a generalização da prática esportiva e de lazer (Sujeito 5 – Instituição Particular).

O esporte educacional contribui para a criação de hábitos desportivos as pessoas, além de ajudar na formação educacional, ajuda ao sujeito assimilar conhecimentos e desenvolver qualidades físicas, artísticas e intelectuais (Sujeito 1 – Instituição Pública).

O esporte no âmbito adaptado citado por apenas um agente das entidades pesquisadas, faz-nos pensar nas dificuldades estruturais de gestão e até cultural para o seu trato. Isso ficou evidenciado nos discursos a seguir:

Temos inúmeras dificuldades, que se inicia com a falta de investimentos, daí é fácil adivinhar, se pensar nas dificuldades, a proposta não sai nem do papel (Sujeito 1 – Instituição Particular).

É difícil trabalhar sem estrutura física e sem logística (Sujeito 5 – Instituição Particular).

Como atuar num setor falho de investimentos, sem recursos materiais e humanos, tudo isso inviabiliza o processo de qualquer gestão (Sujeito 4 – Instituição Particular).

Na opinião dos entrevistados, as dificuldades encontradas são inúmeras, pois no entendimento dos agentes a sua aplicabilidade depende de agentes altamente capacitados para a função e de adaptações consistentes na estrutura física e logística, além dos materiais de uso exclusivo, o que implica em altos investimentos para o setor. Isso é percebido nos discursos dos agentes ao mencionarem que:

Ainda, de acordo com os dados da Tabela 4 podemos inferir que nenhuma das instituições tem ofertado qualquer atividade esportiva para idosos. Quando questionados a respeito, relataram não possuir programas específicos para atendimento a essa clientela no período investigado. Merece destaque o fato de que um agente da instituição pública parece reproduzir o discurso interiorizado a respeito de uma prática esportiva voltada para a competição, em que os idosos não fazem parte.

Essa coisa de terceira idade é uma moda recente, a gente está acostumado a lidar com crianças e adolescente, ofertando as modalidades que já conhecemos. Para esse público é preciso pensar em alternativas diferentes da que estamos acostumados (Sujeito 2 – Instituição Pública).

Conforme esclarece Bourdieu (2010), os sujeitos oriundos de camadas sociais desiguais têm heranças culturais diferenciadas e tendem a agir de acordo com essa cultura já interiorizada. O autor evidencia que, para difundir a cultura socialmente legítima e valorizada universalmente, é necessário que as pessoas tenham contato com os conhecimentos e com as práticas culturais. Isso as ajudará, conforme a visão do autor, a reestruturar os seus *habitus*.

É necessário que as instituições investigadas passem a mapear a divisão que se coloca e se abre para a construção de alternativas para o esporte e o lazer no município, procurando identificar, no jogo de forças sociais em disputa (BOURDIEU, 2010), aquilo que é pertinente para viabilizar a conquista da cidadania da população. Isso faz pensar que as políticas do município de Umuarama.

[...] deverão atingir todos os segmentos sociais e a periferia da cidade, buscando a distribuição democrática de recursos existentes com prioridade dos recursos públicos para recreação e lazer, incorporando à dinâmica da cidade, as práticas corporais e esportivas como direito assegurado de afirmação cultural e de cidadania (BRUST, BAGGIO; SALDANHA FILHO, 2008, p. 01).

Faz-se necessário, portanto, que os agentes revejam os princípios norteadores em relação às políticas públicas oferecidas pelas instituições que atuam para o encontro de uma ação política de quem almeja e compartilha a vontade coletiva de fazer realidade uma “outra prática de esporte e lazer” crítica e superadora em relação à sua oferta atual.

A Tabela 5 abaixo ilustra o total de agentes envolvidos no setor administrados pelos agentes no período de 2004 a 2008.

**TABELA 5 - TOTAL DE AGENTES ENVOLVIDOS NO SETOR ADMINISTRADO PELAS INSTITUIÇÕES, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.**

<b>Agentes Envolvidos</b>	<b>Instituição Pública</b>	<b>Instituição Particular</b>
0 a 05		07
05 a 10	02	02
10 a 15		01
15 a 20		01
<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>12</b>

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

Conforme demonstra o quadro acima, fica evidente que o pessoal envolvido contratado para atuar no setor administrativo do esporte e lazer foi escasso no período investigado. A maioria significativa contou com um total de até 05 (cinco) pessoas na instituição particular; e de 05 (cinco) a 10 (dez) pessoas na instituição pública.

Considerando que a cidade de Umuarama conta com 100 mil e 700 habitantes, o fato de as instituições pesquisadas trabalharem com um número reduzido de agentes capacitados e contratados para atuar na área de esporte e lazer, torna difícil o planejamento de ações eficazes nesta área para esse número de habitantes em 12 entidades diferentes, e que contam apenas com mais ou menos vinte e cinco profissionais (agentes) para desenvolver projetos de qualidade no setor. Diante de tal situação, infere-se pela dificuldade da consolidação de uma política pública eficiente e ampla para o esporte e lazer na cidade.

Isso faz pensar na impossibilidade de atender às demandas, formular e/ou apresentar na prática uma política pública e privada para o setor, quando não há uma oferta suficiente de profissionais para planejar e executar as ações de forma concreta e direta, junto à comunidade em geral.

Lembramos que na esfera estatal, as políticas públicas e sociais têm sido garantidas por lei, atendendo aos direitos à saúde, educação, habitação, entre

outras. Contudo, ao tratar do esporte e lazer, embora se constate que tais políticas tenham sido estabelecidas em diferentes períodos da história da política brasileira, foi somente a partir de Constituição de 1988 que estes campos foram referendados como direitos sociais. Contudo, esse direito deixa de ser contemplado ao presenciarmos situações como as descritas por dois dos agentes, conforme relatos a seguir

É muito difícil pensar em uma oferta de pessoal para trabalhar no setor, pois a cada quatro anos tudo muda e é comum as pessoas serem escolhidas pelo prefeito eleito, sem considerar os conhecimentos ou mesmo a formação. Então ficamos à mercê da preferência dos candidatos eleitos. É isso aí, a verdade precisa ser dita. Tá aí a prova de que as ofertas do poder público têm a desejar em muito diante deste quadro e não atendem às demandas de nenhuma das instituições que ofertam o esporte e o lazer (Sujeito 2 – Instituição Pública).

Por aqui não há uma preocupação com a oferta de profissionais qualificados para atuar, tem gente que é colocada de acordo com a preferência dos eleitos. Isso dificulta o processo, pois não conseguimos dar sequência aos projetos, de repente repete o ciclo das incertezas e nada se leva avante a não ser questões de pouca monta, escolinha, chamadas por estagiários para ajudar em um a atividade ou outra sem maiores consequências positivas (Sujeito 3 – Instituição Particular).

Com base em tal esclarecimento, as políticas públicas para o esporte e lazer na cidade de Umuarama no período investigado parece ter ficado apenas na contextualização teórica, visando uma apresentação nos períodos eleitorais, conforme relato de um dos agentes, que afirma categoricamente que as ofertas do poder público não atendem nenhuma das instituições que desenvolvem o esporte e o lazer na cidade.

Utilizando o instrumental teórico de Bourdieu (2010) é preciso identificar práticas de esporte e lazer que não sucumbam ante ao jogo do poder, que por si só, já se constitui num obstáculo para a construção de alternativas viáveis. O autor se refere à questão do poder tendo como fundamento a noção de campo, que é considerado como um "campo de forças" marcado em sua estrutura, pelo estado de relação de forças entre formas de poder ou espécies de capital diferentes.

Portanto, é entendido como um campo de lutas pelo poder, entre aqueles que detêm o poder em diferentes instâncias, por assim dizer, um espaço de jogo, onde agentes e instituições, por terem em comum uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural especialmente) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, fazem uso de estratégias específicas, visando a conservação ou a transformação dessa relação de forças (BOURDIEU, 1989). As

transformações conferidas por esses agentes são revoluções parciais, ou seja, são revoluções que não colocam em questão os fundamentos do objeto de disputas (jogo).

Um dos fatores que para Bourdieu (1983):

[...] coloca os diferentes jogos ao abrigo das revoluções totais, cuja natureza destrói não apenas os dominantes e a dominação, mas o próprio jogo, é precisamente a própria importância do investimento, em tempo, em esforços, etc., que supõe a entrada no jogo e que, como as provas dos ritos de passagem, contribui para tornar praticamente impensável a destruição pura e simples do jogo (BOURDIEU, 1983, p. 91).

Na visão do autor os agentes engajados num determinado campo têm interesses particulares comuns. Entre tais interesses, o central é a existência do próprio campo. A luta entre os interesses antagônicos implica em um ajuste a respeito do que merece ser disputado, produzindo, por conseqüência, a crença no valor dessa disputa.

Daí perceber a necessidade de as instituições tanto públicas quanto particulares apresentarem propostas mais concretas, fixando apontamentos mais aceitáveis, que possam compor a base programática de uma política pública de esporte e lazer para a cidade de Umuarama mais ajustada às suas reais necessidades, além de reivindicar uma pedagogia crítica que, na prática cotidiana, possa contribuir para potencializar, junto à sociedade civil, sobretudo, aos setores populares, outro tipo de sociabilidade e experiência criadora, articulada à utopia de um novo modo de se conhecer e organizar a vida, que contribuam para a diminuição do jogo do poder.

Isso leva a pensar na necessidade de mais profissionais com maior capacidade envolvidos no trabalho de organização prática. O que as instituições que ofertam as práticas esportivas precisam reconhecer é que as políticas públicas são construções participativas de uma coletividade, visando à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana, extrapolando, segundo o entendimento de (CARVALHO et al., 2002), a dimensão do estado, tendo relação com todos os espaços e formas de organização social buscando meios de concretização dos direitos humanos.

Com a finalidade de aprofundar a discussão sobre as ofertas do poder público para o esporte e lazer no período de 2004 a 2008, a Tabela 6 aborda a opinião dos agentes quanto à definição de papéis das entidades.

TABELA 6 - OPINIÃO DOS AGENTES QUANTO À DEFINIÇÃO DE PAPÉIS DAS ENTIDADES POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.

<b>Respostas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Instituição Pública	01	01	02
Instituição Particular	01	10	11

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

Observando o quadro acima percebemos que a grande maioria dos entrevistados reconhece que não sabe qual é o papel da sua instituição no campo esportivo de Umuarama. O fato de o papel de gestão nas instituições não apresentar uma definição é um complicador para o desenvolvimento de atividades direcionadas na área. Cabe às entidades definirem o papel que precisam exercer frente a essa nova realidade, em que precisamos ceder ao esporte de performance e permitir um novo direcionamento para práticas fundamentadas na participação.

A participação das entidades no esporte e lazer pode afetar a história dos indivíduos que dela fazem parte de forma negativa ou positiva, dependendo das experiências sociais oferecidas (SHIGUNOV, 2000). No nosso entendimento a história dos sujeitos pode ser positiva quando as instituições que ofertam as práticas esportivas, no caso específico da nossa temática, esporte e lazer, têm um papel definido no desenvolvimento de suas atividades frente à realidade de sua população.

Há que se evidenciar a importância do esporte e do lazer como um bem cultural, historicamente construído pela humanidade e, por conseguinte, passível de ser legitimado como um direito de todos. Contudo, de acordo com Linhares (1997), nas administrações públicas, o esporte encontra-se dissolvido em setores sociais que o instrumentalizam para os mais variados fins, como, por exemplo, atividades meio ou complementar em políticas educacionais e de saúde.

Compartilhando do entendimento do autor supracitado, para que se tenha uma reformulação nas práticas esportivas desta cidade, é necessário que as entidades que atuam no setor ajam com consciência crítica, participando de uma gestão efetiva, visando o desenvolvimento de ações que possibilitam a formação de espaços condizentes com as exigências de uma sociedade em constante transformação.

Mascarenhas (2007) afirma que as mudanças sociais precisam ser mais significativas. Para que isso aconteça são necessárias condições objetivas e

subjetivas favoráveis, sobressaindo uma a outra, a depender da realidade contextual e do momento histórico.

As entidades precisam estar fortalecidas e engajadas na luta pela participação, tornando-se instrumentos de força mobilizadora da transformação. Fazer das políticas sociais um espaço de participação significa colocar em evidência a dimensão das condições subjetivas, conferindo importância à ação política de sujeitos coletivos que, mesmo dentro de uma dada estrutura, podem jogar um peso importante na conquista de posições em reforço à luta hegemônica pelo estabelecimento de novos parâmetros para a organização das relações em comum.

O Esporte é um direito constitucional do cidadão. É saúde e qualidade de vida. É cultura e educação. É papel, portanto, das entidades da cidade de Umuarama – Paraná, principalmente das públicas, que desenvolvem atividades de esporte e lazer, Direcionar, acompanhar, fundamentar e apoiar em todos os aspectos, o desenvolvimento e a prática do esporte pelos cidadãos, independentemente de quem os oferece..

A partir das informações fornecidas pelos participantes das instituições pesquisadas, consideramos a importância de as instituições públicas e particulares repensarem o lugar que ocupam frente a essa nova realidade. As entidades precisam definir o seu papel e estarem bem fundamentadas para argumentarem, apresentarem e discutirem soluções para a superação do quadro que ora se apresenta, em benefício da vida esportiva e, sobretudo, socialmente ativa.

Com a intenção de aprofundar os nossos conhecimentos em relação à temática, a pesquisa preocupou-se, também, em questionar os agentes quanto à existência de orçamento próprio definido para o esporte e lazer nas instituições, conforme Tabela 7, abaixo.

**TABELA 7 - OPINIÃO DOS AGENTES QUANTO À DEFINIÇÃO DE ORÇAMENTO PARA O SETOR DO ESPORTE E LAZER NAS INSTITUIÇÕES POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.**

<b>Respostas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Instituição Pública		02	02
Instituição Particular	06	05	11

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

Os dados da Tabela 7 mostram que na opinião e conhecimento dos agentes da instituição pública pesquisada não houve uma definição do orçamento para a



prática do esporte e lazer, ou seja: a FUNCELT não definia o quanto em recursos financeiros o setor podia investir ou gastar em suas ações neste período.

Desta forma, fica difícil cobrar dos agentes públicos um plano de ação com metas e objetivos, quando eles não têm acesso aos valores orçamentários para o seu setor. Assim, não é possível definir uma Política Pública que atenda as necessidades da comunidade e ainda firmar convênios com as instituições privadas, uma vez que não se sabe o quanto é possível investir.

Quanto a instituição particular, embora a maioria afirme que tem conhecimento sobre o orçamento, uma parcela significativa da mesma instituição aponta que não tem acesso aos dados, prejudicando, conseqüentemente, as ações no setor do esporte e lazer em razão da falta de recursos básicos para o seu desenvolvimento.

Os gestores da instituição pública responderam que durante o período de sua gestão o orçamento ficou restrito à vontade das instâncias superiores. O discurso dos entrevistados das instituições particulares evidenciou certa preocupação das entidades pesquisadas, em destinar recursos próprios para o setor, contudo, foram poucas as ações no sentido, e a maioria não saiu do papel.

É preciso prover a estrutura pública administrativa do esporte e lazer dos recursos financeiros e técnicos indispensáveis ao seu eficaz funcionamento, buscando a qualificação dos gestores e da própria gestão para o trabalho em qualquer comunidade. Segundo Brust, Baggio e Saldanha Filho (2008, p. 01) “[...] estudos nesta área possibilitam a abertura para um debate, avaliação e novas reflexões que possam contribuir para avanços nas políticas públicas municipais de esporte e lazer”.

Conforme Bourdieu (2009) a existência de um campo se caracteriza por um espaço de disputas contemplando interesses específicos adentrando áreas diferenciadas que precisam ser analisadas. Para o autor, um campo não existe sem interesses e disputas em jogo no seu interior. Os agentes como participantes desse campo, precisam empreender esforços para a superação dos entraves presentes nesse espaço de embates constantes.

O valor orçamentário anual aproximado estimado para o setor do esporte e lazer no período de 2004 a 2008 está representado na Tabela 8 a seguir conforme relatado pelos entrevistados.

TABELA 8 - VALOR ORÇAMENTÁRIO ANUAL APROXIMADO ESTIMADO PARA O SETOR DO ESPORTE E LAZER POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.

Valor Orçamentário Aproximado	Instituição Pública	Instituição Particular
De 10.000.00 a 15.000.00		03
De 50.000.00 a 60.000.00		03
De 1.000.000.00 a 1.2000.000.00 a mais		01
Não responderam	02	04
Total	02	11

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

Conforme os entrevistados, o valor orçamentário no período investigado, tanto no poder público quanto no privado, destinado para o esporte e o lazer foram irrelevantes, demonstrando a necessidade de maiores investimentos na área, considerando que o Município de Umuarama apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, ocupando o vigésimo quarto lugar no ranking estadual, apresentando um índice de relativo a 0,800<sup>27</sup>.

A população necessita de práticas de esporte e lazer compatíveis com as suas reais necessidades no plano comunitário e também nas instituições privadas que desenvolvem o esporte para uma comunidade específica.

Conforme a declaração dos entrevistados pressupõe-se a importância de maior participação e compromisso das empresas e indústrias instaladas na cidade, contribuindo para o desenvolvimento do esporte e do lazer dos cidadãos umuaramenses, fomentando financeiramente projetos, programas e ações voltados para o setor, mediante um plano de compromisso e responsabilidade social conforme relatos:

Não há participação e compromisso de empresas situadas na cidade, nem preocupação voltada para a área (Sujeito 1- Instituição Pública).

Não há preocupação com o setor. As empresas não buscam investir na área (Sujeito 2- Instituição Pública).

As empresas deveriam ter mais preocupação com o setor, ajudando financeiramente as ações no setor (Sujeito 3- Instituição Privada).

Isso chama também a atenção para um número considerável de agentes, principalmente públicos, que relataram nem mesmo saber o quanto em valores possui para o desenvolvimento de suas ações, apontando claramente para o fracasso do setor, inclusive, destaca-se o setor público, que tem por obrigação

<sup>27</sup> Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é considerado elevado quando o índice é maior ou igual a 0,800.

publicar para toda a comunidade e discutir internamente ou com a comunidade a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA) com o envolvimento direto, pessoal e intransponível do seu gestor esportivo.

Pelo que percebemos das informações reveladas, os gestores públicos do esporte e do lazer nem participaram das discussões orçamentárias no período investigado, o que os manteve sem condições para fomentar e discutir uma Política Pública junto às demais instituições.

Quanto ao maior valor citado, está claramente inserida uma Associação Particular que lida com o esporte de Alto Rendimento e Profissional, e que possui recursos oriundos do poder público e, principalmente, da iniciativa privada, através de projetos de captação de recursos e de marketing esportivo.

Em percentuais, os agentes apontam os valores aproximados para o setor do esporte e lazer nas entidades pesquisadas, conforme dados da Tabela 9 abaixo.

**TABELA 9 - VALORES APROXIMADOS EM PERCENTUAIS PARA O SETOR DO ESPORTE E LAZER POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.**

<b>Total de Agentes Envolvidos</b>	<b>Instituição Pública</b>	<b>Instituição Particular</b>
0,1 a 0,5%	02	07
0,5 a 10%		01
100% do valor		01
Não dá para estimar		02
<b>Total</b>	<b>02</b>	<b>11</b>

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

O valor aproximado em percentuais na opinião da maioria dos entrevistados encontra-se entre 0,1 a 0,5, ou seja: até meio por cento dos orçamentos globais.

Do exposto, inferimos que o município encontra dificuldades para oferecer uma política pública de esporte e lazer coerente com as necessidades da população umuaramense, com um orçamento que, na maioria das vezes, não atinge meio por cento dos orçamentos destinados para o setor.

A considerar outra resposta é possível identificar a razão do achatamento do setor na cidade de Umuarama, já que nem o mínimo em termos de recursos financeiros parece ser ofertado aos agentes para o desenvolvimento de ações no setor nas instituições, isto considerando a instituição pública e privada, sem contar que conforme já expusemos a maioria dos agentes nem mesmo sabe o quanto de

recursos existem à disposição. “Não temos nem o mínimo necessário para investir na área” (Sujeito 3- Instituição Privada).

Deduzimos que a partir da Lei de Orçamento Municipal se um setor tão importante como o esporte e o lazer, seja ele público ou privado, não contar com pelo menos 2% de um orçamento global, como o caso em particular, a cidade de Umuarama, fica difícil guardadas as proporções, oferecer uma política para o setor condizente com os direitos de cada cidadão.

Na opinião dos entrevistados, o orçamento destinado ao esporte e lazer não foi suficiente ou totalmente aproveitado pelos gestores públicos no período investigado, podendo, inclusive, com embasamento no parágrafo anterior, afirmar que os gestores encontram-se incapacitados para a função, já que possuem poucos recursos, em parte são mal aproveitados no desenvolvimento de suas ações.

Quando questionados a respeito da existência ou não de intercâmbios para o planejamento da entidade pública com outras do mesmo setor, os dados da Tabela 10 Ilustram a questão.

**TABELA 10 - EXISTÊNCIA OU NÃO DE INTERCÂMBIOS PARA O PLANEJAMENTO DA ENTIDADE PÚBLICA COM OUTRAS DO MESMO SETOR POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.**

<b>Respostas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Instituição Pública		02	02
Instituição Particular	03	08	11

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa (2010). – Dados trabalhados pelo Autor (2010)

Do exposto observamos que a maioria dos agentes da instituição particular não fez intercâmbio com outras entidades do mesmo setor para o planejamento das atividades no período pesquisado, e da mesma forma os agentes atuantes na instituição pública.

O estabelecimento de um planejamento adequado está relacionado a um conjunto de ações que são tomadas em um processo decisório por agentes que têm visões e interesses específicos e que, por vezes, devem agir em um curto espaço de tempo. Desta forma, a falta de um planejamento impede a definição de uma política de implementação adequada (AZEVEDO, 2007).

Complementando a questão acima, os agentes foram questionados se o planejamento da entidade durante o período investigado teve como base a “Política Nacional para o Esporte e Lazer”. A respeito do assunto a maioria dos agentes tanto

da instituição pública quanto da instituição particular, afirmou nem mesmo ter conhecimento da existência de uma política pública para o esporte e lazer. Os discursos a seguir ilustram a questão:

Não, nunca ouvi falar dessa ligação ou desta política no meu período – ela existe mesmo?(Sujeito 1- Instituição Pública).

Não, apesar de ter um certo conhecimento acerca desta política – mas aqui partimos do aleatório e da vontade de alguns superiores (Sujeito 2- Instituição Pública).

Não. Sequer tínhamos conhecimento dessa política (Sujeito 3- Instituição Particular).

Mas essa política existe para colocar na prática? Não sei, durante o meu período de gestão não... quem sabe a partir de agora, vou procurar me inteirar do assunto (Sujeito 4- Instituição Particular).

Relatos como os descritos acima permearam os discursos dos entrevistados ao responderem à questão. Esse é um dado preocupante da nossa pesquisa, pois para que a administração pública possa contribuir para com o adequado desenvolvimento social no que tange à área do esporte e lazer, faz-se necessário, também, o equilíbrio dinâmico da gestão do desporto e lazer na cidade, e isso exige conhecimento acerca das políticas públicas e orçamentárias.

Ao que tudo indica, as políticas públicas para o esporte e lazer na cidade de Umuarama e a política pública a nível federal, não foram contempladas no planejamento da maioria significativa das entidades pesquisadas no decorrer do período investigado, pois é fato que os agentes nem mesmo demonstraram ter conhecimento das mesmas.

A partir dos relatos fica claro que a política para o esporte e o lazer não está sendo efetivamente compreendida como um direito social por meio da iniciativa do Ministério do Esporte, nem tampouco considerado como tema importante na constituição dos programas e ações desenvolvidas pelos gestores das Instituições no período em estudo. Para Mezzadri et al (2006):

A falta de um plano de governo ainda gera problemas na gestão pública e ao financiamento, porque em muitos casos, como não há um planejamento, a gestão fica comprometida em sua interlocução com a sociedade. Nem sempre se busca entender as necessidades e os problemas concretos da sociedade, e, portanto, as ações são realizadas de maneira eventuais e aleatórias (MEZZADRI et al., 2006, p.57-58).

A possibilidade de praticar o esporte está na dependência de variáveis, e, em primeiro lugar, o autor destaca o capital econômico; e, de forma secundária, o capital cultural e o tempo livre. Tudo isso está atrelado à idéia que se estabelece entre as disposições éticas e estéticas relacionadas a uma posição determinada no espaço social e os lucros que, em função de tais disposições, parecem prometidos para as mais diferenciadas práticas esportivas.

Por isso, partilhamos do entendimento dos autores supracitados ao propor que a valorização da participação coletiva, permite que atores da sociedade civil se façam presentes, contribuindo para a democratização e viabilização desta participação. Tal conhecimento contribui para um maior engajamento por parte dos agentes, uma vez que todas as variáveis interferentes no processo precisam ser consideradas e, sobretudo, o exercício do poder precisa ser percebido como uma condição humana plural.

Reafirmamos que a partir da Constituição de 1988 o esporte e lazer passaram a ser considerado um direito social e, conseqüentemente, questão de Estado. Contudo, a defesa do esporte e lazer no âmbito da inserção e organização das políticas federais não é muitas vezes aceita. A criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer é uma maneira de assegurar o direito de acesso tanto ao esporte, quanto ao lazer, não permitindo que sejam considerados dispensáveis.

Ao Ministério do Esporte cabe a função de responsabilizar-se por investir na formação multiprofissional e multidisciplinar dos trabalhadores envolvidos, para que o esporte e o lazer sejam instrumentados de emancipação humana. Algumas iniciativas foram relevantes no sentido de viabilizar a política do esporte e lazer, por exemplo, a aprovação dos referenciais para a construção da Política Nacional do Esporte tendo como auge a instituição do Conselho Nacional do Esporte apresentou a seguinte definição no Art. 1º do Decreto 4.201/02 de 18 de abril de 2002:

O Conselho Nacional do Esporte – CNE é órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte e parte integrante do Sistema brasileiro de Desporto, tendo como objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem como a melhora do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional (CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE, 2002).

A composição<sup>28</sup> do Conselho Nacional do Esporte contempla a representação de entidades que estão relacionadas ao esporte em diferentes dimensões apresentando a configuração de uma diversidade, muito embora pareça necessário assinalar que, no centro da organização desse Conselho, se fazem presentes forças contrárias que estabelecem disputas acirradas pelo poder, com a defesa de interesses corporativos (BOURDIEU, 2009), principalmente, voltados para o esporte de alto rendimento.

Também, o Decreto 4.201/02 menciona a necessidade da criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL). A esse respeito, destacamos a existência de conflitos que se processaram no âmbito de todas as discussões que precederam os fóruns preparatórios para a II Conferência Nacional do Esporte e também a própria conferência.

O conflito existente estava atrelado à adoção ou não do termo “lazer” na nomenclatura do sistema, haja vista que na oportunidade, os representantes de entidades que amparavam posições mais restritas acerca do esporte, bem como alguns gestores federais, acreditavam que o sistema deveria permanecer como Sistema Nacional de Esporte.

Todavia, nesta disputa entre campos e atores sociais (BOURDIEU, 2009) prevaleceu a idéia de manter a denominação Sistema Nacional de Esporte - SNEL, até porque se tratava de uma terminologia que havia sido incorporada ao decreto referido.

Ainda, é pertinente lembrar que com a intenção de contribuir para a formação e planejamento de políticas nos âmbitos do esporte e lazer, foi criada uma pasta

---

28

I. Ministério de Estado do Esporte, presidente;  
 II. Secretário-executivo do Ministério do Esporte;  
 III. Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento;  
 IV. Secretário Nacional de Esporte Educacional;  
 V. Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer;  
 VI. Representante do Comitê Olímpico Brasileiro-COB;  
 VII. Representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB;  
 VIII. Representante da Comissão Nacional de Atletas – CNA;  
 IX. Representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais do Esporte e Lazer;  
 X. Representante dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer;  
 XI. Representante dos Clubes Sociais;  
 XII. Representante do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF;  
 XIII. Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE;  
 XIV. Representante da Comissão Desportiva Militar Brasileira – CDMB;  
 XV. Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto – ONED;  
 XVI. Representante da Confederação Brasileira de Futebol – CBF;  
 XVII. Seis representantes do esporte nacional, a serem indicados pelo Ministro de Estado do Esporte (Bernard Rajzman, Carlos Miguel Castex Aida, Eduardo Henrique de Rose, José de Assis Aragão, José Carlos Brunoro e Rinaldo José Martorelli).

ministerial, no sentido de colaborar para legitimar a discussão e conferir ao esporte e ao lazer um redimensionamento. Lembramos aqui a Medida Provisória 103/2003 que foi criada pelo Ministério do Esporte, com o objetivo de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano” (BRASIL, 2003).

Com o propósito de tornar o espaço para debate sobre os temas esporte e lazer mais democrático foi instituída, também, por meio do Decreto Presidencial de 21 de janeiro de 2004, a Conferência Nacional do Esporte. A referida conferência exerceu um papel determinante na política nacional do esporte no Brasil.

Assim sendo, à semelhança de discussões que se processam em áreas como saúde e educação, a conferência contou com a participação de representantes das diferentes instâncias de governo e da sociedade civil, tendo-se como papel para esses atores sociais a luta, por vezes, de interesses corporativos, numa disputa acirrada na arena do poder.

Compartilhamos do entendimento de Suassuna et al (2007) ao enfatizarem que a participação de atores sociais neste processo oferece maior legitimidade à discussão direcionada em certa medida, pelo governo, dependendo de como é conhecida a política.

É preciso trabalhar com uma política de esporte e lazer que tenha como base de sustentação uma concepção que entende essa prática como direitos sociais. Isso leva a pensar que o espaço-tempo destinado ao lazer precisa se constituir num momento em que a comunidade tenha a oportunidade de se apropriar de diferentes manifestações culturais de forma lúdica, crítica e contextualizada social, histórica e politicamente (SAMPAIO; LIÃO JUNIOR, 2007).

Nesse contexto, consideramos que o esporte precisa ser compreendido como uma prática social de livre acesso a todos, com a finalidade de propiciar acessibilidade à manifestação cultural esportiva numa perspectiva diferenciada do rendimento.

Entendemos a importância da predominância do respeito à liberdade de praticar determinadas modalidades, no sentido de aumentar a diversidade de experiências e repertório cultural na prática dos esportes. Isto porque, o esporte apresenta como uma de suas dimensões a recreação e, por esta razão, o lazer



parece ser cogitado com esta concepção, sendo adotado como um dos temas a serem tratados pelas políticas do esporte.

Tanto é assim que, durante a I Conferência Nacional do Esporte, realizada em junho de 2004, o tema proposto foi “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”. Já a II Conferência Nacional de Esporte que foi realizada em maio de 2006, também em Brasília, com o tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”.

Percebemos a importância do respeito do ponto de vista do outro – para quem a intervenção está dirigida. E, mais do que isso, é preciso buscar o estabelecimento de mecanismos de negociação e também contar com a participação coletiva, ao contrário de impor modelos previamente estabelecidos. Nesse sentido, o respeito à diversidade é fundamental.

O Brasil tem especificidades regionais e culturais acentuadas. Contudo, ocorre que na elaboração de políticas públicas e privadas, muitas vezes, essa diversidade é esquecida. Além disso, esses pressupostos não devem existir apenas como um dos aspectos que podem possibilitar que um determinado programa ou uma ação sejam executados junto à comunidade. Para tal, é preciso tomar como preceito o ideal de uma gestão participativa. No contexto, a adoção de estratégias de avaliação, por exemplo, parece ser um bom indicativo de que o Governo está de fato interessado em estabelecer políticas co-participativas.

Além disso, é importante registrar que os indivíduos que são alvos da política pública são agentes de direito e, por essa razão, têm a faculdade de aceitar ou não o que os programas e ações governamentais pretendem estabelecer. Talvez com base nesses argumentos, seja possível a construção de um cenário diferenciado para as políticas públicas na cidade pesquisada, em particular, considerando o atual governo. Este cenário poderia avançar no sentido de que se tenha, efetivamente, uma política de esporte e lazer compatível com as reais necessidades da população.

A escolha do planejamento é realizada por um conjunto de atores que são gestores e, assim, de alguma forma serão responsáveis por elaborar programas e ações. A identificação do quadro de gestores é de fundamental relevância para a determinação do rumo da política para o esporte e lazer umuaramense; por assim dizer, os atores constituintes da burocracia estatal são responsáveis pelo planejamento de ações e programa, bem como pelo tipo de avaliação a ser realizada, para que seja compatível com o que foi planejado.

Compartilhamos do entendimento de Bonalume (2004) ao afirmar que o quadro de desconformidade entre a formulação de políticas públicas de esporte e lazer e a implementação das ações está presente na maioria dos casos encontrados no contexto da administração pública brasileira.

Tal situação também é confirmada no estudo realizado por Miranda et al (2002). Os autores constataram que as políticas de esporte e lazer no estado representavam, prioritariamente, uma administração baseada na gestão de eventos e não em uma prática lógica de ações que reflitam um alinhamento estratégico definido.

Na contemporaneidade, os administradores públicos frente à perspectiva de Estado Democrático de Direito, rotineiramente, se encontram postos ao desafio de transformar uma cultura de gestão tradicional caracterizada por forte controle, intervenção e subordinação da sociedade pelo poder público, no planejamento e promoção de programas pontuais, em um espaço de gestão sempre marcada pela coordenação participativa entre as esferas pública e privada nos processos de elaboração e implementação de ações sob a orientação do Estado.

Pensando nisso, é relevante que os gestores públicos passem a congregar os fundamentos de suas ações no intento de que, quanto mais dissociados estiverem os projetos, programas e atividades com as realidades locais, maior será a probabilidade de fracasso por parte da administração pública em atender às demandas sociais.

Os agentes da instituição municipal e particulares participantes dessa pesquisa relataram que o planejamento das entidades que representam não está em consonância com as ações do Poder Público Estadual e Federal. Tal dado é preocupante, pois a probabilidade de fracassar no atendimento às demandas sociais é muito grande.

Os entrevistados demonstraram concordância em relação ao fato de que a prática efetiva do esporte e do lazer se constitua em um direito de todos os cidadãos, indiferente de qual entidade oferte. Contudo, tanto os agentes das entidades públicas quanto das particulares, no conjunto de seus discursos deixam claro que a prática difere da teoria. As falas abaixo ilustram a questão.

Sim. Mas a prática é bastante restringida pela oferta e pela busca (procura) (Instituição Pública - Sujeito 1).

Sim. Na teoria está muito claro, mas na prática as políticas não oferecem este direito (Instituição Pública - Sujeito 2).

Sim. Apesar de as entidades, principalmente, as públicas não buscarem a oferta dentro deste pensamento. (Instituição Particular - Sujeito 1).

Sim. Desde que observado a Constituição Federal, mas não acredito que seja entendido por todos. (Instituição Particular - Sujeito 2).L

Pelo menos é o que diz a Constituição Federal, mas na prática e nos investimentos isso não é respeitado. (Instituição Particular - Sujeito 3).

Concordo, mas esse deveria ser o entendimento principalmente dos gestores públicos nos níveis (Municipal, Estadual e Federal). (Instituição Particular – Sujeito 4).

Pelo menos na escrita da Constituição (Instituição Particular - Sujeito 5).

Somente na teoria (Instituição Particular - Sujeito 5).

Levando em consideração que ao Estado compete a garantia do ordenamento, amparo e desenvolvimento de uma sociedade, em conformidade com os relatos, podemos inferir que os agentes responsáveis pelo setor do esporte e lazer da cidade de Umuarama se distanciam das ações no sentido de conciliar a teoria à prática.

A respeito disso, é necessário salientar que os profissionais que atuam na área do esporte e lazer estejam atentos acerca do fato de que a existência de canais formais de comunicação entre a sociedade e o governo, pois este é um elemento significativo para a efetiva consolidação das políticas públicas na prática, tanto nas suas etapas de elaboração, quanto nas de implementação, controle e avaliação.

É preciso aprender a conciliar a teoria à prática. Revendo os conceitos da abordagem sociológica de Bourdieu (2000, p. 218) tem-se que “[...] a evolução da prática profissional depende cada vez mais da lógica interna do campo de profissionais, sendo os não-profissionais relegados à categoria de público cada vez menos capaz da compreensão dada pela prática”. Para o autor, em matéria de esporte, é possível constatar certa carência de profissionais capacitados para atuar na área esportiva. O autor propõe que a constituição de um campo de práticas esportivas consolidada, vem acompanhada de uma filosofia política do esporte.

Corroborando com esse entendimento, Mascarenhas (2007) descreve a necessidade de os gestores programarem diversos instrumentos de participação

social nas esferas de trabalho em grupo participativo, para que as propostas das políticas públicas para o esporte e lazer possam se consolidar na prática.

Ao tratar da implementação das ações de políticas públicas de esporte e lazer, Granja (2004) lembra que os elementos críticos estão representados pelos recursos humanos, materiais e financeiros, bem como pela infraestrutura, legislação do setor e modelo de gestão democrática.

Tais elementos quando bem articulados favorecem a participação crítica da população e controle social. Salientamos, pois que os conselhos de desporto, as conferências de esporte e lazer, os orçamentos participativos regionais, as plenárias temáticas de esporte, cultura e lazer e os congressos da cidade podem se constituir em canais efetivos de participação popular em Umuarama..

Ficou evidente no discurso dos entrevistados que as ofertas de esporte e lazer direcionadas principalmente pelo poder público e pelo privado não atenderam ou atenderam apenas em parte as necessidades do cidadão Umuaramense, conforme demonstram os discursos dos agentes entrevistados em relação às instituições pesquisadas durante o período de gestão dos mesmos.

Em partes sim. Mas acredito que faltaram recursos financeiros e humanos para ampliar os atendimentos no setor Sim. Na teoria está muito claro, mas na prática as políticas da prefeitura não oferecem este direito (Instituição Pública - Sujeito 1).

Sim. Parcialmente. Os recursos públicos foram mais dispensados às crianças e jovens (Instituição Pública - Sujeito 2).

Não neste período (2000/ 2008) – a pergunta que fica, é o que aconteceu com o esporte de Umuarama? Atualmente parece existir somente na teoria (Instituição Particular - Sujeito 1).

Não. Principalmente o público que nem setor específico possuía. O investimento no esporte ainda é muito pequeno (Instituição Particular - Sujeito 2).

Em alguns períodos sim, outros não. Destaco o período de 1999 a 2004. Em outros, como este pesquisado, o setor nem era comentado (Instituição Particular - Sujeito 3).

Mais ou menos. Tentativas algumas foram feitas, principalmente no período de 1999 a 2004, mas atualmente é uma brincadeira, um descaso (Instituição Particular - Sujeito 4).

Não. Principalmente nesse período de 2004 a 2008 (Instituição Particular - Sujeito 5).

Não. Não atendeu nem o mínimo necessário (Instituição Particular – Sujeito 6 ).

Tenho a clara certeza que não (Instituição Particular – Sujeito 7).

Não. No período citado nos anos de 2007 e 2009, o esporte foi praticamente extinto, banido do município (Instituição Particular – Sujeito 7).

Os agentes deixam claro nas respostas, que as ofertas de esporte e lazer com mais ênfase pelo poder público, e também pelo privado no período investigado, não atenderam às necessidades da população, nem o mínimo necessário, conforme relato de um dos entrevistados da instituição particular.

Percebe-se nas respostas certo desconforto e desdém ao falar do tema e algumas afirmações categóricas sobre a falta de incentivo e de ofertas concretas, inclusive com alta dose de crítica.

Na esfera estatal, as políticas públicas e sociais no Brasil têm sido garantidas por lei e atendido direitos à saúde, educação, habitação, entre outras. Todavia, quando se refere ao esporte e ao lazer, embora se constata que tais políticas tenham sido estabelecidas pela Constituição de 1988, essa prática não tem sido contemplada como direitos sociais (BRUST; BAGGIO; SALDANHA FILHO, 2008).

Estudo de Mezzadri et al. (2006) revelam a inexistência de projetos voltados para a área do esporte e lazer nas cidades do Estado do Paraná. Por sua vez, Linhares (1997) reafirma que nas administrações públicas, o esporte encontra-se dissolvido em setores sociais que o instrumentalizam para os mais variados fins, como, por exemplo, atividades meio ou complementar em políticas educacionais e de saúde. O autor ressalta a importância do esporte como um bem cultural, historicamente construído pela humanidade e, portanto, passível de ser legitimado como um direito de todos.

Diante do histórico acumulado em torno da conceituação das políticas que percebem a prática do esporte como promoção para a saúde, para a cultura, como exercício de cidadania, acaba-se por observar o modelo de esporte espetáculo (BOURDIEU, 2009), como parâmetro para toda e qualquer forma de vivência da cultura corporal esportiva, bem como de modelo articulador para as políticas públicas para o setor.

Azevedo (2007) considera a necessidade de avançar para uma cultura de esporte recreativo, pois esta prática condiz com a democracia, levando os cidadãos a uma maior participação. Com base no entendimento do autor, lembramos que em realizações recreativas tivemos a oportunidade de presenciar muito mais atitudes e comportamentos estimuladores da criação de valores e conhecimento, do que

aqueles em que predomina a exigência de rendimento ou mesmo de resultados técnicos.

Por isso, pensamos que na concepção de um modelo conceitual, uma sugestão de esporte que contemple participação da comunidade é considerada um avanço qualitativo para o município de Umuarama.

A constituição de um campo das práticas esportivas, na visão de Bourdieu (1983, p. 140) deve vir “[...] acompanhada da elaboração de uma filosofia do esporte”. Para o autor, se na origem do esporte contemporâneo, essa filosofia política pautava-se em princípios da aristocracia, de amadorismos, desinteresse ou mesmo de afirmação de certos líderes, atualmente tem assumido caráter diferenciado.

A partir de tais considerações observamos a importância de os gestores que atuam no setor do esporte e lazer de Umuarama, trabalharem embasados em uma filosofia esportiva que atenda às necessidades dos cidadãos, sem deixar de revelar as características singulares do esporte.

Dando continuidade às questões de pesquisa, os entrevistados foram indagados se, no período da sua gestão, o setor de esporte e lazer contava com uma autonomia administrativa e orçamentária, capaz de garantir a implementação e/ou a continuidade de projetos e ações no setor.

A respeito do assunto, podemos perceber com base nos relatos dos sujeitos da instituição pública que o setor não contava com autonomia administrativa e orçamentária, confirmando os dados já descritos nessa dissertação (Tabela 2) quando os agentes deixaram evidente que as instituições contavam apenas com departamentos e/ou diretoria, em razão de o município não possuir uma instituição específica, no caso a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Não; Era muito difícil, tínhamos que negociar tudo todo o tempo e convencer os superiores. Na teoria está muito claro, mas na prática as políticas não oferecem este direito (Instituição Pública - Sujeito 1).

Não. Foi um período muito difícil para o setor (Instituição Pública - Sujeito 2).

Autonomia administrativa sim... orçamentária, não. (Instituição Particular - Sujeito1).

Apenas autonomia administrativa, mas orçamentária, não. (Instituição Particular - Sujeito 8).

Não. Sempre fomos vinculados a outras diretorias e submetidos a decisões superiores (Instituição Particular - Sujeito 2).

Não. Éramos vinculados a outras diretorias, sem poder decisório (Instituição Particular - Sujeito 11).

Não. Tudo dependia da tesouraria (Instituição Particular - Sujeito 3).

Não, pois a maioria das atividades contava com a ajuda de empresas (Instituição Particular - Sujeito 4).

Do exposto, observamos que os entrevistados apontam diversas dificuldades a serem superadas pelo Município de Umuarama no setor, ao tratarem de uma autonomia administrativa e orçamentária adequada para garantir, efetivamente, a implementação e continuidade de projetos e ações no período da sua gestão.

As análises empreendidas fazem pensar que os agentes não contavam com autonomia administrativa e/ou orçamentária capaz de garantir a implementação de políticas para a área do esporte e lazer. Isso implica num jogo de poder, que segundo Bonetti (2006, p. 76) é resultante da dinâmica do jogo de forças estabelecidas “[...] no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade”.

Reportamo-nos aqui a Marchi Junior (2004), que com bastante propriedade revela que o esporte pode ser manifestado de maneira sincrônica e diacrônica. Na primeira (sincrônica), o indivíduo adere determinada prática em razão de possuir um *status* social; e na segunda (diacrônica), em razão de receber a oferta de programas esportivos, por exemplo, o que implica numa forma objetivada, manipulada de demanda.

Vale dizer que, na segunda hipótese evidenciada por Marchi Junior (2004), a oferta se dá evidentemente a critério do estado ou mesmo de instituições da iniciativa privada, considerando-se os recursos disponíveis no caso da iniciativa privada, ou os fins entendidos como esportivos ou não, a depender da filosofia adotada, a serem, pois conquistados por meio do esporte, no caso do estado.

Segundo o entendimento de Azevedo (2007), muitos problemas com a gestão das políticas públicas são enfrentados no setor do esporte e lazer em razão da insuficiência e instabilidade de recursos disponíveis. O autor comenta que, no Brasil, a questão da proteção dos direitos humanos vem crescendo em nível de fóruns, legislação, organização da sociedade civil em busca de um comprometimento maior do poder público para superar as condições de pobreza e restaurar a dignidade humana.

Numa concepção democrática de gestão pública para o Município de Umuarama, o orçamento público é um dos instrumentos mais importantes para o monitoramento das demandas de oferta para o esporte e lazer. Tal referência é pontuada por Brust, Baggio e Saldanha Filho (2008), a insuficiência de recursos faz pensar na participação das discussões na elaboração das políticas, acompanhando a sua execução e fazendo análises.

O acompanhamento das políticas no que tange à autonomia administrativa e orçamentária no setor de esporte e lazer pesquisado deve ser realizada de maneira tal, que suscite a participação, pressionando, pois o poder público para agir em busca da promoção do bem comum das populações mais vulneráveis e distantes de políticas públicas de qualidade, numa política contrária ao processo de massificação, onde o esporte é utilizado em detrimento aos direitos sociais.

Lembramos aqui Bourdieu (2009) ao referir sobre a importância de garantir aos cidadãos o direito de participação. Na visão do autor, a massificação impõe determinadas práticas e consumos aos cidadãos de forma centralizada. Ao contrário a democratização dos processos possibilita diferentes práticas de consumo (no caso de esporte e lazer) com respeito às características de diferentes grupos e regiões específicas, de forma descentralizada e coletiva.

Ainda, foi possível concluir que a totalidade dos entrevistados concorda que a função dos agentes que atuaram na entidade na qual gerenciaram era claramente definida. Contudo, relataram que a maioria dos profissionais que atuaram na sua instituição não era qualificada para a função, conforme Tabela 11.

**TABELA 11 - OPINIÃO DOS AGENTES EM RELAÇÃO À QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ATUANTES NO SETOR DE ESPORTE E LAZER POR MODALIDADE ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2004 A 2008.**

<b>Respostas</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
Instituição Pública	-	02	02
Instituição Particular	03	08	11

Fonte: Dados oriundos do instrumento de pesquisa e trabalhados pelo Autor (2010)

Dos dados acima referidos, podemos afirmar que, no período investigado, as entidades não contavam com profissionais qualificados para atender à demanda do esporte e lazer no município, como é possível observar nos relatos dos entrevistados. Logo, os agentes expuseram que contavam na maioria, com estagiários e pessoas completamente leigas no assunto que somente eram



chamadas para completar o quadro de atividades quando da necessidade de algum evento maior.

O relato de um dos participantes da instituição particular é relevante nesse aspecto ao mencionar que: “A comissão técnica sim, mas nas escolinhas atuavam estagiárias de Educação Física e nas outras funções nós preparávamos as pessoas de última hora quando necessário (Sujeito 2 – Instituição Particular). Outro sujeito da instituição pública afirmou que: “Além de mim, os outros participantes não tinham qualificação, contávamos na maioria das vezes com os estagiários da universidade, que não estavam preparados para a tarefa, eram ainda leigos” (Sujeito 4 – Instituição Pública).

A respeito do assunto lembramos que, no movimento de universalização e democratização do acesso ao esporte e ao lazer, é necessário o envolvimento de muitos agentes, com diversas atribuições: dirigentes, animadores socioculturais, profissionais e/ou voluntários, além do pessoal de apoio técnico, para auxiliar a população nas práticas esportivas e de lazer.

Entretanto, os gestores e agentes atuantes na prática esportiva, quase sempre, possuem baixo nível de escolaridade e/ou formação e qualificação inadequada para o exercício da função, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à comunidade (ARAÚJO; MAGALHÃES, 2008). Para os autores, um dos principais problemas dos profissionais que atuam na área de esporte e lazer é o empenho em realizar atividades práticas, permeada por uma visão parcial e limitada acerca da abrangência e do papel pedagógico do esporte e do lazer.

Nesse mesmo sentido, transcrevemos as considerações de Mezzadri et al. (2006) ao evidenciarem que:

Em paralelo à relação da estrutura burocrática, evidenciamos a quantidade de profissionais da área e de estagiários nas secretarias. Um dos principais pontos em questão é o necessário de garantirmos uma intervenção mais qualificada do poder público no desenvolvimento da sociedade. Se observarmos os dados coletados, em muitas cidades o número de estagiários/bolsistas, é maior do que o número de profissionais. Isto nos remete a concluir que, independente da situação econômica dos municípios, essa é uma prática comum na área de esporte e lazer (MEZZADRI et al., 2006, p.57).

Compartilhamos do entendimento dos autores supracitados, ao afirmarem que o incentivo à participação da sociedade nas práticas de esporte e lazer implica no aumento da quantidade e da qualidade dos profissionais que trabalham na área.

“A sua melhora qualitativa pode se dar, por exemplo, através de programas permanentes de capacitação” (MEZZADRI et al., 2006, p. 57).

Semelhante ao exposto é o entendimento de Pina (1995) ao avaliar alguns aspectos considerados essenciais do esporte e lazer, entendendo-os como fundamentais para a caracterização do profissional para a sua atuação prática. O autor aponta a necessidade de que o profissional tenha uma formação, não essencialmente em curso superior, contudo, concorda que a graduação universitária pode contribuir significativamente para sua capacitação profissional e melhor desempenho nas atividades, apontando, ainda, a necessidade de que o profissional seja bem informado e atualizado sobre as ocorrências do seu tempo, lugar, estado, país e no mundo, apresentando um comportamento de interação com todo o grupo que o cerca, sejam estes pequenos ou grandes grupos, apresentando relacionamento positivo com os mesmos.

Os conhecimentos básicos referentes ao lazer, ao esporte, à cultura corporal e à cultura lúdica são fundamentais no processo de formação profissional. Sampaio e Lião Junior (2007) evidenciam alguns objetivos que servem de orientação para embasar qualquer proposta relativa ao programa para o esporte e lazer dos municípios.

- Possibilitar a construção de uma visão crítica acerca do esporte e do lazer e identificar as possibilidades de trabalho, tendo o lazer como campo de intervenção e conhecimento;
- Discutir os fenômenos esporte e lazer de forma crítica e contextualizada com a realidade pedagógica dos educadores do programa esporte e lazer das cidades do entorno;
- Constatar necessidades e buscar possibilidades de superação de eventuais dificuldades (estruturais, metodológicas, conceituais, entre outras) de intervenção no campo do lazer encontradas nos núcleos do projeto;
- Democratizar o acesso a conhecimentos e mecanismos de intervenção pedagógica no campo do lazer e da educação popular;
- Discutir mecanismos de intervenção e democratização de diferentes manifestações culturais no campo do lazer, suas dimensões e possibilidades de organização e mobilização popular de forma crítica e contextualizada;
- Possibilitar o entendimento do lazer como espaço de educação popular, seu monitoramento, sua avaliação, construção e consolidação de metas a serem trabalhadas no programa;
- Possibilitar um espaço de trocas de experiências entre alunos de educação física das universidades e os coordenadores, agentes sociais, monitores e alunos do programa esporte e lazer da cidade (SAMPAIO; LIÃO JÚNIOR, 2007, p. 52-53).

Para tal, pressupomos a necessidade premente de que os profissionais que atuam na área tenham um bom relacionamento com a sua comunidade e com seu

grupo social, posicionando-se com criatividade frente aos problemas vivenciados, colaborando sempre imbuído de dedicação e boa comunicação inter e intrapessoal, estando permanentemente num processo de autoformação, buscando sempre instruções profissionais e novos conhecimentos teórico-práticos pertinente à sua atuação.

A partir desse contexto é bastante razoável supor a dificuldade enfrentada pelos gestores no período investigado para consolidar uma política pública para o esporte e lazer de qualidade no Município de Umuarama, sendo uma das razões a falta de profissionais capacitados para atuar na área, pois ficou evidente nos discursos dos entrevistados que não há profissionais com preparação adequada para fazer frente às novas demandas suscitadas pelo setor.

Outro dado preocupante é a inexistência de interface setorial e transversal do esporte e do lazer das entidades pesquisadas com outras áreas da cidade. Nesse sentido, foi possível constatar que no período de 2004 a 2008 as instituições públicas pesquisadas mantiveram interface apenas com a Secretaria Municipal de Ação Social. Entretanto, um participante da instituição particular relata que “[...] foram poucos os momentos, pois não existia um pensamento integrado” (Sujeito 2).

Conforme Suassuna et al. (2007), a falta de um planejamento em conformidade com as políticas públicas para o setor do esporte e lazer, impede a definição de políticas que alcancem um caráter inter-setorial. Isto ocorre porque não há preparação de um plano de ação com uma relação direta com o sistema político, considerando que esse sistema é quem confere legitimidade ao processo.

Mascarenhas (2007) considera que um dos maiores desafios governamentais passa pela própria responsabilidade do estado quanto à efetivação do direito ao lazer. Isso requer na visão do autor uma política apoiada em uma compreensão transdisciplinar<sup>29</sup> e intersetorial<sup>30</sup> que ultrapasse os limites do esporte, requerendo um enorme esforço e capacidade de interlocução entre os diferentes setores da

---

<sup>29</sup> A transdisciplinaridade é uma abordagem científica que visa a unidade do conhecimento, visando estimular uma nova compreensão da realidade, articulando elementos que passam entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade

<sup>30</sup> A intersectorialidade implica na articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e na avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, tendo em vista um efeito sinérgico (INOJOSA, JUNQUEIRA, 1997), sendo construídas em razão da necessidade de os cidadãos e setores em enfrentar problemas concretos e dependem de produzirem resultados perceptíveis, mesmo que parciais, como forma de promoverem retroalimentação aos participantes.

administração pública e esferas de governo, na tentativa de evitar problemas e conflitos, a pulverização e a sobreposição de ações.

Destacamos que a intersectorialidade busca superar a fragmentação das políticas ao considerar o ser humano na sua totalidade e na sua complexidade, sendo possível apenas por meio da construção de verdadeiras alianças estratégicas entre diferentes setores governamentais, não-governamentais, privados e da sociedade civil construídas no cotidiano das práticas de oferta de esporte e lazer, favorecendo, assim, a gestão participativa do setor.

O estudo evidencia o desafio da operacionalização da intersectorialidade, ficando demonstrado que os agentes parecem não compreender a dimensão do significado deste conceito. Dada a relevância da intersectorialidade, pressupomos a necessidade de investir em ações intersectoriais, aprofundando seus conhecimentos na avaliação das práticas de gestão no âmbito do esporte e lazer, avançando para a verificação da efetividade de tais ações.

Ficou clara a posição de dois agentes no sentido de não reconhecer a efetividade de ações intersectoriais. “Não sei o que significa esse conceito, é alguma política nova no setor do esporte?” (Sujeito 2 – Instituição Pública). Outro referiu que: “Preciso pesquisar para responder a questão” (Sujeito 4 – Instituição Particular).

A não associação prioritária com outras instituições que ofertam práticas de esporte e lazer pode demonstrar informalidade das ações por parte das instituições pesquisadas, convergindo para a ideia de busca por soluções de problemas, muitas vezes, pautadas por necessidades individualizadas, o que se contrapõe ao conceito de intersectorialidade.

Isso leva a pensar na necessidade de um planejamento conjunto visando o alcance de resultados integrados para efeito sinérgico da prática no campo do esporte e lazer. Sobre a iniciativa ou proposição do desenvolvimento de parcerias com outras instituições comunitárias e sociais embora o destaque à importância de uma gestão participativa, foi possível verificar que a parceria com outras instituições foi praticamente inexistente no período investigado.

Logo, ao serem questionados acerca do desenvolvimento de algum projeto em parceria com instituições comunitárias e sociais, os agentes de ambas assim se manifestaram a respeito:

Sim. Com a Provopar (Instituição Pública - Sujeito 1).

Sim. Com a Prefeitura Municipal e escolinhas (Instituição Particular - Sujeito 1).

Sim. Com a Associação de Deficientes Físicos de Umuarama (Instituição Particular - Sujeito 3 e 4).

Com a Secretaria de Ação Social (Instituição Particular - Sujeito 1, 10 e 2).

Observamos que quatro dos agentes entrevistados afirmaram não ter desenvolvido projetos em parcerias. Obtivemos posições afirmativas a respeito, com referência a parcerias com a Provopar<sup>31</sup>, a Secretaria da Ação Social<sup>32</sup>, a Prefeitura Municipal de Umuarama e Escolinhas e ADEFIU - Associação de Deficientes Físicos de Umuarama<sup>33</sup>, o que podemos destacar também que diante de um município de porte médio e com diversas instituições, estas parcerias podem ser consideradas mínimas e pouco existentes.

Convém ressaltar que o processo de desenvolvimento de algum projeto em parceria com instituições comunitárias, num âmbito geral, está relacionado com as políticas setoriais promovidas por programas do governo e com as políticas sociais.

Também, implica no desenvolvimento de quadros, profissionais e voluntários para exercerem um trabalho de forma eficiente e atualizada na busca de parceiros representativos. Infere-se que todos os itens apontados precisam estar conectados. O desafio daí resultante está atrelado, sobretudo, aos órgãos gestores de políticas públicas na área.

A busca por articulações com os diferentes setores sociais da sociedade pode contribuir para transpor os limites de governo Municipal para consolidar-se numa política de estado. Isso reforça o princípio da democracia e da inclusão social, considerando o diálogo com outras instâncias que realizam a política e a parceria com as diferentes esferas da sociedade. Isso leva a reflexão do caráter diferenciado com o qual o esporte e o lazer devem ser tratados, qual seja, como um patrimônio cultural da humanidade, por conseguinte, como um direito a ser garantido a todos, portanto, um direito social (MARCASSA; SOUZA, 2007).

A maioria dos agentes de ambas as instituições investigadas afirmaram ter realizado em algum momento o mapeamento das necessidades e das estruturas

<sup>31</sup> Programa de Voluntariado do Paraná.

<sup>32</sup> Secretaria Municipal de Ação Social.

<sup>33</sup> Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama.

para uma possível intervenção em momento posterior. Quando indagados de que forma, os discursos a seguir ilustram as respostas:

Apenas momentâneo - territorialização em apenas um ano – somente no início da gestão (Instituição Pública - Sujeito 1).

Levantamento das estruturas e espaços físicos, mas um mapeamento para regiões, para ver as necessidades das ações e atividades, não foi possível devido a causas adversas (Instituição Pública - Sujeito 2).

Vistoria da Federação – levantamento teórico (Instituição Particular - Sujeito 1).

Levantamento de informação e dados e vistorias na estrutura, além de questionamento aplicado na comunidade acadêmica (Instituição Particular - Sujeito 3).

Por meio de envio de questionários às entidades e reuniões para levantamento de informações (Instituição Particular - Sujeito 4).

Através do planejamento da equipe de profissionais com vistas a participar da Liga Nacional e Campeonato Paranaense e visitas aos bairros para direcionar as necessidades de escolinhas (Instituição Particular - Sujeito 9).

Fizemos vistorias nos campos e reuniões nos bairros (Instituição Particular - Sujeito 11).

Apenas levantamento de ideias junto aos sócios, mas normalmente se repetia o calendário do ano anterior Instituição Particular - Sujeito 06).

Apenas vistorias técnicas, levantamento de dados e questionário junto aos associados (Instituição Particular - Sujeito 05).

Fizemos verificação da clientela e estrutura física, através de visitas *in loco* (Instituição Particular - Sujeito 08).

Apenas levantamentos de gastos para desenvolvimento de eventos (Instituição Particular - Sujeito 07).

Os depoimentos acima revelam a necessidade de pensar em uma política mais efetiva para o Município investigado, sobretudo, no que se refere ao mapeamento das necessidades e das estruturas para uma possível intervenção em momento posterior pelos agentes da área do esporte e lazer dadas as instituições pesquisadas.

Os discursos dos agentes pesquisados mostraram algumas iniciativas tais como: territorialização, vistoria da federação, levantamento teórico, levantamento de informação e dados e vistorias na estrutura, além de questionamentos aplicados na comunidade acadêmica, visitas aos bairros, levantamento de ideias junto aos sócios.

Tais iniciativas embora importantes, não fazem frente à elaboração de uma proposta concreta na área para o Município no período investigado.

Nesse sentido, citamos as ações propostas pela I Conferência Nacional do Esporte e Lazer, pelo Ministério do Esporte:

Realizar diagnóstico da estrutura esportiva e de lazer e propor ações articuladas entre os diversos níveis da administração pública e ou em articulação com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para construção, modernização, revitalização, preservação, otimização e maximização de espaços e equipamentos para o esporte e lazer com segurança e qualidade, visando o interesse e necessidades da população, contemplando a acessibilidade de pessoas com deficiência e pessoas com necessidades especiais, idosas e idosos, flexibilidade de horários e utilização, descentralização e desconcentração dos espaços e equipamentos públicos e privados, tais como escolas, passeios, parques, ginásios, entidades esportivas, sem fins lucrativos e/ou econômicos, estádios, creches e universidades, instituições de longa permanência, priorizando comunidades com populações em situação de vulnerabilidade ou exclusão social. Estas ações devem ser promovidas por profissionais, agentes sociais, animadores culturais, voluntárias e voluntários da sociedade capacitados e qualificados (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2006).

As políticas públicas precisam ser definidas, implementadas, reformuladas e/ou desativadas com base nas reais necessidades de uma determinada sociedade ou do Estado (AZEVEDO, 2001). A partir do entendimento do lazer e de sua importância frente ao papel que assume diante da sociedade, faz-se necessário compreendê-lo ainda como dever do Estado.

Assim, além das iniciativas referidas pelos agentes, salientamos a necessidade de implementações de práticas de esporte e lazer por parte das instituições pesquisadas, no sentido de favorecer gratuitamente ações que propiciem a qualidade de vida para a comunidade em geral, resgatando e construindo uma ordem social, em que o direito ao esporte e lazer seja de qualidade e acessível a todos.

E, mesmo reconhecido como um direito do cidadão e um dever do Estado, a realidade vivenciada pelo esporte e lazer no período investigado parece ter contribuído para a exclusão de uma parcela representativa da população ao acesso e possibilidade de exercer, com dignidade e cidadania, as práticas sociais de esporte e lazer ao não mapear as reais necessidades para uma intervenção efetiva.

Isso ficou evidente também nos relatos da maioria das instituições pesquisados, pois os agentes não fizeram menção à elaboração de possíveis instrumentos relevantes para aprimorar e/ou implementar ações de

acompanhamento, análise e avaliação dos investimentos realizados em programas ou projetos do esporte e lazer. Apenas o Sujeito 1 da instituição particular se referiu a elaboração de “questionários junto aos pais e pesquisa de opinião pública”. Também, o Sujeito 1 da instituição pública comentou sobre a elaboração de “planilha para a avaliação de ações”.

No âmbito da adoção de estratégias de avaliação, por exemplo, os discursos da maioria dos entrevistados foram indicativos de que, no âmbito do esporte e lazer, não houve um estabelecimento de políticas efetivas para acompanhamento, análise e avaliação dos investimentos realizados em programas ou projetos na área. Diz um agente que: “Não sabíamos como proceder, nem que estratégias adotar, o tempo vai passando e quando se dá conta a gestão do prefeito terminou, daí troca tudo e o ciclo se repete” (Sujeito 2 – Instituição Pública).

O depoimento acima demonstra a importância de o município em questão investir em uma política pública para o esporte e lazer, no sentido de avançar efetivamente em direção a ações qualitativas que se constituam não somente em políticas de governo, mas, sobretudo, de Estado.

A falta de um efetivo sistema de avaliação, segundo Jacobi (2000) revela uma restrita capacidade técnica e administrativa de estados e municípios, nomeadamente, os mais carentes no atendimento aos critérios de habilitação exigidos para uma gestão plena. O fato de os municípios carecerem de pessoal qualificado para realizar as atividades orçamentárias básicas demonstra bem a dificuldade do estabelecimento de um equilíbrio no relacionamento intergovernamental.

Ainda, para Jacobi (2000), não havendo uma iniciativa por parte dos municípios e estados nos processos de coordenação, o processo de descentralização não pode se concretizar. A descentralização possibilita que as ações ocorram próximas ao cidadão, permitindo que as características locais e ambientais sejam respeitadas no intuito de alcançar as metas estabelecidas.

Esse processo é dificultado à medida que as secretarias municipais e/ou estaduais se eximem de cumprir com o seu papel essencial no processo de gestão das políticas descentralizadas, no caso em questão, no que diz respeito ao esporte e lazer, o processo efetivo de gerenciamento não é possibilitado.

Ainda, outro fator marcante observado no discurso dos agentes de ambas as instituições pesquisadas é que as mesmas não utilizaram de recurso municipal,



estadual ou federal para executar projetos. “Não utilizamos de recursos municipal, estadual ou federal para a execução de projetos, nem sabia que existia, diz o Sujeito 3 da instituição particular”.

A fala de outro agente demonstra a compreensão da maioria dos entrevistados, evidenciando até mesmo certo descaso por parte dos mesmos em buscar algum conhecimento sobre o assunto ao mencionarem, por exemplo, que: “Não... apesar de nunca procurarmos, nem nunca nos oferecerem e nunca esteve ao nosso alcance” (Sujeito 1 – Instituição Particular); também outro agente diz que; “nem sei se existe essa possibilidade, isso acontece de vez em quando. Se existe a possibilidade, nem mesmo tive conhecimento” (Sujeito 4 – Instituição Particular).

Embora a ideia de políticas públicas esteja ligada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios tanto financeiros como humanos, os agentes parecem não compreender que estas não se limitam apenas à implantação de serviços, uma vez que abrange projetos de natureza ética e política, abarcando, por conseguinte, níveis diferenciados de relações entre o Estado e a sociedade em sua constituição, estando atrelada, ainda, a um campo de conflitos entre indivíduos que disputam orientações na esfera pública e os recursos destinados à sua implantação.

Para que as entidades esportivas recebam o incentivo faz-se necessário que as mesmas tenham conhecimento, primeiramente, da oferta, e que preencham algumas exigências, por exemplo: para que possam acessar um determinado recurso, é preciso desempenho técnico desportivo durante o ano anterior, estatuto social devidamente registrado e certidões negativas de tributos, o que não foi constatado em ambas as instituições pesquisadas, sobretudo, do conhecimento da disponibilidade de tais recursos. A respeito disso verificamos total desconhecimento por parte dos agentes pesquisados.

Cabe aqui lembrar Bourdieu (2009) ao enfatizar que a sociologia do esporte encontra-se desdenhada pelos sociólogos, e desprezada pelos esportistas que não sabem falar com conhecimento aprofundado. Para o autor citado, é preciso pensar o espaço das práticas esportivas como um elemento no qual cada indivíduo recebe seu valor distintivo. Na perspectiva enunciada pela maioria dos sujeitos participantes desse estudo, o esporte e o lazer parece não ocupar um espaço social valorizado na prática desenvolvida por eles.

Para Suassuna et al. (2007) fica claro que as políticas públicas para o esporte e lazer são estabelecidas sob modelos focais, não havendo diálogo entre os

órgãos governamentais de forma horizontal, nem tampouco, de maneira a abranger outras esferas do governo (vertical).

Constatamos a relevância do respeito no que se refere ao ponto de vista do outro, para quem essa intervenção é dirigida: a população de Umuarama, ou seja, crianças, jovens e idosos carentes de uma prática efetiva de esporte e lazer. Assim, foi possível constatar que, no período investigado, não houve por parte das instituições e agentes o fomento necessário para estabelecer mecanismos de negociação por parte da coletividade, no atendimento às reais demandas da população.

A região de Umuarama - Paraná, assim como em todas as partes do Brasil conta com especificidades regionais que são passíveis de uma análise mais apurada em suas particularidades. Contudo, foi possível constatar dos discursos dos agentes que as políticas públicas não são bem esclarecidas e tampouco parece considerar a diversidade.

Podemos inferir dos discursos dos participantes da pesquisa que a política do município de Umuarama para o setor do esporte e lazer não se encontra definida nem esclarecida, tampouco os gestores têm conhecimento da existência de um Conselho Municipal de Esporte e Lazer e de ações nesse sentido.

A existência desse órgão ofereceria a possibilidade de o Município contar com uma proposta mais objetiva para a prática do esporte e lazer por parte das instituições que ofertam essa prática, objetivando o desenvolvimento de programas capazes de promover a massificação planejada de atividades físicas para toda a população do município, contribuindo, conseqüentemente, com a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto no município.

Os entrevistados das instituições pesquisadas relataram que nunca receberam convite para representar a sua entidade durante discussões e debates sobre a construção de políticas públicas para o esporte e lazer, seja a nível municipal, estadual ou federal. “Jamais participei de nenhum debate, palestra ou qualquer outro tipo de discussão sobre o esporte e lazer, isso tem custo para deslocar e dificulta a participação” (Sujeito 2 – Instituição Pública). Outro relato confirma o exposto: “Nós que atuamos na rede particular, quando tem congresso, por exemplo, só vai a cúpula, assim nem ao menos somos convidados” (Sujeito 3 – Instituição Particular). Outro sujeito demonstra indignação: “Tenho muitas ideias e vontade de trabalhar pelo esporte no município, mas não depende só de querer

participar, a gente precisava do convite, pelo menos já seria um grande passo, mas isso não é comum acontecer, pelo menos no meu departamento” (Sujeito 5 – Instituição Particular).

Constatamos, assim, que o período investigado foi carente de uma estrutura metodológica consistente no município ao tratar de políticas públicas para o esporte e lazer, pois os discursos dos agentes revelaram nitidamente que não houve uma demanda de participação efetiva na área. A participação em discussões e debates acerca das políticas públicas com representantes do esporte e lazer por parte dos agentes pesquisados seria um recurso de excelência para a tomada de consciência dos mesmos, a respeito das reais necessidades de cada entidade em relação às comunidades atendidas e, sobretudo, no que se refere às particularidades do município no que tange à implementação de uma política bem consolidada no setor.

Os encontros a nível municipal, estadual ou federal promovem a discussão coletiva dos representantes de cada entidade, ou seja, consolida-se um espaço de trocas de informações como um aglutinador das diversidades que compõem as entidades. Por isso, segundo Castellani Filho (2007), a criação de espaços de formação centralizados (seminários, palestras) e descentralizados (formação em serviço) é justificável, pois é a partir da formação que os agentes de diferentes regiões podem trocar experiências e socializarem suas práticas.

No nosso ponto de vista, a troca de experiências nos encontros a nível municipal, estadual ou federal seria um recurso significativo para a troca de informações entre as instâncias pesquisadas, favorecendo o crescimento pessoal e profissional dos agentes, considerando que por meio da experiência de troca realizada, seria possível, dentre outros aspectos, que ao retornarem para as suas instituições os agentes tivessem melhores condições de elaborar um planejamento adequado às necessidades da população.

Nesses encontros, os agentes teriam a oportunidade de conviver com as relações que se processam entre as várias instituições, quer seja da instituição particular ou pública, discutindo a respeito de suas dificuldades locais, trocando experiências significativas, tendo acesso a conteúdos relevantes acerca do esporte e lazer em conformidade com as características de diferentes regiões, dando subsídios para o planejamento participativo na sua entidade.

Castellani Filho (2007) relata que dentre outros aspectos, os debates e as discussões nesses encontros giram em torno de questões relevantes, oferecendo

aos agentes a oportunidade de os mesmos refletirem sobre cada realidade geopolítica e econômica na qual cada instituição está inserida, identificando espaços de esporte e lazer nos quais as atividades podem ser desenvolvidas, ter acesso às características das comunidades a serem atendidas, verificar quais as possibilidades de ofertas de práticas de lazer e esporte, por exemplo.

Isto posto, objetivando identificar as ofertas do poder público e das instituições esportivas relativas ao esporte e lazer da cidade de Umuarama-Paraná no período de 2004 a 2008, visando definir as funções específicas de cada instituição, bem como as relações entre as estruturas e agentes que compõem o campo desportivo, chegamos a algumas conclusões e sugestões possíveis que serão apresentadas a seguir.

## CONCLUSÃO

Valendo-se da teoria dos campos, objetivamos identificar as ofertas do Poder Público e das instituições esportivas relativas ao esporte e lazer da cidade de Umuarama-Paraná no período de 2004 a 2008, visando definir as funções específicas de cada instituição, bem como as relações entre as estruturas e agentes que compõem o campo esportivo.

Do exposto no trabalho é pertinente resgatarmos algumas questões já apontadas anteriormente, mas que suscitam reflexões e sugestões de melhorias. Com tal fundamento foi possível constatar que a força da utilização da proposta da teoria sociológica reside na análise da relação entre agentes dotados de *habitus* que atuam no campo esportivo e que determinam as transformações ou sustentações no mesmo. A forma pela qual a teoria de Bourdieu trata a prática do esporte e lazer foi um indicador importante para subsidiar a nossa análise, sobretudo, pela lógica do consumo que o autor propõe para perscrutar o campo esportivo.

A relativa autonomia do campo esportivo defendida pela teoria dos campos constituiu-se num instrumento primordial para a investigação, uma vez que é imprescindível discuti-la para entender as motivações que estabelecem entre as estruturas e os agentes que compõem o campo.

O espaço que um determinado esporte ocupa no mundo dos esportes – que Bourdieu chama de campo esportivo – pode ser constituído a partir de um conjunto de indicadores que suscitam reflexões e respostas bastante pertinentes. Com base nisso, dos relatos foi possível concluir que os agentes contam com mais de 05 (cinco) anos de experiência profissional no setor do esporte e lazer. As instituições pesquisadas não contaram com uma autonomia administrativa e orçamentária própria no período em questão.

Conforme as declarações dos entrevistados, constatamos que apesar de os agentes demonstrarem interesse na prática de participação do esporte e lazer, e contarem com tempo de serviço razoável no setor, os discursos dos mesmos demonstraram que a teoria não se consolidou na prática.

Também, ficou claro que o pessoal envolvido no setor administrativo do esporte e lazer foi insuficiente no período investigado, uma vez que a maioria

significativa contou com até cinco pessoas na instituição particular e no máximo dez pessoas na instituição pública.

Os dados da pesquisa revelaram que, no período da gestão, o papel das instituições do poder público e privado não se apresentava bem definido. Constatamos que a estrutura das instituições em âmbito público e particular não se encontrava fortalecida, com escassez de recursos humanos, administrativo e/ou orçamentários para engajar-se na luta pela transformação do esporte e lazer no município.

Não foi constatada uma definição dos papéis a serem desempenhados pelos agentes nas entidades pesquisadas. Ao considerar as respostas dos entrevistados, fica fácil identificar a razão do achatamento do setor na cidade de Umuarama, já que nem o básico e mínimo em termos de recursos financeiros é ofertado aos agentes para o seu trabalho nas instituições, isto considerando a instituição pública e privada, sem contar que a maioria dos agentes nem mesmo sabe o quanto de recursos existem à disposição para o desenvolvimento de possíveis projetos na área.

Assim, os discursos foram reveladores de que, no período da gestão, o orçamento das instituições ficou na dependência da vontade das instâncias superiores, contando com uma quantia irrelevante para a atuação em projetos, sem intercâmbios nem parcerias favoráveis, dificultando sobremaneira o desenvolvimento de um planejamento mais efetivo na área investigada no decorrer do período por nós estudado.

Um fato que chamou a atenção nas respostas dos sujeitos da pesquisa é o total desconhecimento por parte dos agentes das instituições pública e particulares, acerca da existência de uma Política Nacional para o Esporte e Lazer. Fica aqui a nossa pergunta: Como contemplar no planejamento uma política pública efetiva para o esporte e o lazer no município, quando os agentes que comandam as instituições que ofertam tais práticas desconhecem a sua existência? Como assegurar o direito de acesso ao esporte e lazer sem intercâmbio, sem parcerias, sem interface setorial e ou transversal na área?

Faz-se necessário, portanto, que as instituições públicas e particulares que oferecem práticas de esporte e lazer no município de Umuarama revejam os seus princípios para o encontro de uma ação política cidadã, mais compromissada com as reais necessidades de sua população.

É fato premente que, quanto mais os gestores estiverem distantes de projetos, programas e/ou atividades participativas condizentes com as reais necessidades de sua população, maiores serão as chances de fracassarem na sua oferta.

Deduzimos que o desconhecimento por parte dos agentes das instituições públicas e particulares, até mesmo em relação à existência de uma Política Nacional para o Esporte e Lazer, constitui-se em um agravante para a inviabilização da elaboração de um planejamento no período investigado por parte das entidades que os agentes representam em consonância com as ações do Poder Público Estadual e Federal.

Supomos que os elementos críticos de uma política pública para o esporte e lazer carecem da representação dos recursos humanos, materiais e financeiros, assim como de uma infraestrutura e legislação com base num modelo de gestão democrática.

Tais elementos poderiam contribuir para a articulação e envolvimento da população junto às instituições públicas e particulares que ofertam práticas de esporte e lazer no município pesquisado. Contudo, tais elementos parecem não compor a estrutura das instituições pesquisadas, nem ter feito parte de uma política a ser implementada pelos agentes atuantes nas mesmas.

A consideração desses elementos e princípios norteadores na elaboração de uma política pública de esporte e lazer para o município pesquisado seria condição basilar para o desenvolvimento de práticas efetivas por parte das instituições representativas que ofertam práticas de esporte e lazer e dos agentes que são afetados por essa política.

Tais considerações dariam unidade e consistência ao planejamento no município, contribuindo, por conseguinte, para o atendimento às necessidades da população que parece ter ficado carente de uma proposta ajustada para o setor do esporte e lazer no período de 2004 a 2008.

Os relatos permitiram concluir que existe falta de profissionais qualificados para atender a oferta do esporte e lazer no município. A nosso ver, não é possível às instituições tanto pública quanto particulares, trabalharem em prol da garantia dos direitos dos cidadãos com profissionais sem formação e/ou qualificação para exercerem as suas atividades.

Também foi possível constatar que, no decorrer do período analisado, não houve a preocupação por parte das instituições investigadas em elaborar instrumentos capazes de aprimorar as ações de acompanhamento, análise e avaliação dos investimentos realizados em programas e/ou projetos do esporte e lazer, nem tampouco foi observada a utilização de recursos municipal, estadual ou federal para a execução de projetos, o que é mais grave, por total desconhecimento da existência de tais recursos.

Outro fator que nos chamou a atenção diz respeito ao fato de que os agentes das instituições públicas e particulares, não participaram de encontros para debater as políticas públicas para o setor, a nível municipal, estadual ou federal. A troca de experiências com outros níveis poderia se constituir em uma referência significativa para colaborar com projetos concretos na área em conformidade com a região.

Do revelado, observamos que durante o período investigado, o que predominou em ambas as instituições pesquisadas foi uma cultura de inversão dos valores democráticos, com a desintegração dos direitos sociais no que tange à tarefa de promover uma política de qualidade nas instituições que ofertam esporte e lazer no município de Umuarama - Paraná.

Não obstante, é pertinente esclarecer que muitas outras problemáticas se colocaram diante de nós no percurso da investigação, mas em razão das limitações presentes nos discursos dos entrevistados não foi possível realizar uma análise mais aprofundada da complexidade em que consiste o assunto.

A nosso ver, é preciso trabalhar para sustentar os direitos sociais duramente conquistados, e ampliarem-se o interesse por políticas públicas que integrem as empresas privadas, para que estas se aproximem dos projetos de esporte e lazer para a comunidade em questão.

Para tal, os agentes que atuam nas instituições que ofertam ações de esporte e lazer precisam sair do conformismo constatado, buscando assegurar a condição de cidadania à população do município, garantindo a eles o acesso à demanda como um direito social que vem sendo tolhido sumariamente.

Compreendemos que as políticas públicas implantadas no período 2004 a 2008 foram insuficientes e não corresponderam às demandas suscitadas pela população Umuaramense.

As instituições públicas e particulares não consideraram a prática do esporte e lazer em toda sua abrangência social, envolvendo todas as secretarias e



setores, prevendo uma ação articulada e integrada com as instituições que ofertam essa prática, no sentido de as ações contribuírem com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos Umuaramenses.

Podemos afirmar com base nas respostas dos entrevistados e nos dados levantados, que as hipóteses iniciais de pesquisa foram confirmadas, pois ficou claro que a oferta do Poder Público, relativa ao Esporte e Lazer do município de Umuarama-Paraná no período de 2004 a 2008, não corresponde às demandas das instituições que desenvolvem práticas esportivas e de lazer.

Inferimos que o poder público da cidade de Umuarama-Paraná no período investigado deixou de cumprir com o fomento ao esporte e lazer, ficando evidente a falta de ofertas às instituições para os programas na área de maneira geral.

Portanto, sugerimos mais investimentos em leis para o incentivo ao esporte e ao lazer por parte dos gestores do Município, com repasses de recursos financeiros através de convênio com as entidades privadas para o desenvolvimento de atividades na área, sobretudo, com maiores subsídios para a capacitação de profissionais e gestores, que são indispensáveis para o eficaz funcionamento das instituições que ofertam projetos voltados ao esporte e lazer.

Diante do que foi exposto, acreditamos ser fundamental garantir o direito constitucional de acesso ao esporte e ao lazer, como uma dos preceitos fundamentais para a qualidade de vida de cada cidadão.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, S. M. de; MAGALHÃES, Y. C. da S. Políticas públicas de esporte e lazer em São Luís – MA: a gestão, participação popular e o controle social em discussão. In: ARAUJO, S. M. de; VIANA, R. N. A. (orgs.) **Esporte e lazer na cidade de São Luís-MA**: elementos para a construção de uma política pública. p.35-58.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas: Autores associados, 2001.

AZEVEDO, A. A. Análise comparativa das políticas públicas do ministério da cultura no período de 1996 á 2005: documentos, discursos e a focalização do saber. In: SUASSUNA, M. F. de A; AZEVEDO, A. A. **Política e lazer**: interfaces e perspectivas. Brasília :Thesaurus, 2007.240.p

BONALUME, C. R. IV seminário nacional de políticas públicas em esporte e lazer: carta de apresentação. In: IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer. **Anais...** Prefeitura de Caxias do Sul/Ministério do Esporte/Faculdade da Serra Gaúcha. Rio Grande do Sul, 2004. p. 4.

BONETTI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijí, 2006.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Esporte na escola e esporte de rendimento**. Movimento, Porto Alegre, Escola de Educação Física da universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000/1, n.12, p. XIV-XXIV.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Produção da crença, contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 2. ed. São Paulo: Zouk, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A representação política**: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. O poder simbólico. 7. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2004b.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. II Conferência Nacional do Esporte. Brasília, Governo Federal; Ministério do Esporte 2006.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.201, de 18 de abril de 2002**. Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 20 de out. de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. Indica membros para fins de composição do Conselho Nacional do Esporte. **Portaria nº 98, 29 de julho de 2003**. Disponível em: <[http://www.portal.esporte.gov.br/conselho\\_esporte/legislação](http://www.portal.esporte.gov.br/conselho_esporte/legislação)>. Acesso em: 20 de out. de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. **Projetos Esportivos Sociais/CONANDA**. Projetos aprovados. Edital de 19 de abril de 2006. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 20 de out. de 2010.

BRUST, C; BAGGIO, I. C; SALDANHA FILHO, M. F. Gestão da políticas públicas para o esporte e lazer de Santa Maria, RS. **Revista Digital**. Buenos Aires - Año 12 - N° 116 - Enero de 2008. disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd116/gestao-das-politicas-publicas-de-esporte-e-lazer.htm>> Acesso em 30 de ago. de 2010.

BUENO, S. **Dicionário da língua portuguesa**. Gaia, São Paulo, 1997.

CARVALHO, A., et al. (Org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.

CASTELLANI FILHO, L. O projeto social esporte e lazer da cidade: Da elaboração conceitual à sua implementação. In: **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais/ LINO CASTELLANI FILHO (org)**. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo, 2007.

FERNANDES, A. T. **O campo político**. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4619.pdf>>. Acesso em: 30 de ago. de 2010.

FUNDAÇÃO DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO. **Município de Umuarama** – (órgão extinto em dezembro de 2008). Relatos sobre história de Umuarama, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1993.

GRANJA, Eduardo J. Sistemas esportivos e formas de incentivos ao desenvolvimento do esporte e lazer. In: **IV Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer**. Anais... Prefeitura de Caxias do Sul/Ministério do Esporte/Faculdade da Serra Gaúcha. Rio Grande do Sul, 2004.

HORN, G. B., et al. **Diretrizes para a produção de trabalhos monográficos**. Curitiba: FIES, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010 da cidade de**

**Umuarama** – **Paraná.** Disponível em:  
 <[http://www.ibge.gov.br/censo2010/dados\\_divulgados/index.php?uf=41](http://www.ibge.gov.br/censo2010/dados_divulgados/index.php?uf=41)>. Acesso  
 em: 18 de nov. de 2010.

INOJOSA, R.M.; JUNQUEIRA, L. A .P. O movimento do setor saúde e o desafio da intersectorialidade. Publicação 20 anos da Fundap, 1997.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico** – Município de Umuarama – 2009.

JACOBI, P. R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LINHALES, M. A. Políticas para o esporte no Brasil: Interesses e necessidades. In: SOUZA, Eustáquia Salvador de; VAGO, Tarcísio Mauro (Org.). **Trilhas e Partilhas**. Belo Horizonte: Cultura, 1997. p. 219-229.

MARCASSA, L. SOUZA, W. L. L. Da experiência lúdica à formação do cidadão: pressupostos políticos e pedagógicos do esporte e lazer da cidade de Ipatinga. In: FILHO, L. C. **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007.

MARCELLINO, N. C.: **Pedagogia da animação**. Campinas: Papirus, 1992.

MARCHI JR., W. **Sacando o voleibol**. São Paulo: UNIJUÍ, 2004.

MASCARENHAS, F. Outro lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: FILHO, L. C. **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MASI, D. **O ócio criativo**. 2. ed. Rio de Janeiro, Sextante, 2000.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MEZZADRI, F. M. et al. Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná. In: MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOILLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006. p.43-59.

MICELI, S. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. **Tempo Social**. São Paulo, v.15 n.1, p. 63-79, abr., 2003.

MIRANDA, M. de; et al. As políticas públicas esportivas do Rio Grande do Norte no ano de 2001. In: **Fórum Brasileiro de Educação Física e Ciência do Esporte**. Anais... Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2002. p. 376.

MYSKIW, M. **Esporte e poder simbólico**: A noção de campo de Bourdieu como instrumento de interpretação da cultura. Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 12, p. 59-66, 1. sem., 2008.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

ORIÁ, R. **Política cultural em tempos de globalização**. Disponível em: <<http://aacastro.tripod.com/globpolc.htm>>. Acesso em: 21 de dez. de 2010.

PINA, L. W. Multiplicidade de profissionais e de funções. In: MARCELLINO, N.C.(Org.). **Lazer: formação e atuação profissional**. Campinas: Papirus, 1995. p. 117-130.

SAMPAIO, J. O.; LEÃO JUNIOR R. O consórcio Brasília e a formação de agentes sociais no Distrito Federal e entorno. In: FILHO, L. C. **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Prefeitura Municipal de Umuarama**, Relatório de dados, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Prefeitura Municipal de Umuarama**, Perfil Censitário, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Prefeitura Municipal de Umuarama**, Organograma, 2009.

SELLTIZ, J. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E.P.U./Edusp, 1974.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIGUNOV, V. **Reflexões sobre o desporto escolar**: questões de formação e competências. Revista Paranaense de Educação Física, vol.1, n. 1, p. 44-54, 2000.

SOUZA, J., MARCHI JR., W. **Anotações para uma sociologia reflexiva do esporte**. XII Simpósio Internacional Processo Civilizador. De 10 a 13 de novembro de 2009. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C\\_Souza.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Souza.pdf)>. Acesso em: 10 de mai. de 2010.

SUASSUNA, D. et al., O ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. In: AZEVEDO, A. A. SUASSUNA, D. M. F. DE A. **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: Thesaurus, 2007.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS GESTORES MUNICIPAIS

### PERGUNTAS

NOME DO(A) ENTREVISTADO(A):.....  
 SEXO:.....IDADE:..... NÍVEL DE FORMAÇÃO:.....  
 INSTITUIÇÃO :.....

- 1) Há quanto tempo atua no mercado do Esporte e Lazer?
- 2) Em qual(is) Entidade(s) atuou como Gestor Esportivo no período de 2.004 à 2008 na cidade de Umuarama?
- 3) Qual função exerceu diretamente nesta Entidade?
- 4) Como era definida a Estrutura de funcionamento desta Entidade?  
*(Departamento – Divisão – Setor – Secretaria – outras)*
- 5) Qual tipo ou categoria de esporte esta Entidade se prestava a desenvolver no período de 2004 a 2008?  
*(Educativa – Comunitário – De participação – Apenas Lazer – De Rendimento – de Alto Rendimento – outros)*
- 6) Quantos Agentes, pessoas compunham o setor que você administrava?
- 7) No período da sua gestão, esteve claro e definido o papel desta Entidade no desenvolvimento do Esporte e do Lazer no município de Umuarama?
- 8) A Entidade na qual gestionava possuía orçamento próprio definido para este setor?
- 9) Qual o valor orçamentário anual, mais ou menos, estimado em R\$ para este setor?
- 10) Quanto significava em percentuais (%) este valor no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Umuarama?
- 11) Na sua gestão foi desenvolvido ou estabelecido relações de parceria com outras Entidades que desenvolviam Esporte e lazer? Quantos e Quais?
- 12) Havia intercâmbio no planejamento da sua Entidade Pública com outras do mesmo setor? De que forma?
- 13) O Planejamento da Entidade que você gerenciava tomava como base a “Política Nacional para o Esporte e o Lazer”?

- 14) O planejamento da Entidade administrada por você estava em consonância com as ações do Poder Público Estadual e Federal?
- 15) Você entende que democraticamente, a prática do Esporte e do Lazer é **um direito de todos os cidadãos**?
- 16) Durante o período da sua gestão, as ofertas de Esporte e Lazer direcionadas pelo poder público e privado foram ao encontro das necessidades do cidadão de Umuarama?
- 17) No período da sua gestão, o setor possuía autonomia Administrativa e orçamentária que garantia a implementação e a continuidade de Projetos e ações?
- 18) A função dos Agentes que atuaram na Entidade no qual gerenciou, eram claramente definidos?
- 19) Os Agentes que atuaram na instituição pesquisada eram Profissionais qualificados para a função que exerciam?
- 20) No seu período de gestão, existiu interface setorial e transversal do Esporte e do Lazer com outras áreas afins na cidade de Umuarama? *Ex; (Saúde - Bem Estar Social – Educação – Cultura – Segurança – Turismo – outros)*
- 21) Durante a sua gestão, existiu algum Projeto desenvolvido em parcerias com instituições comunitários e sociais? Qual(is)?
- 22) No Planejamento da Entidade que administrava, foi feito em algum momento o Mapeamento das necessidades e das estruturas para uma posterior intervenção? De que forma?
- 23) Na sua gestão foi elaborado algum instrumento que aprimorasse as ações de acompanhamento, análise e avaliação dos investimentos feitos em programas ou projetos de Esporte e Lazer? Qual(is)?
- 24) Na sua gestão foi utilizado algum recurso extra, oriundos da esfera estadual ou federal para executar projetos? Qual(is)? De onde?
- 25) Você entende como definida e esclarecida a “Política do Município de Umuarama “ para o setor de Esporte e Lazer?
- 26) É de vosso conhecimento a existência do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e de suas ações?
- 27) Você participou ou foi convidado para representar sua Entidade durante discussões e debates sobre a construção de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer a nível municipal, estadual e federal? Quando?
- 28) O Município de Umuarama possui 100.000 (cem mil habitantes), destes, quantos por cento (%) você sabe que estão inseridos em prática regular de Esporte e de Lazer? Qual a fonte?



## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS GESTORES DE INSTITUIÇÕES PARTICULARES E OUTROS

NOME DO(A) ENTREVISTADO(A):.....  
 SEXO:.....IDADE:..... NÍVEL DE FORMAÇÃO:.....  
 INSTITUIÇÃO:.....

- 1) Há quanto tempo atua no mercado do Esporte e Lazer?
- 2) Em qual(is) Entidade(s) atuou como Gestor Esportivo no período de 2.000 à 2008 na cidade de Umuarama?
- 3) Qual função exerceu diretamente nesta Entidade?
- 4) Como era definida a Estrutura de funcionamento desta Entidade?  
*(Departamento – Divisão – Setor – Secretaria – outras)*
- 5) Qual tipo ou categoria de esporte esta Entidade se prestava a desenvolver?  
*(Educativa – Comunitário – De participação – Apenas Lazer – De Rendimento – de Alto Rendimento – outros)*
- 6) Quantos Agentes, pessoas compunham o setor que você administrava ou coordenava?
- 7) No período da sua gestão, esteve claro e definido o papel desta Entidade no desenvolvimento do Esporte e do Lazer em Umuarama?
- 8) A Entidade na qual gestionava possuía orçamento próprio definido para este setor?
- 9) Qual o valor orçamentário anual, mais ou menos, estimado em R\$ para este setor?
- 10) Quanto significava em percentuais (%) este valor no orçamento geral da Entidade?
- 11) Na sua gestão foi desenvolvido ou estabelecido relações de parceria com outras Entidades da Sociedade Civil? Quantos e Quais?
- 12) Havia intercâmbio no planejamento da sua Entidade com outras do mesmo setor? De que forma?
- 13) O Planejamento da Entidade que você gerenciava tomava como base a “Política Nacional para o Esporte e o Lazer”?
- 14) Você entende que a prática efetiva do Esporte e do Lazer é **um direito de todos os cidadãos**, indiferente de qual Entidade os oferte?

15) Durante o período da sua gestão, as ofertas de Esporte e Lazer direcionadas pelo poder público e privado foram ao encontro das necessidades do cidadão de Umuarama?

16) No período da sua gestão, o setor possuía autonomia Administrativa e orçamentária que garantia a implementação e a continuidade de Projetos e ações?

17) A função dos Agentes que atuaram na Entidade ou Departamento no qual gerenciou, eram claramente definidos?

18) Os Agentes que atuaram na instituição eram Profissionais qualificados para a função que exerciam?

19) Durante a sua gestão, existiu algum Projeto desenvolvido em parcerias com instituições comunitárias e sociais? Qual(is)?

20) No Planejamento da Entidade que administrava, foi feito em algum momento o Mapeamento das necessidades e das estruturas para uma posterior intervenção? De que forma?

21) Na sua gestão foi elaborado algum instrumento que aprimorasse as ações de acompanhamento, análise e avaliação dos investimentos feitos em programas ou projetos de Esporte e Lazer? Qual(is)?

22) Na sua gestão foi utilizado algum recurso municipal, estadual ou federal para executar projetos? Qual(is)? De onde?

23) Você entende como definida e esclarecida a “Política do Município de Umuarama “ para o setor de Esporte e Lazer?

24) É de conhecimento de Vossa Senhoria a existência do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e de suas ações?

25) Você participou ou foi convidado para representar sua Entidade durante discussões e debates sobre a construção de Políticas Públicas para o Esporte e Lazer a nível municipal, estadual e federal? Quando?